



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Ciências Sociais - Licenciatura

Erechim, outubro de 2024



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Élsio José Corá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo
Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski
Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel
Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici
Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)



Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	21
4.1 Justificativa da criação do curso.....	21
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	22
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	25
5.1 Referenciais ético-políticos.....	25
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	26
5.3 Referenciais Metodológicos.....	28
5.4 Referenciais Legais e Institucionais.....	31
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	38
6.1 Objetivo Geral:.....	38
6.2 Objetivos específicos:.....	38
7 PERFIL DO EGRESSO.....	40
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
8.1 Os domínios formativos e sua articulação.....	42
8.2 A flexibilidade na organização curricular:.....	44
8.3 Concepção de currículo:.....	44
8.4 A docência na educação básica pública.....	45
8.5 As articulações do currículo com a Educação Básica:.....	46
8.6 Articulações com as outras licenciaturas:.....	47
8.7 A organização da pesquisa e extensão:.....	54
8.8 Atendimento às legislações específicas.....	56
8.9 Estrutura curricular.....	56
8.10 Resumo de carga horária dos estágios, Atividades Autônomas e TCC.....	63
8.11 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	64
8.12 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso:.....	65
8.13 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.....	70
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	139
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	140
10.1 Reuniões pedagógicas e de colegiado e formas de participação discente.....	140
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	142
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	144
12.1 Perfil docente.....	144
12.2 Processo de qualificação do corpo docente.....	145
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	146
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	151
14.1 Salas de aula.....	151
14.2 Bibliotecas.....	151
14.3 Laboratórios.....	153



14.4 Viagens de estudo.....	154
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
16 ANEXOS.....	159
ANEXO I – MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	160
ANEXO II - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS	174
ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS.....	180
ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	186
ANEXO V: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO.....	192
ANEXO VI: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	198



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Ciências Sociais - Licenciatura

1.4 Grau: Licenciado em Ciências Sociais

1.5 Título profissional: Professor

1.6 Local de oferta: *Campus* Erechim

1.7 Número de vagas: 25 vagas

1.8 Carga-horária total: 3.225 horas

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 450 horas/semestre

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 8 horas/semestre

1.14 Coordenador do curso: Humberto José da Rocha

1.15 Ato autorizativo: Resolução nº 11/2012 - CONSUNI

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado



correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatas que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatas de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:



- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw
Guilherme José Schons

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

¹SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

²TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a

3UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construir caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSM) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das

5RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos

7NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8Idem. Ibidem. p. 44-66.

9BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino

¹⁰LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

¹¹PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/instituional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238

¹²SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.



docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos

13UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore: 2009-2015**. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos

¹⁶UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual**: 2020 e 2021. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

¹⁷NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

¹⁸UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão



financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes,

¹⁹UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Humberto José da Rocha - Coordenador

Paulo Ricardo Müller - Coordenador Adjunto

3.2 Equipe de elaboração:

Clovis Schmitt Souza. SIAPE 1555361

Gustavo Giora SIAPE 2059157

Maurício Michel Rebello SIAPE 2089822

Humberto da Rocha SIAPE 1991805

Paulo Ricardo Müller SIAPE 1723968

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Gabriel Nagatani

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Ciências Sociais Licenciatura, conforme designado na Portaria nº PORTARIA Nº 308/PROGRAD/UFFS/2022.

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Andre Gustavo Schaeffer	Doutor	Comum
Clovis Schmitt Souza	Mestre	Específico
Gustavo Giora	Doutor	Específico
Humberto José da Rocha	Doutor	Específico
Maurício Michel Rebello	Doutor	Específico
Paulo Ricardo Muller	Doutor	Específico
Silvania Regina Pellenz Irgang	Mestre	Conexo

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

4.1 Justificativa da criação do curso

A criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul justifica-se por três motivos:

- a) Perfil da instituição na qual estará inserido;
- b) Demanda regional;
- c) Obrigatoriedade da disciplina no currículo do ensino médio.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em setembro de 2009, mediante a publicação da lei nº 12.029. Sua implantação está relacionada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visa a ampliação do acesso ao ensino superior público e orienta ações que promovam a diminuição das taxas de evasão universitária.

Sediada em Chapecó/SC, a instituição possui estrutura *multicampi* que integra os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entre os princípios norteadores do Projeto Político Institucional da universidade destaca-se o comprometimento com a formação de cidadãos conscientes e empenhados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, mais especificamente a mesorregião que compreende a grande fronteira do MERCOSUL.

A criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul relaciona-se fortemente com o perfil geral da instituição, que compreende a educação como um espaço de formação de indivíduos críticos e reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re)produção de mão-de-obra especializada.

Por outro lado, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul é pioneiro em toda a sua região de abrangência. A Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL é composta por 381 municípios e população de 3,7 milhões de pessoas e, segundo dados do IBGE relativos ao ano de 2008, os municípios-sede do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó/SC e Erechim/RS – possuem população de 46.013 jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade. Para o mesmo ano, dados do IBGE indicam que os municípios de Chapecó/SC e Erechim/RS somam 10.759 alunos matriculas de ensino médio. Neste sentido, o Curso de



Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul contribui para a inclusão dos jovens oriundos da região no ensino superior público.

Cabe ressaltar ainda que a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia nos currículos de ensino médio foi tema tratado no processo de nº 23001.000179/2005 do CNE/CEB, a pedido do Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. No parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica nº 38/2006, a inclusão da disciplina foi aprovada em julho de 2006. Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.684, que institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todos os anos do Ensino Médio, alterando a Lei nº 9.393/96 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB).

No Rio Grande do Sul, um dos Estados de abrangência do curso, estudo realizado sobre a realidade da disciplina constatou que no ano de 2006 somente 42% das 894 escolas estaduais ofereciam a Sociologia em um dos anos do ensino médio e a mesma era ministrada por licenciados no curso de Ciências Sociais em somente 15% das escolas. Neste contexto, a formação de professores específicos da área para suprir a demanda presente e futura impõe-se como necessidade para os próximos anos e também como desafio para a consolidação da disciplina. O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS/Erechim está contribuindo para a inclusão de jovens oriundos da escola pública no ensino superior, além de cumprir com o seu propósito de formar profissionais para a docência na educação básica e aptos a prosseguirem seus estudos em nível de pós-graduação.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

No âmbito da UFFS, o cenário educacional atual orientou a construção da Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, em que foram (re)definidos: os objetivos e os princípios da política institucional de formação de professores na UFFS; as diretrizes para o currículo, a organização pedagógica e a gestão acadêmica dos cursos de formação de professores; e as demandas institucionais vinculadas à implantação e ao desenvolvimento da política de formação de professores. Neste sentido, os cursos de licenciatura da UFFS foram obrigados a repensar seus cursos. Até mesmo porque houve mudanças na Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2018), na qual a Sociologia não é mais citada como obrigatória, ainda que estejamos incluídos no percurso formativo das Ciências Humanas.

Além da proposta de PPC para 2023, houve uma reformulação em 2014 a partir do primeiro PPC, com o qual o curso iniciou em 2010. A partir de autoavaliações do curso,



realizadas entre 2015 a 2019, percebe-se que o cenário das Ciências Sociais no Brasil apresenta desafios. Uma delas é a baixa procura pelo curso quando comparado a cursos mais tradicionais. A partir disso, considera-se que uma mudança no Projeto Pedagógico do Curso seria interessante para torná-lo mais atrativo.

Em nossa primeira avaliação realizada pelo INEP, em 2014, nosso PPC apontou o curso com um conceito de 3,7, estando entre os 15 melhores cursos de Ciências Sociais (Licenciatura) do Brasil. Já em 2017, nosso CPC caiu para 3,1 – ainda assim, estamos entre os 30 melhores cursos do Brasil, de um total de 98 (Portal INEP, CPC 2017). Em 2021 a nota CPC ficou em 3,03 (Portal INEP, CPC 2021). Acreditamos que este PPC atual é mais dinâmico e possa contribuir para a retomada do conceito mais alto que tivemos na avaliação que será realizada em 2023. Algumas mudanças apontadas são: 1) a transformação da carga horária, preocupando-se em dar mais autonomia aos estudantes; 2) reformulação dos estágios e das atividades de prática como componente curricular, tornando-os mais dinâmicos. Além disso, revisamos nossos componentes curriculares e sua bibliografia. Destarte, estamos sempre trabalhando para tornar o curso cada vez melhor.

Além disso, em consonância com os princípios organizadores do Plano Nacional de Educação 2014/2024, que estabelece a exigência da inserção da extensão nos currículos de graduação, a reformulação do curso de Ciências Sociais- Licenciatura exige o mínimo de 10% (dez por cento) do total da carga horária obrigatória em atividades de extensão. Tais alterações estão ancoradas nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais e institucionais que solicitam, através da prática extensionista, a construção de ações formativas para o desenvolvimento de habilidades específicas nos estudantes. Dentre elas, pela natureza da formação de um licenciando em ciências sociais, destaca-se a capacidade do estudante desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política e a compreensão das questões acerca do sentido e da significação da existência das produções culturais.

As atividades de extensão serão desenvolvidas através de projetos de extensão promovidos no âmbito do curso com o envolvimento e engajamento dos estudantes em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação das ações.

Justificativas para a redução de vagas no curso de graduação em Ciências Sociais - licenciatura de 50 para 25:

- (a) Fim da obrigatoriedade da disciplina de sociologia no ensino médio: Com o fim da obrigatoriedade da disciplina de Ciências Sociais no ensino médio, é natural



que haja uma diminuição no número de estudantes interessados em seguir essa área acadêmica. A redução das vagas no curso é uma medida adequada, frente à demanda reduzida, evitando uma oferta excessiva em relação ao interesse dos estudantes.

(b) Histórico recente de ingressos abaixo desse número: Ao analisar o histórico recente de ingressos no curso de Ciências Sociais, nota-se que o número de alunos matriculados tem sido consistentemente inferior a 50. Essa tendência indica uma falta de demanda suficiente para preencher todas as vagas disponíveis. Portanto, reduzir o número de vagas para 25 reflete melhor a realidade dos interessados no curso e garante uma melhor proporção entre o número de estudantes e a estrutura oferecida pela instituição.

Em resumo, a redução de vagas em um curso de graduação em Ciências Sociais de 50 para 25 se justifica pelo fim da obrigatoriedade da disciplina no ensino médio, pela demanda atual abaixo desse número. Essa medida visa adequar o curso à realidade atual, garantindo uma melhor formação dos estudantes e uma utilização mais eficiente dos recursos institucionais.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os princípios normativos éticos do curso estão associados à criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O curso, bem como a universidade, oferece um espaço de ensino, pesquisa e extensão de alta qualidade para a população. Historicamente, a região onde está localizada a Universidade carecia de instituições públicas que ofertassem cursos para a região. Deste modo, a UFFS, ao ser criada, possibilitou a expansão do ensino superior, permitindo o acesso de muitos cidadãos que não tinham, anteriormente, a possibilidade de cursar uma instituição de ensino superior.

A palavra democratização de ensino superior na UFFS não se resume a uma questão quantitativa, mas também significa ofertar educação para classes e grupos marginalizados na sociedade brasileira. Assim, a instituição UFFS possui um elevado ingresso de alunos por meio de ações afirmativas.

A UFFS, em atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº. 6.755, de 29 de janeiro de 2009, oferta vários cursos de licenciatura. O objetivo desta política é a formação de quadros docentes de alta qualidade para a educação básica brasileira. Portanto, a formação na universidade reforça um caráter duplo que possui relevância tanto no ensino superior, como na educação básica.

Neste contexto, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais se enquadra dentro desta necessidade de expansão do ensino superior, englobando a área de pesquisa, ensino e extensão como elementos normativos. A proposta da criação de um curso noturno também reflete a preocupação da ocupação do mesmo por classes trabalhadoras. Nesse sentido, oferece-se uma formação pluralista, crítica e reflexiva aos estudantes. Espera-se, assim, que os estudantes sejam orientados a compreender as estruturas profundas da vida social, bem como, a buscar a superação das discriminações e opressões sociais.

As Ciências Sociais, que englobam Antropologia, Sociologia e Ciência Política possuem um caráter humanístico e de crítica social. Em tempos de regimes não democráticos, estes saberes são constantemente ameaçados devido a sua importância para refletir temas intrínsecos à comunidade humana, tais como: justiça social, alteridade, poder, Estado, sociedade, governo, liberdade, igualdade, equidade. Destarte, o curso procura superar uma



formação unicamente tecnicista desvinculada da realidade social inserida.

Em síntese, o curso de Licenciatura de Ciências Sociais da UFFS, *campus* Erechim, está orientado pelos seguintes princípios ético-políticos: democracia, pluralidade, qualidade, respeito à diversidade e reflexão. Quaisquer integrantes do curso, entre alunos, professores, técnicos e comunidade devem respeitar tais princípios, tornando o curso não uma mera soma de partes, mas um todo coerente que seja orientado por tais princípios, seja na pesquisa, na extensão ou no ensino.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Por articular diferentes campos disciplinares acadêmicos – a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia – o curso de Ciências Sociais se notabiliza pela reflexão a respeito dos limites, do escopo, do potencial e do horizonte do conhecimento e da intervenção profissional de seus praticantes. A epistemologia das Ciências Sociais é, assim, não apenas um componente curricular do curso, mas um tema constante de debate e análise. O conhecimento produzido no campo das Ciências Sociais também se caracteriza pela ubiquidade aos contextos de enunciação dos próprios cientistas sociais. Ou seja, ainda que buscando abstrações sofisticadas ou esquemas explicativos generalizáveis, as perspectivas teórico-metodológicas que compõem o *corpus* do curso e dos componentes curriculares que o compõem somente são compreensíveis se levarmos em conta, de forma não determinista, as múltiplas relações entre as ideias, suas autoras e autores, e as condições objetivas e subjetivas de produção do conhecimento que enfrentaram e enfrentam em diferentes contextos históricos e sociais.

As Ciências Sociais demonstram, a partir das premissas acima, coadunar-se com os princípios orientadores da Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, na medida em que partem de uma concepção de *conhecimento como práxis social*. Sua organização como curso de licenciatura atende à necessidade de habilitação específica de profissionais para atuarem como professores no ensino básico, mas visa proporcionar uma formação teórico-prática ampla, que permita aos egressos dedicarem-se à análise da sociedade de forma abrangente. Entende-se, assim, enfatizar a necessidade de que cientistas sociais atuem profissionalmente reconhecendo-se como atores não apenas de suas trajetórias pessoais, mas do campo intelectual e acadêmico que reflete e interpreta a realidade de diferentes coletividades nas quais poderão se inserir. Como intelectuais, devem orientar-se, assim, pelas concepções de pesquisa, crítica social e



docência como atividades intencionais e metódicas resultantes de uma formação integral e processual. Tanto o currículo do curso quanto seu lugar institucional se apresentam igualmente como produtos e como processos históricos, na medida em que exprimem o debate produzido pela equipe de elaboração deste PPC à luz das condições atuais de desenvolvimento das instituições acadêmicas no Brasil e da conjuntura política e econômica pela qual passa o país. Faz-se mister, deste modo, o aprofundamento de uma gestão democrática e do planejamento participativo das atividades do curso *vis-a-vis* a gestão da Universidade como um todo e das Unidades Acadêmicas que a constituem.

Embora historicamente reivindicados como produto de especialidades disciplinares e profissionais, os saberes produzidos por antropólogos/os, cientistas políticas/os e sociólogos/os sistematicamente prestam-se a interpretações com vistas a sua transposição como conteúdo para a educação básica e para ampla divulgação social. Ou seja, a relevância do conhecimento produzido e articulado por cientistas sociais não pode ser medida por sua aplicabilidade imediata e mecânica a diferentes realidades sociais, sob o risco de produzir imposturas de diferentes realidades e experiências sociais a modelos abstratos de configuração de sociedades. Por este motivo, fomenta-se que todos os componentes, sejam as de domínio específico, conexo ou comum, estimulem os/os estudantes a desenvolver a habilidade de relacionar e mediar diferentes teorias, conceitos e metodologias entre si, e destas com diferentes contextos de análise. A inserção da/o egressa/o licenciada/o, por exemplo, em diferentes sistemas de ensino (escolas, secretarias de educação, comunidades escolares) não pode prescindir de uma postura investigativa sobre estes sistemas, assim como de um olhar sobre potenciais interconexões entre os diferentes espaços que ocupará (formais e não-formais, institucionais e pessoais), unificando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão que devem, idealmente, fazer parte do percurso formativo de todas/os as/os estudantes do curso de Ciências Sociais. Da mesma forma, ao se inserir em outros espaços de atuação profissional, o egresso deve ser capaz de analisar e refletir sobre as diferentes configurações institucionais, relações formais e informais, interesses, disposições e práticas individuais e coletivas de atores sociais em, por exemplo, empresas públicas e privadas, organizações não-governamentais, instituições estatais, movimentos sociais, denominações religiosas, entre outras.

Por fim, é relevante ressaltar que o curso de Ciências Sociais da UFFS – *Campus* Erechim busca potencializar as trajetórias dos estudantes como fonte de instâncias de reflexão e proposição de atividades. De modo geral, o aproveitamento dos estudantes de ciências



sociais se vincula diretamente ao quanto se dedicam, em termos de tempo e de reflexão fundamentada no referencial teórico-conceitual apreendido ao longo do curso, aos componentes curriculares e atividades de pesquisa e extensão relacionando-as, inicialmente, com suas realidades imediatas e, através de comparações e abstrações, com outros contextos direta e indiretamente relacionados com a conjuntura da sociedade no Alto Uruguai, na mesorregião da Fronteira Sul, no Brasil e no mundo. Trata-se, assim, de um desafio e constante exercício epistemológico produzir planos de curso e projetos de pesquisa e extensão que contribuam para a ampliação do horizonte imaginativo e de possibilidades concretas de intervenção na realidade social pelos estudantes, pressupondo que uma formação epistemologicamente ampla e diversificada combinada com um percurso teórico-metodológico consistente e que acompanhe a história e as inovações dos campos disciplinares que compõem o domínio específico do curso, incide diretamente sobre a prática docente dos egressos, instrumentalizando-os com competências para o manejo de conceitos e argumentos necessários à operacionalização do percurso técnico-didático fornecido pelo domínio conexo.

5.3 Referenciais Metodológicos

Os referenciais didático-pedagógicos do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, descritos abaixo, explicitam as concepções teórico-metodológicas vinculadas ao desenvolvimento do perfil de formação do curso, articulando os princípios e diretrizes da Política Institucional de Formação de Professores da UFFS com as especificidades da área de conhecimento das Ciências Sociais.

O curso adota a perspectiva da pesquisa e da docência como atividades profissionais intencionais e metódicas, compreendendo a atividade intelectual como atividade que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da definição e organização de métodos que viabilizem esse desenvolvimento em cada indivíduo singular. Além disso, trata-se de uma formação profissional que habilita egressos a atuarem na Educação Básica pública, nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão do conhecimento, bem como, em outros espaços educativos escolares e não escolares.

Não obstante, a indissociabilidade entre teoria e prática orientará toda organização e desenvolvimento curricular do curso de Ciências Sociais, de forma que as dimensões



conceituais, contextuais e pedagógicas estejam integradas. A prática como componente curricular, focada na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, ensino, pesquisa e extensão, contará com carga horária específica prevista para este fim (400 horas).

O curso subsidiará o estabelecimento de uma relação com o contexto escolar ao longo do percurso formativo, sendo a escola instituição em que estudantes poderão experimentar a docência a partir da articulação de saberes teórico-conceituais das subáreas com o currículo da instituição escolar. Isso fomenta o fortalecimento da integração entre os cursos que oferecem licenciatura e o contexto escolar.

Do ponto de vista curricular, no âmbito das Ciências Sociais, o estudante deve ter a oportunidade de definir uma parcela de sua trajetória formativa através da flexibilidade curricular. Atente-se para a articulação da formação inicial com a formação continuada, incluindo as relações entre os cursos de graduação e de pós-graduação; a articulação das atividades na modalidade a distância com os programas de pesquisa e extensão definidos no projeto pedagógico do curso; às especificidades locais e do curso, em consonância com o perfil de formação das licenciaturas e com o projeto institucional da UFFS; e, por fim, a articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura.

O conhecimento é interpretado como *práxis* social, e compreende a ideia de que se trata de um construto sócio-histórico, constituinte do humano, cuja apropriação torna possível o desenvolvimento de cada indivíduo singular e a transformação dos processos sociais por meio da sua ação qualificada. O conhecimento é entendido como parte integrante das práticas sociais mais amplas, em que determinados aspectos ou dimensões da realidade são recortados e convertidos em objetos de análise e de (re)significação, cujo resultado retroage sobre essa mesma cultura e a dinamiza. É levada em conta a amplitude e a diversidade das experiências e dimensões culturais, sem hierarquias predefinidas, além do processo coletivo de construção do conhecimento, que se efetiva através da prática do ensino e da aprendizagem, entendido como transmissão/apropriação ativa do conhecimento, através da contextualização e da problematização histórica e epistemológica, em que ciência, ética e estética se congregam para constituir o trabalho como valor ontológico. Tal postura requer o diálogo permanente entre o conhecimento sistematizado pelas áreas do conhecimento, seus respectivos campos disciplinares e os saberes implicados nos diferentes âmbitos de atuação de cientistas sociais.

A formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica



compreende a organização, o desenvolvimento e a avaliação do conjunto das atividades do curso de Ciências Sociais e as suas particularidades, em consonância com princípios, objetivos e perfil de formação estabelecido, envolvendo os diferentes sujeitos da comunidade acadêmica e escolar. A orientação das atividades visando promover a formação do ser humano integral (geral e específica), contraposta aos processos fragmentadores da produção de conhecimento, deve ajudar o estudante a ser capaz de pensar e atuar criticamente na sociedade, de forma criativa, propositiva e consciente das razões de ser de sua prática profissional, pessoal, social e política, em termos técnicos, éticos e estéticos. Já a concepção do espaço-tempo formativo como dinâmico e dialógico, oferece a oportunidade de priorizar estratégias de ensino ou metodologias que tragam o objeto principal de determinada área para ser indagado, compreendido, problematizado, em face de sua relação com o objeto e com a prática social dos sujeitos.

Em consonância com os regulamentos institucionais, constituem-se as diretrizes de gestão do curso no âmbito do seu colegiado e da Unidade Acadêmica em que venha a se inserir. A organização colegiada, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional (quando for o caso), deve ser executada por um coordenador e seu adjunto, cuja composição e atribuições encontram-se definidas no Regulamento de Graduação. Concretiza-se a preocupação com a qualificação do planejamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, vinculados aos princípios da formação docente e aos saberes necessários ao exercício profissional na Educação Básica pública, na área das Ciências Sociais. Em paralelo, atente-se para a intensificação das atividades de planejamento e de avaliação nos colegiados de curso, especialmente na definição e organização da pesquisa e da extensão, da prática como componente curricular e dos estágios e na articulação destas atividades com a escola e a comunidade, com a formação continuada e com a pós-graduação. Nesse escopo, é premente o diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio, de extensão e cultura, com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões específicos da universidade (SAE, Acessibilidade, PIN, etc.), com ênfase nas estratégias de inserção dos novos estudantes no contexto do curso e da universidade, envolvendo os processos de socialização, de identificação de dificuldades de aprendizagem e a oferta de oportunidades de recuperação da aprendizagem – assim como a promoção de estratégias para o fortalecimento da relação com os egressos e que contribuam com a qualificação da formação inicial e a organização das ações voltadas para a formação continuada.



O curso prioriza, ainda, o compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abrangendo as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem. No que concerne às diretrizes curriculares nacionais, dispostas em documentos específicos, sublinhe-se que o permanente olhar com vistas a desnaturalizar e estranhar as relações sociais e os fenômenos da vida em sociedade atravessam a tecitura didático-pedagógica do curso.

Finalmente, atendendo às peculiaridades de cada contexto social, o curso procura desenvolver também competências e habilidades gerais (domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; autonomia intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; compromisso social; competência na utilização da informática) e específicas para licenciatura (domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem na educação básica; domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino; capacidade de observação e reflexão do contexto social e suas relações com o contexto escolar).

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul no *campus* de Erechim-RS tem como arcabouço legal fundamental os termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE), da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e para a formação continuada) e do Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Superior (CNE/CES) (Aprova Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia).

A formação de professores obedece ao previsto no Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 (Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica). As atividades pedagógicas acima listadas são assessoradas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) nos termos da Resolução Nº 39/CONSUNI CGAE/UFFS/2022 (Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS). Os Direitos Humanos estão na base das atividades de



formação dos professores nos termos da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Educação (Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos).

Além da legislação fundamental, o curso atende a exigências legais mais específicas tais como a Resolução nº 17, de 13 de março de 2002 do Conselho Nacional de Educação em sua Câmara de Educação Superior (CNE/CES) e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Regulamenta a Lei Federal nº 10.436/2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), além da própria Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Em consonância com o arcabouço legal acima citado a Universidade Federal da Fronteira Sul estabeleceu as suas diretrizes institucionais, a dizer, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o respectivo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Regulamento da Graduação, sob os quais está estabelecido o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais do *campus* Erechim. Seguindo os princípios previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), consubstanciado em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o curso busca o desenvolvimento concomitante do ensino, da pesquisa e da extensão; a formação de professores para a educação básica; a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil de forma a combater as desigualdades sociais e regionais; e uma universidade de caráter público e popular observando os princípios de autonomia e democracia em que sejam respeitadas a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, assegurando espaços de participação dessa multiplicidade de forma a promover a arte, a ciência e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Além dos princípios elencados nos documentos anteriores, atendendo ao Regulamento da Graduação, o curso ainda reforça princípios como a “formação humana integral”, a “integração entre formação acadêmica e profissional”, a “interdisciplinaridade”, a “cooperação” e a “transformação social”.

Essas orientações legais refletem institucionalmente no regime de aulas que acontece à luz do que prevê a Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula), a Portaria 2.117/19, de 6 de dezembro de 2019 (Sobre a oferta na modalidade a distância), a Resolução nº 42/CONSUNI/CGAE/2023 (Dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS) e a Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD (Regulamenta os



Estágios da UFFS).

Nesse sentido, a promoção da acessibilidade é observada nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida), da Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições) e da Resolução nº 6/2015 da Câmara de Graduação do Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – CONSUNI/CGRAD (Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS).

O processo de formação prevê também iniciativas que viabilizem o atendimento de pessoas com necessidades especiais, tais como deficientes auditivos, nos termos da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras) e pessoas autistas, conforme prevê a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).

A lógica inclusiva se dirige também no sentido da promoção das relações étnico-raciais nos termos da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”) e da Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Internamente, a instituição promove essas relações, segundo o que prevê as atividades pedagógicas acima listadas são assessoradas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) nos termos da Resolução Nº 39/CONSUNI CGAE/UFFS/2022 (Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS). Os Direitos Humanos estão na base das atividades de formação dos professores nos termos da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Educação (Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos).

Na mesma linha, as questões ambientais são contempladas na formação dos professores conforme os termos da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental) regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.

Ante o exposto, os orientadores legais e institucionais orientam o curso de Ciências



Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul no *campus* Erechim-RS na busca pela qualidade na formação de professores, observando valores como a democracia e a observância da pluralidade de ideias, promovendo o respeito e a inclusão através da articulação do ensino, pesquisa e extensão.

5.4.1 Referenciais Legais e Institucionais em Âmbito nacional:

[Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.



Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

[Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014](#) – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 Referenciais Legais e Institucionais em Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da



democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução Nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

RESOLUÇÃO Nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016- dispõe sobre a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Resolução nº 4 – CONSUNI/PPGEC/2017 – dispõe sobre a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Resolução nº 10 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2017 – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.



Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 23 – CONSUNI/PPGEC/2019 – dispõe sobre o Regulamento da Extensão e Cultura da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

5.4.3 Referenciais Legais Específicos do curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 - Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

O curso de Ciências Sociais – Licenciatura tem como objetivo principal a formação de competências e habilidades que permitirão aos estudantes a desnaturalização de concepções ou explicações dos fenômenos sociais no processo de produção de conhecimento e de ensino das Ciências Sociais. O fato de se estruturar primeiramente como um curso de licenciatura habilita estudantes para a docência na educação básica, a partir do que se busca a articulação entre as licenciaturas e o contexto escolar (Resolução 2/2017 – CONSUNI/CGAE e Resolução 2/2015/CNE). A reflexão crítica implicada no processo de desnaturalização abre portas para que os estudantes possam tomar consciência dos processos e das estruturas condicionadoras da vida social, bem como da necessidade de problematizar as configurações sociais hegemônicas do contexto sócio temporal em que vivem.

Para atingir esse objetivo geral, o curso procura respaldar-se no conhecimento crítico, reflexivo e plural, e na profícua articulação entre suas áreas constitutivas, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, além de outras áreas do conhecimento que complementam o campo das Ciências Sociais, evitando, assim, uma formação hiperespecializada e restrita a qualquer área, e buscando a superação da dissociação tradicional entre as figuras do “cientista social” e do “professor de Sociologia”.

6.2 Objetivos específicos:

- a) Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão a partir do diálogo com diferentes campos de atuação;
- b) Incentivar a construção de metodologias de pesquisa e materiais pedagógicos que se utilizem de tecnologias de informação e da comunicação;
- c) Compreender e analisar a diversidade cultural entre estudantes e a complexidade organizacional da sociedade onde estão inseridos, de modo a garantir-lhes formação crítica e uma perspectiva comprometida com sujeitos e populações subalternas;
- d) Atuar no planejamento, na mensuração e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e de formação profissional;
- e) Desenvolver a visão crítica e a capacidade analítica do aluno para estabelecer relações e conexões variadas;



- f) Desenvolver a habilidade de articular teoria, pesquisa e prática social;
- g) Incentivar a autonomia intelectual, o poder de decisão e a criatividade;
- h) Envolver os estudantes nas atividades de estágios, de iniciação científica, de trabalho de conclusão de curso, bem como estimular a participação em atividades integradoras da estrutura curricular, a exemplo dos eventos científicos e seminários extraclasse;
- i) desenvolvimento de saberes relacionados à gestão educacional e coordenação pedagógica;
- j) Problematizar as dimensões da atuação profissional;
- k) Produção e Difusão do Conhecimento.



7 PERFIL DO EGRESSO

O perfil desejado do egresso do curso de Licenciatura em Ciências Sociais poderá ser entendido se discutirmos, primeiramente, o papel do cientista social na sociedade contemporânea. Por excelência, o papel do cientista social é o de pesquisar e analisar os processos políticos, sociais e culturais com a finalidade de produzir conhecimentos acerca desses processos. Num sentido amplo, o cientista social, habilitado para o ensino, deve ser formado para produzir conhecimento, cuja natureza deve ser pluralista, crítica e criativa.

Por poder adquirir, ao longo do curso, uma sólida formação teórico-metodológica nos três eixos fundamentais que constituem as Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), o licenciado em Ciências Sociais deverá ser capaz de compreender criticamente a sociedade na qual vive e para a qual deve buscar alternativas, bem como ter competência para relacionar, de maneira adequada, a teoria à prática. Ou seja, deverá desenvolver as condições e meios para relacionar os estudos teóricos com a reflexão sobre aspectos da realidade social que vivencia.

Acompanhando a Resolução CNE/CES 17 e o Parecer N. 492/2001, que dispõem a respeito das diretrizes curriculares a serem desenvolvidas na licenciatura em ciências sociais objetiva-se que o estudante adquira as seguintes habilidades e competências gerais:

- a) Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica,
- b) Autonomia intelectual;
- c) Capacidade analítica;
- d) Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- e) Compromisso social;
- f) Competência na utilização da informática

Como habilidades específicas dos estudantes, a formação acadêmica do curso objetiva:

- a) Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio e,
- b) Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

Além de desenvolver as habilidades específicas do estudante para atuar na educação básica (ensinos fundamental e médio) ao final do curso o estudante adquire as competências para atuar na educação não-formal e para exercer funções nas áreas de assessoria, consultoria,



formação e planejamento em entidades públicas e privadas, em movimentos sociais, partidos políticos e ONGs, bem como, continuar sua formação em pós-graduação para se inserir no magistério superior e na produção e divulgação científica.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul segue as determinações institucionais e as opções acadêmicas feitas pela Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Essa Comissão definiu, para todos os cursos de graduação da UFFS, uma organização curricular que compreende três grandes grupos de conhecimentos, agrupando diferentes componentes curriculares, denominados de Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

De acordo com o Art. 22 do Regulamento de Graduação, instituído pela Resolução nº 40/2022 – CGAE/CONSUNI,

o currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS. § 1º Todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas de Domínio Comum, organizado em dois eixos de formação: contextualização acadêmica e formação crítico social. § 2º O Domínio Comum de cada Curso deve, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação. § 3º Compete a cada Conselho de *Campus* regulamentar a configuração de seu Domínio Conexo por meio de resolução própria.

8.1 Os domínios formativos e sua articulação

O licenciado em Ciências Sociais possui três eixos formativos, denominados Domínios, no processo de aprendizagem (comum, conexo e específico).

8.1.1 O Domínio Comum:

De acordo com o Regimento Geral da UFFS, Resolução 03/2016 – CONSUNI, em seu Art. 50. §1º, entende-se por Domínio Comum como:

[...] o conjunto de componentes curriculares de formação geral, com o objetivo de promover:

I - a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional;

II - a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Abaixo os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são



obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
GLA0693	Produção Textual Acadêmica	60
GCH1745	Iniciação à Prática Científica	60
GEX1059	Estatística Básica	60
	EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
GCH1748	Introdução à Filosofia	60
GCH1746	Introdução ao Pensamento Social	60
GCS0690	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60
GCS0691	Direitos e Cidadania	60
	Total	420

Quadro 2: Componentes que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Sociais

8.1.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas:

De acordo com o Regimento Geral da UFFS, Resolução 03/2016 – CONSUNI, em seu Art. 50. §2º, entende-se por Domínio Conexo “o conjunto de componentes curriculares situados na interface entre áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*”. No *campus* Erechim, a conexão entre os componentes curriculares acontece em meio aos cursos de licenciatura, que dialogam e se interligam com áreas de formação comum.

O Domínio Conexo foi estruturado em cinco grandes áreas de conhecimento. Cada grande área constitui a conexão interdisciplinar por meio de componentes curriculares, os quais perpassam a matriz curricular dos cursos sem, no entanto, ser caracterizada como exclusiva de um ou de outro. Assim, o estudante tem contato com os aspectos relacionados à docência na educação básica, compreensão do desenvolvimento da matriz reflexiva sobre a escola-campo da atuação profissional, envolve aspectos referentes às teorias educacionais, à prática pedagógica, a identidade profissional, as condições de aprendizagem dos sujeitos escolares, à linguagem de sinais e à legislação educacional vigente no país. Cada curso define as disciplinas que considera capacitada para fazer a vinculação entre o domínio conexo e a formação interdisciplinar e multidisciplinar do estudante.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:



DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60
GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60
GCH806	Políticas Educacionais	60
GCH809	Educação Inclusiva	60
GLA211	Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
GCH805	Didática Geral	60
GCH808	Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	90
Subtotal		450

Quadro 3: Componentes que compõem o Domínio Conexo do Curso de Ciências Sociais

8.1.3 O Domínio Específico:

São o conjunto de componentes curriculares que visam a atender aos objetivos específicos do curso e ao perfil de egresso almejado. Esses componentes curriculares subdividem-se em:

- Teoria Antropológica;
- Teoria Sociológica;
- Teoria Política;
- Metodologias de Pesquisa;
- Conteúdos crítico-reflexivos sobre artes, humanidades e ciência.

8.2 A flexibilidade na organização curricular:

A UFFS permite aos alunos realizar itinerários formativos com que os estudantes tenham afinidade epistemológica e intelectual. Os componentes curriculares optativos constituem a parte da estrutura curricular destinada a complementar a formação do estudante. Por essa razão, são escolhidos por ele de acordo com seus interesses de aprofundamento, a partir de um conjunto de opções ofertado pelo curso.

8.3 Concepção de currículo:

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pode ser integralizado em oito semestres letivos (tempo mínimo) ou dezesseis (tempo máximo). Para a integralização do Curso e obtenção do diploma, o estudante deve cumprir, no mínimo, 3.225 horas.

Seguindo as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o currículo dos cursos de graduação é concebido a partir de três domínios formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os



conhecimentos que integram todo o currículo são traduzidos em componentes curriculares de diversas ordens: disciplinas, oficinas, seminários, atividades autônomas, trabalho de conclusão de curso e estágios.

O currículo está organizado para dar conta das competências e habilidades necessárias aos acadêmicos no trabalho científico e pedagógico de desnaturalização e estranhamento das concepções ou explicações e dos próprios fenômenos sociais. O currículo abrange as áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política, em articulação constante, salientando a busca pela formação de um profissional integral, pesquisador e professor em Ciências Sociais. Nessa linha, os licenciandos acessam instrumentos teóricos, conceituais e empíricos para investigar, analisar e disseminar os conhecimentos sobre os processos e estruturas condicionadoras da vida social, numa abordagem crítica, reflexiva e plural, para os âmbitos da Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Profissionalizante, Superior e continuada.

8.4 A docência na educação básica pública

A docência na educação básica, sobretudo pública, constitui-se enquanto eixo organizador do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, reforçando a centralidade da atividade docente na organização dos processos formativos e contemplando as diferentes dimensões da atuação profissional. Essas dimensões devem se desenvolver através do ensino, da pesquisa e da extensão, de uma forma complementar e integrada.

De maneira geral, segundo a Política Institucional da UFFS de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, no artigo 4º, 10º e 13º, a docência é perfilada como atividade profissional intencional e metódica e tem por finalidade promover o desenvolvimento humano a partir dos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade e da definição e organização de métodos que viabilizem esse desenvolvimento em cada indivíduo singular. Isso se refere à formação profissional voltada para atuar na Educação Básica, sobretudo pública, nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão do conhecimento, bem como em outros espaços educativos, escolares ou não. Importa destacar o objetivo de formar docentes capacitados a desenvolver suas atividades profissionais orientados pelo marco ético-jurídico da educação e direitos humanos, pela ética profissional, a sensibilidade estética, a capacidade de reconhecer a diversidade e a inconclusividade humana e fomentar o



conhecimento crítico da realidade e dos processos formativos.

Os docentes e as docentes em Ciências Sociais licenciados pela UFFS, *campus* Erechim, devem estar aptos a realizar aprofundamentos dos seus estudos no âmbito da formação continuada e produzir e difundir conhecimentos vinculados ao exercício profissional. Espera-se que sejam dotados de um repertório de saberes que os qualifica para atuar na Educação Básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar.

Não obstante, os egressos devem ter condições de acolher, analisar e interpretar as problemáticas vinculadas ao exercício profissional, no âmbito da organização e do funcionamento da instituição escolar, da efetivação das políticas públicas em educação, do currículo escolar e dos processos de ensino e aprendizagem e dos sujeitos da aprendizagem e de seu desenvolvimento; propor, elaborar, executar e avaliar atividades pedagógicas, comprometidos com a inclusão e a democratização cognitiva e social.

8.5 As articulações do currículo com a Educação Básica:

As relações do currículo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais com a Educação Básica têm como base um conjunto de dimensões vinculadas à política institucional, como destacado na seção acima (8.4), dando ênfase às especificidades da área de Ciências Sociais no âmbito da prática docente na escola básica.

O principal documento oficial que orienta o currículo escolar é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo que categoriza o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens fundamentais aos estudantes ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. O documento define conhecimentos, competências e habilidades que se entende que todos os alunos devem desenvolver durante o Ensino Médio. Sua orientação está ligada aos princípios éticos, políticos e estéticos delineados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's), e seus propósitos declarados fomentam uma formação humana integral, voltada para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

No ensino médio, a BNCC estabelece como obrigatórias em todas as etapas apenas



as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, sendo as demais áreas ofertadas aos discentes por meio de itinerários formativos específicos e opcionais. As Ciências Sociais encontram-se diluídas numa área de formação específica denominada Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e estão nominalmente representadas pela Sociologia. O texto da BNCC apresenta elementos gerais do itinerário formativo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de elementos específicos sobre as competências e habilidades exigidas em “Sociologia”. De modo geral, as competências exigidas pelos estudantes da Educação Básica na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas se relacionam com os alicerces do currículo da Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS, *campus* Erechim. Sugere-se que o aluno consiga analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nas dimensões local, regional, nacional e mundial, em diferentes tempos, utilizando-se de ferramental epistemológico e científico, para compreender e ter condições de se posicionar criticamente frente aos referidos processos. Também se sugere que os alunos consigam analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, compreendendo os processos sociais, políticos, econômicos e culturais que conformam conflitos e negociações, desigualdades e igualdades, exclusão e inclusão, além de acontecimentos que envolvam o exercício arbitrário do poder (BNCC, 2018).

O currículo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS, *campus* Erechim, prioriza uma formação integral dos seus acadêmicos, voltada para a investigação crítica, metódica e sistemática da realidade humana em sociedade, procurando subsidiar uma formação completa em ensino e pesquisa das três áreas das Ciências Sociais, a saber, a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. Através do cruzamento dos referenciais teóricos, conceituais e empíricos das três áreas, em contato direto com a preparação para a docência e a pesquisa, os acadêmicos dispõem de elementos para dialogar com as demandas curriculares da Educação Básica, bem como qualificar a geração de profissionais da área, tanto na formação inicial quanto continuada, além de produzir investigações científicas de profundidade e qualidade.

8.6 Articulações com as outras licenciaturas:

A organização e funcionamento dos processos formativos que o curso de **Ciências Sociais** compartilha com as outras licenciaturas do *campus* Erechim e da instituição efetiva-se a partir:

- a) dos componentes curriculares e das atividades do Domínio Conexo e do Domínio



Comum;

- b) da oferta de componentes optativos;
- c) da possibilidade de organização de eixos formativos vinculados à prática como componente curricular, de modo a promover entre os docentes dos componentes, em exercício e lotação em diferentes cursos, a organização de projetos de pesquisa e extensão em conjunto, organização de grupos de estudos entre cursos do *campus*, produção de materiais didático-pedagógicos, etc.;
- d) da possibilidade de definir linhas/programas de pesquisa e extensão entre os cursos, vinculadas aos diferentes domínios curriculares e/ou sua integração;
- e) da integração de NDEs (no âmbito do *Campus* e Institucional) no processo de organização e acompanhamento das atividades dos cursos.

8.6.1 A prática como componente curricular (PCC):

As Atividades de Prática como Componente Curricular têm por objetivos:

- I – promover a articulação dos diferentes conhecimentos e práticas constitutivas da formação do licenciado em Ciências Sociais, considerando sua formação para a docência e produção e difusão de conhecimentos, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso;
- II – promover a observação e a reflexão para que o estudante possa compreender e atuar em situações diversas e contextualizadas inerentes à sua futura ação profissional;
- III – envolver o estudante em atividades práticas referentes ao desenvolvimento da atividade de docência, gestão, produção e difusão de conhecimentos;

As Atividades de Prática como Componente Curricular no curso de Graduação em Ciências Sociais – Licenciatura, com carga horária correspondente a 400 horas, serão desenvolvidas a partir de eixos formativos, articulados semestralmente em atividade integradora organizada pelos componentes de cada nível.

Dentre as possibilidades pensadas podemos citar, de forma exemplificativa:

- a) Observação e análise de campo: Promover a visita a instituições sociais, como escolas, ONGs, centros comunitários, órgãos governamentais e empresas, para que os estudantes observem e analisem diferentes práticas e realidades sociais. Essa atividade permitirá que eles compreendam as dinâmicas sociais e culturais presentes



em contextos diversos.

b) **Elaboração de projetos de intervenção social:** Divididos em grupos, os estudantes poderão desenvolver projetos de intervenção social relacionados a questões sociais específicas, como pobreza, desigualdade, violência ou direitos humanos. Essa atividade envolverá pesquisa, análise de dados, planejamento e implementação de ações voltadas para a transformação social. Esse conjunto de atividades caracteriza parte dos projetos de extensão que serão desenvolvidos no âmbito do curso pelos estudantes.

c) **Elaboração de materiais didáticos:** Os estudantes poderão desenvolver materiais didáticos como jogos, vídeos, apresentações ou guias de estudo relacionados a conteúdos de Ciências Sociais. Essa atividade estimulará a criatividade, a pesquisa e a reflexão sobre estratégias pedagógicas adequadas para o ensino desses conteúdos.

d) **Participação em projetos de pesquisa:** Incluir os estudantes em projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes e pesquisadores da área de Ciências Sociais. Essa atividade permitirá que os estudantes tenham contato direto com a produção e difusão de conhecimentos científicos, participando de coleta e análise de dados, elaboração de relatórios e produção de artigos acadêmicos.

e) **Organização de eventos acadêmicos:** Envolver os estudantes na organização de eventos acadêmicos, como seminários, simpósios ou debates, relacionados a temas de relevância para as Ciências Sociais. Essa atividade proporcionará experiência na gestão de eventos, além de estimular o contato com pesquisadores e profissionais da área.

É importante ressaltar que as atividades de prática como componente curricular devem ser acompanhadas por professores orientadores, que irão fornecer suporte e reflexões sobre a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Além disso, as atividades devem ser planejadas de forma a integrar teoria e prática, visando à formação integral e qualificação dos futuros profissionais licenciados em Ciências Sociais.

Conforme as definições estabelecidas na primeira reunião do semestre do Colegiado do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, a carga horária de PPCr será ofertada fora do tempo de sala. Através das TICs, a ampliar da absorção dos conteúdos e a potencialização da aprendizagem com auxílio das ferramentas tecnológicas que permitem o protagonismo do estudante na construção da sua trajetória escolar.



Componente(s) articulador(s)	Nível do curso	Carga Horária em horas
Fundamentos de Antropologia	1	20
Antropologia Sociocultural	2	20
Sociologia Clássica	2	20
Teoria Política Moderna	2	20
Antropologia Estrutural	3	20
Sociologia Moderna	3	20
Teoria Liberal e das Elites	3	20
Antropologia Contemporânea	4	20
Sociologia Contemporânea	4	20
Teoria Política Contemporânea	4	20
Epistemologia das Ciências Sociais	4	20
Antropologia no Brasil	5	20
Sociologia no Brasil	5	20
Ciência Política no Brasil	5	20
Metodologia de Pesquisa Qualitativa	6	20
Metodologia de Pesquisa Quantitativa	6	20
Metodologia de Ensino em Ciências Sociais	6	20
Educação das Relações Étnico-raciais	7	20
Sociologia da educação	7	20
Economia Política	7	20

8.6.2 A Educação a Distância (EaD) e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

A modalidade de Educação a Distância (EaD) é aquela que inclui atividades didáticas, módulos ou unidades centrados nos processos de ensino e de aprendizagem, ofertados com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A EaD tem modificado a forma como as pessoas aprendem, proporcionando acessibilidade e flexibilidade em termos de locais e momentos de aprendizado, assim como personalização do ensino. A EaD é implementada pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), podendo-se dizer, portanto, que elas desempenham um papel crucial nesse contexto, oferecendo diversas possibilidades para a implementação de metodologias de aprendizado inovadoras, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Entenda-se por TICs, o conjunto de recursos tecnológicos que envolvem hardware, software e serviços utilizados para o processamento, armazenamento e transmissão de informações, abrangendo uma ampla gama de tecnologias, desde computadores e redes de comunicação até aplicativos móveis e sistemas de gestão (acadêmica, bibliotecas, etc.) e análise de dados. As TICs são fundamentais na moderna sociedade da informação, impactando áreas como comunicação, educação, saúde, entretenimento, negócios e governança. Elas proporcionam meios para o acesso à informação, facilitando a comunicação



e a colaboração entre pessoas e organizações, impulsionando a inovação em diversos setores.

Em termos metodológicos as TICs permitem a criação de ambientes de aprendizado interativos e personalizados, nos quais os alunos podem explorar conteúdos e atividades de acordo com seu ritmo e estilo de aprendizagem. Plataformas de ensino online oferecem recursos como quizzes adaptativos, exercícios interativos e feedback instantâneo, que auxiliam na identificação das necessidades individuais dos estudantes e na adaptação do ensino de acordo com seu progresso. Ferramentas de colaboração online, como fóruns de discussão, wikis e salas de chat, possibilitam a interação entre alunos e a construção coletiva do conhecimento. Por meio das TICs, os estudantes podem colaborar em projetos, debater ideias, compartilhar recursos e dar feedbacks uns aos outros, enriquecendo a experiência de aprendizado e promovendo habilidades sociais e cognitivas essenciais.

Integrar TICs no aprendizado baseado em projetos permite aos estudantes explorar temas de interesse de maneira prática e significativa. Eles podem utilizar recursos online para realizar pesquisas, coletar dados, criar apresentações multimídia e colaborar com colegas em projetos interdisciplinares. As TICs também facilitam a comunicação com especialistas e a exposição a diferentes perspectivas, enriquecendo o processo de aprendizagem.

Nos processos de aprendizagem que envolvem gamificação (metodologia que utiliza elementos de jogos em contextos não lúdicos, como a educação), a fim de engajar os alunos e promover a motivação, as TICs oferecem ferramentas e plataformas para criar experiências educacionais incluindo jogos educativos, simulações, desafios online e sistemas de recompensas. Essas abordagens podem tornar o aprendizado mais divertido, envolvente e eficaz.

Com o expressivo aumento do uso de dispositivos móveis, como smartphones e tablets, as TICs possibilitam o acesso ao aprendizado a qualquer momento e em qualquer lugar. Aplicativos educacionais, conteúdos otimizados para dispositivos móveis e plataformas de ensino responsivas permitem que os alunos aprendam de forma conveniente e adaptada ao seu estilo de vida digital.

Ao integrar essas metodologias de aprendizado com o uso estratégico das TICs, os educadores podem criar experiências educacionais dinâmicas, envolventes e personalizadas, que atendam as necessidades individuais dos alunos e promovam um aprendizado significativo e duradouro. A combinação do conhecimento pedagógico com as possibilidades tecnológicas oferecidas pelas TICs abre novos horizontes para a educação, tornando-a mais acessível, inclusiva e eficaz.



8.6.2.1 Ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem disponíveis

Para a implementação de atividades à distância, o curso dispõe de duas principais ferramentas tecnológicas, utilizadas e conhecidas como ambientes virtuais de ensino e aprendizagem: o MOODLE e o SIGAA. O MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é uma plataforma de aprendizagem online de código aberto projetada para facilitar a criação, distribuição e gerenciamento de cursos presenciais, semi-presenciais e à distância. Oferece ampla gama de recursos para facilitar o ensino e a aprendizagem remota, incluindo a gestão dos cursos no que tange a criar e organizar conteúdos educacionais como materiais de leitura, vídeos, questionários e tarefas em formatos diversos, interação aluno-instrutor por meio de fóruns de discussão, mensagens privadas e salas de chat em tempo real, avaliação e feedback pela execução de questionários, testes e tarefas, personalização dos ambientes de aprendizado, gestão de usuários a fim de atribuir papéis específicos às pessoas como instrutores, alunos ou administradores e controlar o acesso aos cursos e recursos. Além disso, possui uma ampla comunidade de apoio por ser uma plataforma de código aberto.

Já o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) é uma plataforma de gestão acadêmica utilizado por diversas instituições de ensino superior no país para gerenciar uma variedade de processos acadêmicos, administrativos e de pesquisa. Também permite o gerenciamento completo do ciclo de vida acadêmica dos alunos, desde a matrícula até a formatura. Isso inclui matrículas em disciplinas, registro de notas, controle de frequência e emissão de históricos escolares. Os professores podem utilizar o SIGAA para publicar materiais didáticos como slides, textos, vídeos e exercícios. Além disso, a plataforma facilita a comunicação com os alunos, o agendamento de provas e a atribuição de notas.

Por fim, o SIGAA pode ser integrado a outros sistemas de informação, como bibliotecas digitais, sistemas de gestão de bibliotecas e sistemas de gestão de recursos humanos para facilitar o compartilhamento de dados e garantir a interoperabilidade entre diferentes áreas da instituição.

8.6.2.2 Sistema de avaliação da aprendizagem a ser utilizado em atividades à distância

Os ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem disponíveis oferecem uma variedade de ferramentas que permitem aos professores avaliar e acompanhar o progresso dos alunos ao longo do curso. Por exemplo, pode-se criar questionários e testes online, questões



de múltipla escolha, verdadeiro ou falso, respostas curtas ou até mesmo questões dissertativas, dependendo dos objetivos de aprendizagem e do tipo de conteúdo abordado. As atividades vinculadas às Práticas como Componentes Curriculares poderão ser avaliadas através da criação das chamadas “Tarefas Online”, disponíveis tanto no MOODLE quanto no SIGAA, onde os alunos podem enviar trabalhos escritos em quaisquer formatos, projetos, relatórios ou outras atividades práticas para avaliação. Os professores podem fornecer feedback detalhado sobre essas tarefas provendo acompanhamento ao progresso individual de cada aluno.

8.6.3 Os estágios supervisionados:

O Estágio Docente Supervisionado ocupa um lugar de especial relevância no PPC do curso de Ciências Sociais, expresso na forma como os seus momentos estão organizados, enfatizando, além da observação e experiência docente, um olhar sobre o contexto escolar a partir de sua dimensão sociopolítica. Embora estejam previstas no PPC experiências práticas aliadas à formação teórica, considerando o futuro fazer pedagógico do professor de Ciências Sociais, é no momento do estágio que esse ciclo se completa. No momento do estágio, os alunos devem estar aptos a usar as ferramentas teórico-conceituais próprias das Ciências Sociais para respaldar suas experiências na escola de forma crítica, pluralista, reflexiva e analítica, além de se mostrarem capazes de realizar a mediação entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Os dois componentes de Estágio Docente Supervisionado no currículo específico das Ciências Sociais estão pensadas como um processo contínuo que guia o discente através de um gradual conhecimento das peculiaridades e exigências do ambiente escolar, para que seja possível a execução da reflexão e do planejamento das atividades (Estágio I) e o exercício da prática docente (Estágio II). Além delas, os Estágios Supervisionados não-obrigatórios pautam-se, também, pelas premissas teórico-metodológicas e conceituais do curso como um todo.

O componente de Estágio Curricular Supervisionado – Gestão escolar está incluído no Domínio Conexo e prepara o graduando para as demais, a partir de uma observação atenta e reflexiva no contexto escolar. Já o componente de Estágio Docente Supervisionado I se desenvolve com sete encontros presenciais em sala de aula, na universidade, com o intuito de que os licenciandos construam o documento final do componente, um “Plano de Estágio e Pesquisa na Docência em Ciências Sociais”. O documento deve ser dividido em duas partes: uma contendo um plano de trabalho bastante detalhado das atividades de ensino a serem



realizadas pelo estagiário; a outra parte do projeto constitui-se de uma proposta de investigação científica que tenha por objeto a experiência do estagiário no ensino de Ciências Sociais. Assim, segue a articulação presente em todo o PPC entre ensino e pesquisa.

Para a organização do “Plano de Estágio e Pesquisa na Docência em Ciências Sociais”, durante o componente o aluno terá que realizar uma série de atividades que visam prepará-lo tanto para sua experiência docente como de pesquisa: preparar programas de componentes, identificar deficiências e levantar bibliografias e metodologias, tudo culminando em uma “Simulação de Aula”, durante o horário letivo na universidade, um prelúdio do que o aguarda no semestre seguinte (Estágio II).

O componente na qual os acadêmicos praticam a regência de classe em Sociologia na escola básica é a de Estágio Docente Supervisionado II. Nela, o aluno aplica efetivamente os conhecimentos e as habilidades adquiridos nos anos anteriores. Em paralelo à atividade da docência, demanda-se uma reflexão crítica por parte do licenciando, nos termos das Ciências Sociais, de alguma temática que tenha chamado sua atenção ao longo de sua experiência na escola. A síntese dessa experiência deve se expressar em dois documentos: (1) um “Memorial do Estágio Docente em Ciências Sociais”, apresentando tudo o que foi desenvolvido nos dois componentes de estágio e os relatos reflexivos das atividades efetivamente realizadas em sala de aula; (2) um artigo científico explorando temáticas subjacentes ao tema do ensino em Ciências Sociais. A apresentação de ambos os documentos fecha o ciclo de componentes de estágio, deixando os alunos preparados para que possam cumprir de forma integral seu duplo papel de educador e intérprete científico da realidade social.

Nos dois componentes, Estágio Docente Supervisionado I e II, o professor ou os professores responsáveis por ministrá-los assumem o acompanhamento de todas as atividades de preparação, reflexão, teorização, incursão metodológica, elaboração de Planos de Curso, Planos de Trabalho, Planos de Aula e regência de classe dos licenciandos. Isso inclui encontros presenciais de aulas propriamente ditas e reuniões periódicas, individuais ou em grupo, no contexto da UFFS, além do acompanhamento *in loco* do exercício da docência dos licenciandos na escola. Em anexo, encontra-se o manual de Estágios, específico para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, *campus* Erechim.

8.7 A organização da pesquisa e extensão:

O curso de graduação em Ciências Sociais da UFFS/*Campus* Erechim oferece habilitação em Licenciatura observando o Regulamento de Graduação no que diz respeito à



indissociabilidade e integração das atividades de ensino de graduação com as de pesquisa, extensão e pós-graduação. A formação em Ciências Sociais com habilitação em licenciatura projeta a atuação do egresso como professor da educação básica formal, inserindo este na discussão acerca da problemática da educação desde a sua formação acadêmica. Para além do horizonte da educação formal, entende-se que o papel pedagógico do egresso do Curso de Graduação em Ciências Sociais pela UFFS – *Campus* Erechim não se limita à educação circunscrita às instituições oficiais de ensino, mas se aplica amplamente as suas diferentes possibilidades de inserção social e profissional.

A formação para a atuação profissional acontece em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, segundo as quais o Curso de Graduação em Ciências Sociais busca a promoção da relação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão, pressupondo uma formação indissociada nas áreas da Sociologia, Antropologia e Ciência Política, com foco na operacionalização didático-pedagógica dos conceitos aprendidos através da área de Ensino de Ciências Sociais.

Considerando que o currículo do curso de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios (Comum, Conexo e Específico) que são princípios articuladores entre ensino, pesquisa e extensão, o curso de Ciências Sociais desenvolve seus Componentes Curriculares primando por essa visão articuladora. Além dos Componentes Curriculares os dispositivos de Prática como Componente Curricular e das Atividades Autônomas reforçam o caráter didático-pedagógico da apropriação e produção de conhecimento teórico na perspectiva dessa articulação através das atividades destacadas no quadro abaixo:

Formas de Oferta de Atividades de Pesquisa e Extensão:

Linhas de Pesquisa e Extensão	Forma da oferta	Nível	Carga Horária
Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	Pesquisa sob a supervisão do docente orientador	8º	120h
Pesquisas no âmbito de Componentes Curriculares como parte do processo avaliativo	Pesquisa sob a supervisão do docente responsável pelo componente curricular	Todas	-
Programas e Projetos de Extensão (Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços)	De acordo com os fluxos de demanda espontânea e induzida sob os quais os docentes submetem propostas	Ao longo do Curso	-
Grupos de Pesquisa	Participação dos alunos em Grupos institucionalizados pelos docentes do curso	Ao longo do Curso	-
Núcleos de Pesquisas	Participação dos alunos em	Ao longo do	-



Linhas de Pesquisa e Extensão	Forma da oferta	Nível	Carga Horária
	Núcleos institucionalizados pelos docentes do curso	Curso	
Laboratórios de Pesquisas	Participação dos alunos em Laboratórios institucionalizados pelos docentes do curso	Ao longo do Curso	-

8.8 Atendimento às legislações específicas

Legislação	
Legislação	Componente curricular
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a <u>incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram</u> , a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.	Educação das Relações Étnico-Raciais (COD.xxx)
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.	Meio Ambiente Economia e Sociedade (GCS 238) e Economia Política (GCS370)
Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a <u>inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos</u> da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.	Direitos e Cidadania (GCS239) e Educação das Relações Étnico-Raciais (COD.xxx)

8.9 Estrutura curricular

A estrutura curricular organiza as atividades dos diferentes domínios formativos articulados entre si através dos eixos formativos da prática como componente curricular,



envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão. Os eixos formativos são distribuídos ao longo do período de formação e envolvem a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, além de incluir os componentes optativos e a indicação dos pré-requisitos e da carga horária referente às atividades autônomas.

Assim, apresentamos a seguir a Estrutura Curricular do Curso de Ciências Sociais da UFFS/*Campus* Erechim, do turno noturno.



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Erechim					Atividades ^A				Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	Estágio	TCC *		
Nível	Nº	Domí nio	Código	Componente Curricular	Teórica	PCCr	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
1º nível	01	ES	GCH1918	Fundamentos de Antropologia	40	20			60	
	02	CM	GCH1746	Introdução ao Pensamento Social	60				60	
	03	CM	GCS0691	Direitos e Cidadania	60				60	
	04	CM	GCH1748	Introdução à filosofia	60				60	
	05	CM	GLA0693	Produção Textual Acadêmica	60				60	
Subtotal					280	20			300	
2º nível	06	ES	GCH1919	Antropologia Social e cultural	40	20			60	1
	07	ES	GCH1920	Sociologia Clássica	40	20			60	2
	08	ES	GCH1921	Teoria Política Moderna	40	20			60	3
	09	CM	GCH1745	Iniciação à Prática Científica	60				60	
	10	CX	GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60				60	
Subtotal					240	60			300	
3º nível	11	ES	GCH1922	Antropologia Estrutural	40	20			60	1
	12	ES	GCH1923	Sociologia Moderna	40	20			60	2
	13	ES	GCH1924	Teoria Liberal e Elites	40	20			60	3
	14	CX	GCH809	Educação Inclusiva	60				60	
	15	CX	GCH806	Políticas Educacionais	60				60	
Subtotal					240	60			300	
4º nível	16	ES	GCH1925	Antropologia Contemporânea	40	20			60	
	17	ES	GCH1926	Sociologia Contemporânea	40	20			60	
	18	ES	GCH1927	Teoria Política Contemporânea	40	20			60	
	19	ES	GCH1928	Epistemologia das Ciências Sociais	40	20			60	



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Erechim					Atividades ^A				Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	Estágio	TCC *		
Nível	Nº	Domí nio	Código	Componente Curricular	Teórica	PCCr	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	20	CX	GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60				60	
Subtotal					220	80			300	
5º nível	21	ES	GCH1929	Antropologia no Brasil	40	20			60	
	22	ES	GCH1930	Sociologia no Brasil	40	20			60	
	23	ES	GCH1931	Ciência Política no Brasil	40	20			60	
	24	CM	GEX1059	Estatística Básica	60				60	
	25	CX	GCH805	Didática Geral	60				60	
Subtotal					240	60			300	
6º nível	26	CX	GCH808	Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	60		30		90	
	27	ES	GCH664	Metodologia de Pesquisa Qualitativa	40	20			60	19
	28	ES	GCH665	Metodologia de Pesquisa Quantitativa	40	20			60	24
	29	ES	GCH662	Metodologia de ensino de ciências sociais	40	20			60	
	30	CM	GCS0690	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60				60	
Subtotal					240	60	30		330	
7º nível	31	ES	GCH1932	Educação das Relações Étnico-raciais	40	20			60	
	32	ES	GCH663	Sociologia da educação	40	20			60	
	33	ES	GCH1933	Economia Política	40	20			60	
	34	CX	GLA211	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60				60	
	35	ES	GCH1934	Estágio Docente Supervisionado I	60		120		180	26
Subtotal					240	60	120		420	
8º nível	36	ES	GCH1935	Trabalho de Conclusão de Curso				120	120	1, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 23,



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Erechim					Atividades ^A				Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais	Aulas na modalidade EAD	Estágio	TCC *		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	PCCr	Discente Orientada - Presencial:			
									27, 28,35	
	37	ES	GCH1936	Estágio Docente Supervisionado II	20		130		150	35
	38	ES		Optativa I	60				60	
	39	ES		Optativa II	60				60	
	40	ES		Optativa III	60				60	
Subtotal					200		130	120	450	
Subtotal Geral					1900	400	280	120	2.700	
Atividades curriculares complementares									200	
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs) – <i>(quando aplicável)</i>									325	
Total Geral									3.225	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*A carga total de estágios (prática e teórica) totaliza 420 horas.

Rol de componentes optativos:

Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura Campus Erechim				Atividades*		Total de Horas	Pré-req
				Aulas presenciais			
				Teórica			
Nº	Código	Componente Curricular					
41	GCH1937	Estudos sobre Gramsci		60		60	
42	GCS582	Economia da Pobreza		60		60	
42	GCH1938	Estudos de Gênero		60		60	



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura <i>Campus Erechim</i>			Atividades*	Total de Horas	Pré-req
			Aulas presenciais		
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica		
43	GCS369	Cooperativismo, associativismo e autogestão	60	60	
44	GCH183	Tópicos especiais de Sociologia I	60	60	
45	GCH715	Tópicos especiais de Sociologia II	60	60	
46	GCH716	Tópicos especiais de Sociologia III	60	60	
47	GCH717	Tópicos especiais de Sociologia IV	60	60	
48	GCH499	Tópicos especiais de Sociologia V	60	60	
49	GCH500	Tópicos especiais de Sociologia VI	60	60	
50	GCH709	Tópicos especiais de Teoria Política I	60	60	
51	GCH710	Tópicos especiais de Teoria Política II	60	60	
52	GCH711	Tópicos especiais de Teoria Política III	60	60	
53	GCH712	Tópicos especiais de Teoria Política IV	60	60	
54	GCH713	Tópicos especiais de Teoria Política V	60	60	
55	GCH1939	Tópicos especiais de Teoria Política VI	60	60	
56	GCH704	Tópicos especiais de Antropologia I	60	60	
57	GCH705	Tópicos especiais de Antropologia II	60	60	
58	GCH706	Tópicos especiais de Antropologia III	60	60	
59	GCH707	Tópicos especiais de Antropologia IV	60	60	
60	GCH708	Tópicos especiais de Antropologia V	60	60	
61	GCH492	Tópicos especiais de Antropologia VI	60	60	
62	GCS584	Políticas Públicas	60	60	
63	GCH1940	Saídas a campo	60	60	
64	GCH674	Estrutura de Classes e Estratificação Social	60	60	
65	GCH675	Estudo de Partidos Políticos	60	60	



Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura <i>Campus Erechim</i>			Atividades*	Total de Horas	Pré-req
			Aulas presenciais		
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica		
66	GCH202	Estudo de Relações Internacionais	60	60	
67	GCH678	Estudos do Trabalho I	60	60	
68	GCH679	Estudos do Trabalho II	60	60	
69	GCH680	Estudos Urbanos	60	60	
70	GEX1057	Informática Básica	60	60	
71	GCH681	Identidades, etnicidades e minorias	60	60	
72	GCH683	Mobilidade e Desigualdade Social	60	60	
73	GCH684	Movimentos Sociais I	60	60	
74	GCH685	Movimentos Sociais II	60	60	
75	GCH686	Relações de Gênero	60	60	
76	GCH226	Religião e Sociedade	60	60	
77	GCH689	Antropologia Política	60	60	
78	GCH691	Etnologia Indígena	60	60	
79	GCH693	Pensamento Político Libertário	60	60	



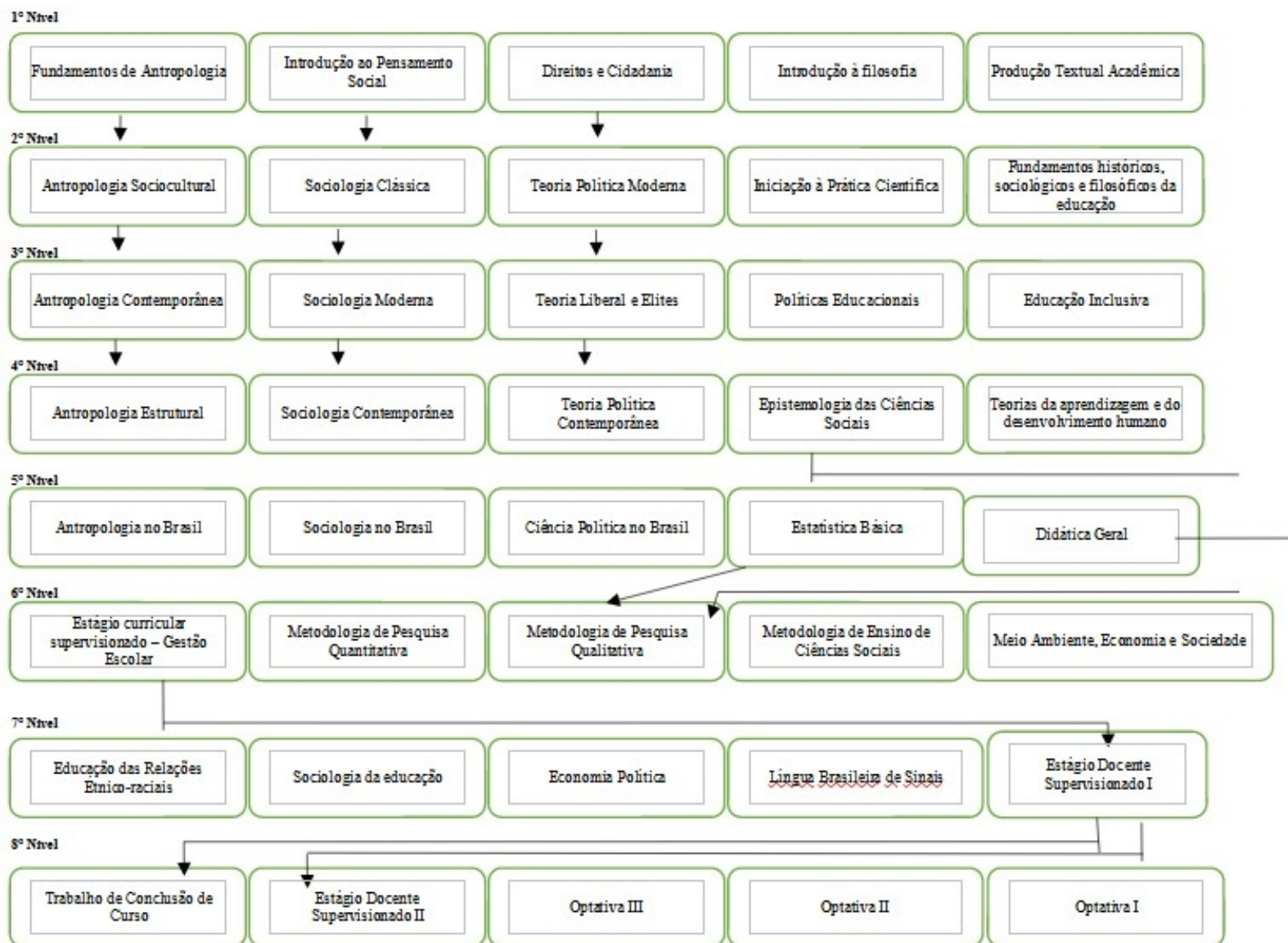
8.10 Resumo de carga horária dos estágios, Atividades Autônomas e TCC.

Resumo de Carga horária de Estágio, Atividades Autônomas, TCC e Atividades EaD*	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420
Componentes curriculares optativos	180
Atividades Autônomas	200
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) *	325
Atividades na modalidade educação à distância *	400

**quando aplicável*



8.11 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)





8.12 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso:

8.12.1 Estágios Curriculares Supervisionados (Normatização no ANEXO I)

As disciplinas de estágio ocupam uma posição relevante no interior da estrutura curricular do curso de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais. De caráter obrigatório, é oferecido de maneira regular durante os semestres letivos do curso. Devido à natureza sua carga horária prática, possibilita que o estudante adquira experiência por meio da atuação em uma situação o mais próxima possível daquela que encontrará nas escolas.

O componente de Estágio Curricular Supervisionado – Gestão escolar tem uma carga horária de 60 horas teóricas e 30 horas práticas e objetiva preparar o estudante para produzir uma observação atenta e reflexiva sobre o contexto escolar.

O componente curricular do Estágio Docente Supervisionado I tem uma carga horária de 180 horas. Para realizá-lo, o estudante deverá conduzir uma série de pequenas pesquisas na escola, cada uma resultando em um relatório parcial, cujo conjunto, devidamente revisado, será o diagnóstico da realidade escolar. Os professores responsáveis por supervisionar esta etapa do estágio deverão promover encontros regulares a fim de avaliar os progressos dos alunos. Estes encontros servem também para que os estudantes troquem experiências sobre suas pesquisas.

O componente curricular que mais se assemelha ao que tradicionalmente se identifica com as práticas de estágio é a de Estágio Docente Supervisionado II, disposta em uma carga teórica de 20 horas e 130 horas de atividades de ambiente da escola, com ações de observação e prática didática. Nesta disciplina, o estudante aplicará efetivamente os conhecimentos e habilidades adquiridos nos anos anteriores. Paralelamente à sua atuação como professor, será demandada uma reflexão crítica, nos termos das ciências sociais, de alguma temática que tenha chamado a atenção do estudante ao longo de sua experiência na escola. Esta deverá, então, ser sintetizada em um relatório final.

No Anexo I, encontra-se o manual do Estágios, específico para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, *campus* Erechim.

8.12.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II)

As Atividades Autônomas constituem ações que visam à complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo desenvolvidas no curso de Licenciatura em Ciências Sociais com carga horária de 200 horas, distribuídas ao longo da estrutura curricular.



As Autônomas constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

As Atividades Autônomas apresentam-se como conhecimento adicionado ao aprendizado obtido a partir da estrutura curricular. O propósito desse tipo de tarefa é acrescentar novas experiências para ampliar a formação do estudante. Dessa forma, além de melhorar o aproveitamento nos estudos, ganha mais respaldo para o seu desenvolvimento pessoal, profissional e como cidadão.

As atividades podem ser divididas em duas categorias: atividades complementares internas: são realizadas dentro da universidade, como monitorias, iniciação científica, pesquisa e extensão; (e) atividades complementares externas: workshops, congressos, cursos livres online, intercâmbios e estágios não obrigatórios, entre outros.

As atividades complementares visam à garantia de que o egresso do curso de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais da UFFS tenha vasto e eclético contato com a produção teórica e a prática social atinentes à formação profissional obtida na universidade.

8.12.3 Atividades Práticas como Componentes Curriculares

Em acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001 e com as Resoluções CNE/CP1/2002 e CNE/CP2/2002, o curso de Ciências Sociais da UFFS - Licenciatura garante a realização das horas de atividades de prática como componente curricular logo no início do curso. As atividades de prática como componente curricular concretizam-se na disciplina de Metodologia de Ensino em Ciências Sociais, mas também como desdobramentos das reflexões teóricas inerentes ao campo das Ciências Sociais.

Nesse sentido, o objetivo das atividades de prática é levar o aluno de Ciências Sociais a relacionar sua formação teórica com a sua futura prática docente. Com as atividades de prática pretende-se desenvolver no aluno a capacidade de observação, reflexão do contexto social mais amplo e suas relações com o contexto escolar.

Essas experiências visam contribuir também para que o aluno analise criticamente os subsídios didáticos do fazer pedagógico de forma a obter autonomia na produção, seleção e adequação dos materiais didático-pedagógicos de sua prática docente. No cômputo da carga horária das atividades de prática como componente curricular consideram-se as atividades de planejamento, observação, reflexão, pesquisa e elaboração de materiais pedagógicos.



As atividades de prática como componente curricular estão inseridas no contexto das disciplinas específicas ao campo de conhecimento das Ciências Sociais e de formação docente, sendo o momento em que o saber teórico ganha uma dimensão prática, conforme organização da estrutura curricular. Ao conceber a prática como inerente às disciplinas formativas do campo das Ciências Sociais, pretende-se superar a dicotomia entre teoria e prática e romper com a visão que concebe prática tão somente com estágio curricular, tal como prevê a legislação em vigor.

Em razão do caráter dinâmico da prática, as atividades que lhe concernem estão em constante processo de reformulação pelo Colegiado de Curso em que pese a existência de um regulamento que prevê um conjunto de atividades associadas ao semestre e às disciplinas. As atividades de prática ocorrerão na modalidade EAD. Serão seis encontros síncronos, ao longo do semestre, em semanas em que não ocorrerem aulas presenciais do domínio específico. Deste modo, um professor, que será designado pelo Colegiado, terá a responsabilidade de concretizar estes encontros e ajudar os alunos nas atividades práticas.

8.12.4 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)

Entende-se que a atividade de conclusão de curso deve ser realizada de maneira processual, ao longo de todo o período de formação do estudante na graduação. Para tanto, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais criou as disciplinas de Metodologias da Pesquisa Qualitativa e Metodologias da Pesquisa Quantitativa. Além disso, o curso oferece como Atividade Autônoma as atividades de leitura dirigida, nas quais os estudantes podem realizar, sob a orientação de um docente do curso, um programa de leituras sobre temas diversos das áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Esse modelo visa inserir os estudantes no universo da pesquisa desde os primeiros níveis do curso.

Entende-se que essas diferentes dimensões do processo de formação do licenciado em Ciências Sociais são necessárias para sua atuação como profissional no exercício da docência. A pesquisa, no curso de licenciatura em Ciências Sociais, não ignora a necessidade de articular a iniciação ao processo investigativo com a atuação na docência na educação básica. Nesse sentido, o estudante que quer fazer do processo de ensino aprendizagem na área de Ciências Sociais objeto de pesquisa, além da experiência e dos insumos proporcionados pelos componentes curriculares de Estágio Docente Supervisionado I e II, é estimulado a direcionar seu trabalho nos componentes curriculares TCC para esse campo.

Cabe observar, no entanto, que o curso prevê atividades e momentos específicos para



que os resultados do trabalho de conclusão de curso possam ser apresentados. Nesse sentido, considera-se importante que o estudante se dedique à execução de um estudo monográfico. Para tanto, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais oferece a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que o aluno matriculado deve ter o acompanhamento individualizado por parte de um professor orientador que o auxilia na elaboração dos trabalhos finais necessários para aprovação em TCC.

Para cursar a disciplina o estudante deve ter sido aprovado nas disciplinas de metodologia mencionadas e ter cumprido a carga horária destas doze disciplinas: Fundamentos de Antropologia; Antropologia Sociocultural; Antropologia Estrutural; Antropologia Contemporânea; Antropologia no Brasil; Teoria Política Moderna; Teoria Liberal e Elites; Teoria Política Contemporânea; Ciência Política no Brasil.

O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso é desenvolvido pelos professores orientadores indicados pelos estudantes. Para efeitos de distribuição de carga horária, os docentes orientadores compartilharão o CCR em número definido pelo Colegiado de Curso a cada semestre. O trabalho de monografia é acompanhado pelos professores orientadores definidos no CCR Trabalho de Conclusão de Curso.

No Anexo IV, encontra-se o regulamento completo dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

8.12.5 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo

A formação de profissionais da área de Ciências Sociais exige não apenas o domínio de conhecimentos teóricos, mas também a capacidade de aplicar esses conhecimentos na prática, dialogar com a sociedade e promover ações de transformação social. Nesse sentido, a inclusão de atividades de extensão e cultura no currículo de um curso de Licenciatura em Ciências Sociais pode enriquecer a formação dos estudantes, possibilitando uma conexão mais efetiva com a realidade social e oferecendo oportunidades de vivência prática e reflexão crítica.

Considerando o disposto no ANEXO I RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021 que aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul:

“Extensão na Educação Superior Brasileira: é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação



permanente com o ensino e a pesquisa”

Baseado no mesmo documento norteador (§3º do Art. 10), as atividades de extensão estarão vinculadas, parcialmente, aos estágios, sejam eles curriculares ou não obrigatórios. Nesse sentido, programas institucionais de como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Residência Pedagógica (PRP), bem como, programas similares ou aqueles que porventura venham a substituí-los, serão admitidos como atividades de extensão e cultura nos termos do Regulamento anexo.

Ainda, Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) executadas por meio da atuação em programas, projetos ou outras modalidades extensionistas e culturais regulamentadas nos termos do Anexo deste PPC, serão validadas como atividades extensionistas para efeitos da inserção de atividades de extensão e de cultura no currículo do curso. Tais atividades deverão estar vinculadas ao Programa Permanente de Extensão e Cultura do Curso, dentro do qual as mais diversas atividades extensionistas e culturais se desenvolverão.

Assim, acreditamos que a inserção de atividades de extensão e cultura por meio de estágios curriculares e projetos de cultura e extensão no curso de Licenciatura em Ciências Sociais pode promover uma formação mais completa e engajada dos estudantes. Essas atividades permitem a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, o diálogo com a sociedade e a promoção de ações de transformação social. Ao incluir essas atividades no currículo, é possível formar profissionais mais preparados e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com base na composição da estrutura curricular, compor um quadro com a forma e a respectiva carga horária que atenderá a inserção da extensão e da cultura:

Resumo de Carga horária de atividade no curso		Carga horária (horas)
CCR Integral em atividades de extensão e cultura		0
CCR Misto		0
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura		Mín. 220 Máx 325
Validação da atuação em ações externas		Até 100
Total na modalidade extensão e cultura		325

As linhas estão descritas no art. 8 da RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2017: (<https://www.uffs.edu.br/UFFS/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2017-0004>)



8.13 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.13.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura

(Domínios: Comum, Conexo, Específico)

CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 1

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1918	FUNDAMENTOS DE ANTROPOLOGIA	60
EMENTA		
Conceitos antropológicos básicos: etnocentrismo e relativismo; saberes e práticas etnográficas; campo disciplinar da antropologia. Prática como componente curricular: trabalho de campo etnográfico.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar estudantes com modos de fazer e pensar antropológicamente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo . São Paulo: UNESP, 2006. CASTRO, Celso (org.). Textos básicos de antropologia . Rio de Janeiro: Zahar, 2016. CASTRO, Celso (org.). Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. GOMES, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura . São Paulo: Contexto, 2011. INGOLD, Tim. Antropologia: para que serve? Petrópolis: Vozes, 2019. PEIRANO, Mariza. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia . Rio de Janeiro: Zahar, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia de Mattos. (Orgs). Etnografia, o espírito da Antropologia: tecendo linhagens, homenagem a Claudia Fonseca . Santa Cruz do Sul: EDUNISC/Brasília: ABA Publicações, 2017. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Sobre o pensamento antropológico . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. CASTRO, Celso (org.). Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, F. S. História da antropologia . Petrópolis: Vozes, 2012. FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico . 23. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2003. MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna (orgs.). Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade . São Paulo: Terceiro Nome, 2007. MILLER, Daniel <i>et al.</i> (org.). Como o mundo mudou as mídias sociais . Londres: UCL Press, 2019. ROCHA, Everardo; FRID, Marina (orgs.). Os antropólogos: de Edward Tylor a Pierre Clastres . Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1746	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais . Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0691	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996. NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, SP: Papyrus, 2008. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1748	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.		
OBJETIVO		
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0693	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.		



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1919	ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL	60
EMENTA		
Conceitos de cultura e sociedade em antropologia; compreensão, descrição e interpretação antropológicas; organização social e sistemas culturais; culturalismo, estrutural-funcionalismo e interpretativismo; linhagem anglo-saxã. Prática como componente curricular: descrição cultural.		
OBJETIVO		
Situar o debate sobre os conceitos de cultura e sociedade na história do campo disciplinar antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, Celso (org.). Franz Boas: antropologia cultural . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. CASTRO, Celso (org.). Cultura e personalidade: Margaret Mead, Ruth Benedict, Edward Sapir . Rio de Janeiro: Zahar, 2015. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. FELDMAN-BIANCO, Bela. Antropologia das sociedades contemporâneas . 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental . São Paulo: Ubu Editora, 2018. EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer . São Paulo: Perspectiva, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada: adões da cultura japonesa . Petrópolis: Vozes, 2019. BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo . Petrópolis: Vozes, 2010. EVANS-PRITCHARD, Edward. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande . Rio de Janeiro: Zahar, 2005. GEERTZ, Clifford. Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa . 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. LEACH, E. R. Sistemas Políticos da Alta Birmânia . São Paulo: EDUSP, 1996. LÉVI-SRAUSS, Claude. Tristes trópicos . São Paulo: Cia. das Letras, 1999. MEAD, Margaret. Macho e fêmea . Petrópolis: Vozes, 2020. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva . Petrópolis: Vozes, 2013. SAHLINS, Marshall. Ilhas de História . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. WOLF, Eric. A Europa e os povos sem história . São Paulo: EdUSP, 2009.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1920	SOCIOLOGIA CLÁSSICA	60
EMENTA		
Formulações clássicas do pensamento sociológico moderno do século XIX ao início do século XX. Karl Marx e o capitalismo como questão sociológica. Ferdinand Tönnies e a antinomia Comunidade – Sociedade. A sociologia funcionalista de Emile Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. A sociologia formalista e impressionista de Geog Simmel. Prática Sociológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos dos expoentes das primeiras fases do pensamento sociológico clássico, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus ulteriores desdobramentos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico . Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.		
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Tradução de Ephraim F. Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política . Tradução de Maria H. B. Alves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.		
SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade . Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.		
WEBER, Max. Ensaio de sociologia . Organização de H. H. Gerth, C. Wright Mills; tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1982.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália . Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.		
DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social . Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, c2010		
MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos . Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2017.		
MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos . Tradução e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, c2004.		
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 6 v.		
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017-2023. 3 v.		
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista . [10. ed. rev.]. São Paulo: Global, 2006.		
WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . Tradução de Pietro Nassetti. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.		
WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Tradução de Regis Barbosa, Karen E. Barbosa. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999-2000. 2 v.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1921	TEORIA POLÍTICA MODERNA	60
EMENTA		
Concepções modernas do estudo da política. Estado moderno. Absolutismo e Liberalismo. Contratualismo e legitimidade. Prática como Componente Curricular: teoria política moderna.		
OBJETIVO		
Compreender os princípios e fundamentos da concepção moderna da política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HOBBS, Thomas. <i>Leviatã, ou, Matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil</i> . Organização de Richard Tuck; tradução de João P. Monteiro, Maria B. Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.		
LOCKE, John. <i>Dois tratados sobre o governo</i> . Tradução de Julio Fischer. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
MAQUIAVEL, Nicolau. <i>Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio</i> . São Paulo: Martins Fontes, 2007.		
MAQUIAVEL, Nicolau. <i>O príncipe</i> . Tradução de Maria J. Goldwasser. 4. ed. total. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2010.		
MONTESQUIEU, O espírito das leis. Tradução de Cristina Murachco. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>O contrato social: princípios do direito político</i> . Tradução de Antônio de P. Danesi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BIGNOTTO, Newton. Maquiavel republicano . São Paulo: Loyola, c1991.		
BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos . Organização de Michelangelo Bovero; tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.		
HOBBS, Thomas. Do cidadão . Tradução e notas de Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
HOBBS, Thomas. Os elementos da lei natural e política . Tradução de Bruno Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2010.		
LOCKE, John. Ensaio político . Organização de Mark Goldie; tradução de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2007.		
QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Cláudio; BRANDÃO, Gildo M. (org.). Clássicos do pensamento político . 2. ed. rev. São Paulo: Edusp, 2004.		
ROUSSEAU, Jean-Jacques. <i>Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens</i> . Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . Tradução de Renato Janine Ribeiro, Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		
WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política . São Paulo: Ática, 1998. 2 v.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1745	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH804	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
1.Relações entre sociedade, cultura e educação. 2. Modernidade e Educação: Igualdade, Democracia e Emancipação. 3. Os sujeitos históricos da educação formal. 4. As dimensões sociais, históricas e filosóficas na pesquisa educacional contemporânea. 5. A Instituição escolar na atualidade e políticas de formação docente.		
OBJETIVO		
Promover reflexões e debates acerca da educação considerando elementos de caráter histórico, filosófico e sociológico que fundamentam essa área de conhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. W. Educação e emancipação . 6ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere : os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARROYO, M. G. Ofício de mestre : imagens e autoimagens. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BRANDÃO, C. R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência : novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014. DURKHEIM, É. Coleção educadores (MEC) . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. FERNANDES, F. A educação como problema social. In: FERNANDES, F. Leituras & legados . São Paulo: Global, 2010. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: Textos seletos. Carneiro Leão, E. (Org). Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974. NARODOWSKI, M. A infância como construção pedagógica. In: COSTA, M. V. (Org.). Escola básica na virada do século : cultura, política e currículo. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 3

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1922	ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL	60
EMENTA		
Conceitos de estrutura e processo em antropologia; lógicas, modelos e explicação antropológicas; rituais, mitos e símbolos; funcionalismo, estruturalismo e pós-estruturalismo; linhagem francesa. Prática como componente curricular: análise de mitos e rituais.		
OBJETIVO		
Situar o debate sobre os conceitos de estrutura e processo na história do campo disciplinar antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOURDIEU, Pierre. O senso prático . 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural . São Paulo: Ubu Editora, 2017. LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem . Campinas: Papyrus, 2012. MAUSS, Marcel. Antropologia e Sociologia . São Paulo: Ubu Editora, 2017. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural . São Paulo: Ubu Editora, 2018. TURNER, Victor. Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana . Niterói: EdUFF, 2008		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUMANA, Fernando. O sonho Dogon: nas origens da etnologia francesa . São Paulo: EdUSP, 2011. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas . Ubu Editora, 2017. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . São Paulo: Ubu Editora, 2017. DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo . São Paulo: Perspectiva, 2010. DESCOLA, Philippe. Para além de natureza e cultura . Niterói: EdUFF, 2023. DUMONT, Louis. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações . 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008. FAUSTO, Carlos. Inimigos fiéis . São Paulo: Edusp, 2001. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural II . São Paulo: Ubu Editora, 2017. LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido: mitológicas I . Rio de Janeiro: Zahar, 2021. SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios do reino das ilhas Sandwich . Rio de Janeiro: Zahar, 2008.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1923	SOCIOLOGIA MODERNA	60
EMENTA		
Formulações do pensamento sociológico moderno da primeira metade do século XX. Escola de Chicago e Ecologia Humana. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Interacionismo Simbólico e Etnometodologia. Sociologia dramaturgica de Erving Goffman. Escola de Frankfurt. Teoria geral da ação de Talcott Parsons. Prática Sociológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Examinar as perspectivas sociológicas da primeira metade do século XX, abordando o contexto sócio- histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica . Organização de Márcio Seligmann-Silva; tradução e seleção das variantes por Gabriel V. Silva. Porto Alegre: LP&M, 2017		
EUFRASIO, Mário A. Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940) . 2. ed. São Paulo: Editora 34: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2013.		
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). Teoria social hoje . São Paulo: Ed. Unesp, 1999.		
GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana . 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
HORKHEIMER, Max. Teoria crítica: uma documentação: tomo I . São Paulo: Perspectiva, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo . São Paulo: Ed. Unesp, c1997.		
MARCUSE, Herbert. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1999.		
SCHÜTZ, Alfred. A construção significativa do mundo social: uma introdução à sociologia compreensiva . Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1924	TEORIA LIBERAL E ELITES	60
EMENTA		
Surgimento, definições e características da Democracia Liberal e Representação Política. Teoria das Elites. Neomarxismo. Prática como Componente Curricular: teoria liberal e das elites.		
OBJETIVO		
Analisar o processo de formação da Democracia Representativa, da Representação Política e da Teoria das Elites.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAHL, Robert A. A democracia e seus críticos . Tradução de Patrícia de F. Ribeiro. São Paulo: Martins Fortes, 2012.		
HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O federalista . Tradução e notas de Viriato Soromenho-Marques, João C. S. Duarte. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. Disponível em: https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/ISBN-978-972-31-1384-6_256h.pdf . Acesso em: 28 ago. 2023.		
MILL, John Stuart. Sobre a liberdade . Tradução de Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2016. (Minha Biblioteca).		
POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo . Tradução de Rita Lima. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.		
REVISTA de Sociologia e Política, Curitiba, v. 20, n. 44, nov. 2012. Dossiê “O centenário de <i>Sociologia dos partidos políticos</i> , de Robert Michels”, p. 5-95. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/i/2012.v20n44 . Acesso em: 28 ago. 2023.		
WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política, 2 : Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia . Tradução de Marco A. Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.		
RAWLS, John. O liberalismo político . Tradução de Álvaro de Vita, Luís C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, c2011.		
TOCQUEVILLE, Alexis. Democracia na América . Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004-2005. 2 v.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH809	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
EMENTA		
Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação as minorias historicamente excluídas.		
OBJETIVO		
Promover discussões e práticas que perpassam o atendimento educacional especializado e os processos de inclusão e exclusão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. LAPLANE, Adriana (Org.). Políticas e práticas de Educação Inclusiva . 2. ed. Campinas: autores associados, 2007. MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise . São Paulo: Junqueira Marin, 2008. PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente . Educação e Sociedade, v. 26, n. 91, maio/ago. 2005 HALL, S. A identidade cultural na Pós-Modernidade . 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006. WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdutória teórica e conceitual . In: SILVA, T.T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COLL, César; MARCHENSI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação . 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. CURY, C. R. J. C. Os fora de Série na escola . São Paulo: Armazém do Ipê, 2005. JANNUZZI, G.S.M. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2006. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos . Campinas: Autores Associados, 1999. LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). Habitantes de Babel: Políticas e Poética da Diferença . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. LUNARDI-MENDES, Geovana M.; SOUZA NETO, A. ; SEPTIMÍO, C. O não – saber como retórica constante: Aproximações entre os observatórios de educação especial e políticas públicas de inserção de Tecnologia . Revista Teias (UERJ. Online), v. 17, 2016. MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003. MONTAAN, M.T.E. O desafio das diferenças nas escolas . 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2011 RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH806	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	60
EMENTA		
Conceitos de referência em políticas educacionais. Estado, federalismo e políticas educacionais. A educação enquanto política de corte social. Políticas educacionais no Brasil, marcos históricos: período republicano até a contemporaneidade. Políticas de financiamento da educação básica. Políticas de formação de professores. Bases legais e a organização atual da Educação Básica no Brasil.		
OBJETIVO		
Compreender e discutir a política educacional brasileira como ação do Estado nos diferentes contextos, demandas, tendências das políticas de educação básica voltadas para a garantia do direito à educação, organização, gestão, financiamento e formação de professores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012. AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 10. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2004. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (orgs.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília: UNESCO, 2010. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola . Brasília: Liber Livro, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). Crise da escola e políticas educativas . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade . São Paulo: Centauro, 2005. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Políticas, estrutura e organização . 10 ed. Rev. Ampl. São Paulo: Cortez, 2012. LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa,; LIMONTA, Sandra Valéria (orgs.). Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores . Goiânia: CEPED; Kelps, 2013. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011. KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Orgs.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate . Campinas: Autores Associados, 2000. OLIVEIRA, Romualdo Portela de, ADRIÃO, Theresa (orgs.) Gestão, financiamento e direito à educação: análise da constituição Federal e da LDB . E ed. Rev, ampl. São Paulo: Xamã, 2007. OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). Política e gestão da educação . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. VIEIRA, Sofia L. & FARIAS. Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007.		



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 4

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1925	ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA	60
EMENTA		
Viradas conceituais em antropologia; escritas, críticas e representações antropológicas; relações, agências e ontologias; pós-colonialismo, feminismo e perspectivismo; antropologias do mundo de hoje. Prática como componente curricular: transposição didática de conteúdos pós-coloniais e feministas.		
OBJETIVO		
Situar inovações teóricas e conceituais mais recentes do campo disciplinar antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CLIFFORD, James; MARCUS, George. A escrita da cultura: poética e política da etnografia . Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/EDUFRRJ, 2016. KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami . São Paulo: Companhia das Letras, 2015. RIVERA CUSICANQUI. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores . São Paulo: n-1 editora, 2021. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios . São Paulo: Ubu, 2018. TSING, Anna. O cogumelo no fim do mundo: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo . São Paulo: n-1 edições, 2022. WAGNER, Roy. A invenção da cultura . São Paulo: Ubu Editora, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural . 2 ed. Niterói: EdUFF, 2021. DAS, Veena. Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário . Guarulhos: Editora Unifesp, 2020. FABIAN, Johannes. O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seus objetos . Petrópolis: Vozes, 2013. GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor . 4 ed. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2018. LATOURETTE, Bruno. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede . Salvador: EdUFBA, 2012. RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, A. (Org.). Antropologias mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder . Brasília: Editora UnB/LetrasLivres, 2012. RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (Orgs.). Políticas etnográficas no campo da cibercultura . Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história . Curitiba: Huya, 2016. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem . São Paulo: Ubu Editora, 2017. VIVEROS VIGOYA, Mara. As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América . Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1926	SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA	60
EMENTA		
Formulações do pensamento sociológico moderno da segunda metade do século XX à atualidade. Exame do debate sobre a crise de “paradigma” na sociologia e seus desdobramentos. Abordagens sociológicas emergentes. Prática Sociológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Examinar as perspectivas sociológicas da segunda metade do século XX à atualidade, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação . 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz & Terra, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade . São Paulo: Ed. Unesp, c1991. TOURAINÉ, Alain. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje . 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011-2012. 5 v. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade . Rio de Janeiro: Zahar, 2000. FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979) . São Paulo: Martins Fontes, 2008. HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. LATOURETTE, Bruno. Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red . Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2008. MORIN, Edgar. O método . Porto Alegre: Sulina, 2015-2016. 6 v. RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos . Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43099.pdf . Acesso em: 28 ago. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1927	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	60
EMENTA		
As bases da Teoria Política Contemporânea. Instituições, Comportamentalismo, Cultura Política, Teoria da Escolha Racional, Pluralismo, Partidos Políticos e Sistemas Partidários. Prática como Componente Curricular: teoria política contemporânea.		
OBJETIVO		
Analisar as compreensões contemporâneas do processo político.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAHL, Robert A. Poliarquia . Participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2015. DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia . São Paulo: Edusp, c1999. KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2100 . Acesso em: 28 ago. 2023. LIJPHART, Arend. Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países . 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. MANCUR, Olson. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais . São Paulo: Edusp, c1999. PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos . São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília, DF: Ed. UnB, 2001. HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova: Revista de Cultura e Política , São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfnMPr4fj75gb . Acesso em: 28 ago. 2023. KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Estudos Históricos , Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2100 . Acesso em: 28 ago. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1928	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	60
EMENTA		
<p>O conhecimento científico social na confluência entre ciências nomológicas e ciências histórico-hermenêuticas. O positivismo científico, a ênfase na validação empírico-indutiva dos enunciados científico-sociais e os limites epistêmicos de tais abordagens. A clivagem kuhniana entre ciências paradigmáticas e ciências pré-paradigmáticas. O pensamento popperiano e sua influência sobre as ciências sociais. Linhagens e perspectivas epistemológicas nas ciências sociais. A mediação entre teoria e dados de pesquisa. As ciências sociais e o giro descolonial. Prática como Componente Curricular.</p>		
OBJETIVO		
<p>Refletir sobre o debate acadêmico acerca da validação dos argumentos, dos dados empíricos e das elaborações teóricas e metodológicas em ciências sociais, possibilitando ao aluno entender os limites do conhecimento das Ciências Humanas e discernir perspectivas de ensino e pesquisa com vigilância epistemológica adequada a cada contexto.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FEYERABEND, Paul. Contra o método. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14084. Acesso em: 28 ago. 2023. STENGERS, Isabelle. A invenção das ciências modernas. São Paulo: Editora 34, 2002. WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CASTORIADIS, Cornelius. Sujeito e verdade no mundo social-histórico: seminários, 1986-1987: A criação humana I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. HABERMAS, Jürgen. A lógica das ciências sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. LATOURE, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 15. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. POPPER, Karl. Textos escolhidos. Organização de David Miller. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010. RICOEUR, Paul. Hermenêutica e ideologias. Organização de Hilton Japiassu. [3. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH807	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	60
EMENTA		
1. A psicologia como ciência: origem, evolução e delimitação dos objetos de estudo; 2. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano sob o enfoque da Psicologia; 3. Psicanálise: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 4. Comportamentalismo: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 5. Epistemologia genética: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 6. Psicologia sócio histórica: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas; 7. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.		
OBJETIVO		
Reconhecer a variedade de processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a promoção do desenvolvimento das pessoas envolvidas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. Psicologias : uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008. CUNHA, M. V. Psicologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da aprendizagem : processos, teorias e contextos. Brasília: Liber livros, 2009. SANTOS, M. S.; XAVIER, A.; NUNES, A. I. B. Psicologia do desenvolvimento : teorias e temas contemporâneos. Brasília: Líber Livro, 2009. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia : bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BECKER, Fernando. Da ação à operação : o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. BRONFENBRENNER, U. Ecologia do desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artmed, 2000. FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: Obras Psicológicas Completas , Vol. XIII, RJ: Imago, 1914. JOLIBERT, B. Sigmund Freud . Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon : teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. MUNARI, A (org.). Jean Piaget . Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003. SMITH, L. Frederic Skinner . Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em:		



www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4663.pdf.

VYGOTSKY, Lev. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone /EDUSP, 1988.



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 5

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1929	ANTROPOLOGIA NO BRASIL	60
EMENTA		
Configurações do campo disciplinar da antropologia no Brasil; atuação profissional, pesquisa etnográfica e formação; temas e questões antropológicas contemporâneas. Prática como componente curricular: perícia antropológica.		
OBJETIVO		
Situar a produção de conhecimento acadêmico antropológico no Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico . São Paulo: Editora UNESP, 2002.		
ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos . São Paulo: Ubu Editora, 2021.		
CORREA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil . Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.		
CUNHA, Manuela Carneiro; CESARINO, Pedro de Niemeyer (orgs.). Políticas culturais e povos indígenas . São Paulo: Editora UNESP, 2016.		
FELDMAN-BIANCO, Bela. Desafios da antropologia brasileira . Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2013.		
FELDMAN-BIANCO, Bela; SIMIÃO, Daniel S. (orgs.). O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcance e desafios . Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CORREA, Mariza. Antropólogas e antropologia . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.		
CORREA, Mariza. Traficantes do simbólico e outros ensaios sobre a história da antropologia . Campinas: Editora da Unicamp, 2013.		
DA MATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.		
FERNANDES, Florestan. A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá . São Paulo: Contracorrente, 2022.		
FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola; MACHADO, Paul; PAIM, Heloisa (orgs.). Antropologia da ciência e da tecnologia: dobras reflexivas . Porto Alegre: Sulina, 2016.		
FREIRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala . Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.		
LEIRNER, Piero C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica . 2 ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2022.		
RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno . 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2017.		
RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.); GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . Rio de Janeiro: Zahar, 2020.		
TRAJANO FILHO, Wilson; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). O campo da antropologia no Brasil . Rio de Janeiro: Contra Capa; Associação Brasileira de Antropologia, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1930	SOCIOLOGIA NO BRASIL	60
EMENTA		
Configurações do campo disciplinar da Sociologia no Brasil; atuação profissional, campo intelectual brasileiro; temas e questões contemporâneas. Prática Sociológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Apresentar as especificidades do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina : ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.		
FAORO, Raymundo. A república inacabada . Organização de Fábio K. Comparato. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.		
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.		
HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CÂNDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira : momentos decisivos (1750-1880). São Paulo: Todavia, 2023.		
LIEDKE FILHO, Enno D. A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. Sociologias , Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, jul.-dez. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/4j6LSBRQphh5Jb6cWq9KvWG . Acesso em: 29 ago. 2023.		
MICELI, Sérgio. (org.) O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1955). Vol. 2. Sociologia. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS / Brasília: CAPES, 1999.		
ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP , São Paulo, n. 27, p. 163-175, jul. 1990. Disponível em: https://novosestudos.com.br/produto/edicao-27/#58db47fb4effb . Acesso em: 29 ago. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1931	CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL	60
EMENTA		
Analisar as compreensões contemporâneas do processo político brasileiro. Primeira República. Era Vargas. República Populista. Ditadura Militar. Redemocratização. Prática como Componente Curricular: Ciência Política no Brasil.		
OBJETIVO		
Estudar conceitos como: República, Coronelismo, Clientelismo, Autoritarismo, Sindicalismo, Populismo e Democratização. Compreender os dilemas da democracia brasileira atual, como o presidencialismo de coalizão e novos movimentos sociais pós 2016.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018. BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andréia (Org.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000 . São Paulo, SP: Alameda, 2012. FAUSTO, Boris. História do Brasil . São Paulo, SP: Edusp, 2003. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil . 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. MOISÉS, José; WEFFORT, Francisco. Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil . Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil . Rio de Janeiro, RJ: civilização brasileira, 2016. NUNES, Edson. A gramática política no Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático . Rio de Janeiro: Zahar, 2003. KERSTENETZKY, Celia. O Estado de bem estar social na idade da razão . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1059	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e, sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.		
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.		
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH805	DIDÁTICA GERAL	60
EMENTA		
<p>1. A docência como atividade profissional intencional e metódica; 2. Os saberes da docência; 3. Articulações entre o processo de formação inicial e continuada e as instituições da educação básica pública; 4. Concepções pedagógicas; 5. Concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação; 6. Planejamento educacional: Projeto Político-Pedagógico, questões curriculares e de ensino; 7. A cooperação, o trabalho coletivo e a responsabilidade ética no trabalho pedagógico; 8. Didática e interculturalidade; 9. O debate pedagógico nas pesquisas educacionais contemporâneas.</p>		
OBJETIVO		
<p>Construir um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos sobre a docência em diversos espaços e contextos, considerando aspectos sócio históricos, culturais e perspectivas contemporâneas do campo da didática buscando a compreensão da prática pedagógica e possibilidades efetivas de ação.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CANDAU, Vera M. (org.). <i>Didática Crítica Intercultural: aproximações</i>. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. Compreender e Transformar o Ensino. Trad. F. F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.</p> <p>VEIGA, I.; DAVILA, C. (org.). <i>Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas</i>. 2.ed. Campinas: Papirus, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CANDAU, Vera M. (Org.). Rumo a uma Nova Didática. São Paulo: Vozes, 2010.</p> <p>COMENIUS. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>LIBÂNEO, José. Democratização da escola pública. São Paulo: Edições Loyola, 1992.</p> <p>LOSSO, Adriana R. S. A Mediação na Formação dos Profissionais da Educação: reflexões de uma professora tutora. São Paulo: Mercado de Letras, 2008.</p> <p>SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências revisitado. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1996.</p> <p>SILVA, Jansen F.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. (Org.). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>TURRA, C. et al. Planejamento de ensino e avaliação. Porto Alegre: Editora Sagra, 1975.</p>		



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 6

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH808	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – GESTÃO ESCOLAR	90
EMENTA		
Organização e gestão da escola: professores e gestores na construção coletiva do trabalho pedagógico. Conceitos, natureza e fins da gestão escolar. Autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola brasileira. Organização e funcionamento da instituição escolar: projeto político-pedagógico, regimento escolar, planos de estudo. Áreas de atuação do gestor escolar: técnico-administrativo e pedagógico-curricular. Relações de poder nas organizações. Coordenação dos processos pedagógicos. Observação escolar orientada. Formação continuada.		
OBJETIVO		
Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas . 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001. GRINSPUN, M. Paura S. Z. (Org.). Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola . São Paulo: Cortez, 2003. OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa (orgs.). Política e trabalho na escola: a administração dos sistemas públicos de educação básica . Belo Horizonte: Autêntica, 2003. VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível . Campinas: Papyrus, 1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2000. FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios . São Paulo: Cortez, 2000. FREIRE, Paulo et al. Na escola que fazemos: uma reflexão interdisciplinar em educação popular . 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. LIMA, Licínio C. Construindo modelos de gestão escolar . Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1999. LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática . São Paulo: Vozes, 2008. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública . 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. VEIGA, Ilma A. P.; FONSECA, Marília (orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico . 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH664	METODOLOGIA DE PESQUISA QUALITATIVA	60
EMENTA		
Metodologias e procedimentos de pesquisa qualitativa; coleta de dados: observações, interações, fontes; análise de dados: discurso, conteúdo, crítica. Prática como componente curricular: relato de pesquisa.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar estudantes para o uso de metodologias qualitativas em pesquisas acadêmicas no campo das ciências sociais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BECKER, Howard. Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos . Rio de Janeiro: Zahar, 2015. BECKER, Howard. Evidências: sobre o bom uso de dados em ciências sociais . Rio de Janeiro: Zahar, 2022. SMITH, Linda Tuhiwai. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas . Curitiba: Editora UFPR, 2018. FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet . Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada . Porto Alegre: Artmed; Penso, 2008. WEBER, Florence; BEAUD, Strehane. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . São Paulo: Edições 70, 2016. BAUER, Martin. W e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . Petrópolis: Vozes, 2002. BECKER, Howard. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social . Rio de Janeiro: Zahar, 2009. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. KOZINETS, Robert. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online . Porto Alegre: Penso, 2014. ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos . 12. ed. Campinas : Pontes, 2015. RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet . 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. SILVA, Tarcizio; STABILE, Max. Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações . São Paulo: Uva Limão, 2016. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa . Petrópolis: Vozes, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH665	METODOLOGIA DE PESQUISA QUANTITATIVA	60
EMENTA		
<p>Métodos e técnicas da pesquisa quantitativa: a questão escalar; construção de dados, técnicas de amostragem, descrição e exploração de dados categorizados, distribuição de frequência de dados quantitativos. Combinação de diferentes fontes e metodologias de pesquisa: aspectos cognitivos da técnica de pesquisa <i>survey</i>; articulações entre pesquisa qualitativa e quantitativa métodos de pesquisa quantitativos e a prática da docência. Prática de Pesquisa como Componente Curricular.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar teorias e métodos científicos que possibilitem ao aluno o domínio de conteúdos teórico- metodológicos da pesquisa quantitativa, visando à produção de conhecimentos de investigação e intervenção na realidade social.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BARROS, Aidil de J. P. de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 9. ed. atual. [por] João Bosco Medeiros. São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).</p> <p>MINAYO, Maria C. de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul.-set. 1993. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb. Acesso em: 29 ago. 2023.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>GRUBITS, Sonia; VERA NORIEGA, José A. (org.). Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004.</p> <p>RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, c1999.</p> <p>SEVERINO, Antonio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH662	METODOLOGIA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	60
EMENTA		
A importância do ensino de sociologia no Ensino Médio. Reflexão sobre os desafios e obstáculos da prática docente em sociologia no Ensino Médio. Análise teórica e metodológica das escolhas dos conteúdos programáticos. Avaliação de programas de ensino de sociologia no Ensino Médio. Seleção de materiais didáticos. Exercícios de elaboração de programas e planos de curso de sociologia para o Ensino Médio. Prática Metodológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Conhecer a discussão acerca dos instrumentos teóricos e metodológicos relacionados à prática docente em sociologia na educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FARIA, Maria A. Como usar o jornal na sala de aula. [11. ed.]. São Paulo: Contexto, 2011		
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, [2011].		
MEKSENAS, Paulo. Sociologia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
MORAES, Amaury. Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cadernos CEDES , Campinas, SP, v. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-32622011000300004 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Zm8BkHqMcz7P7PGxWk95RhC . Acesso em: 29 ago. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRIDI, Maria A.; ARAÚJO, Sílvia M. de; MOTIM, Benilde L. Ensinar e aprender sociologia no Ensino Médio. São Paulo: Contexto, 2009.		
MORAES, Amaury (coord.). Sociologia: Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 29 ago. 2023.		
MORAES, Amaury; GUIMARÃES, Elisabeth de F. Metodologia de ensino de ciências sociais: relendo as OCEM-Sociologia. <i>In</i> : MORAES, Amaury (coord.). Sociologia: Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 45-62. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 29 ago. 2023.		
RODRIGUES, Carolina C.; AZEVEDO, José C. de; POLIDORI, Marlis M. (org.). Os desafios na escola: olhares diversos sobre questões cotidianas. Porto Alegre: Ed. Metodista IPA: Sulina, 2010.		
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.		
ZITKOSKI, Jaime J. Diálogo e educação: desafios para uma metodologia de ensino dialógica. <i>In</i> : CAREGNATO, Célia E.; GENRO, Maria E. H. (org.). Sociologia e filosofia para quê?: diálogos com protagonistas na escola. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 97-106.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0690	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.		
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.		
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.		
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.		
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Campus, 2003.		
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.		
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.		
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.		
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.		
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.		
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.		
FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.		
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.		
IANNI, O. Estado e capitalismo . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.		
LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. Crítica Marxista , São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.		



MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx.** Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações:** Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Curitiba: Hermes, 2001.



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 7

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1932	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	60
EMENTA		
O debate sobre raça no Brasil; saberes e movimentos indígenas, negros e quilombolas; ações afirmativas; universidade e sociedade; diversidade, etnicidade e direitos humanos. Prática como componente curricular: transposição didática de conteúdos antirracistas, afrobrasileiros, quilombolas e indígenas.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar estudantes para a Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil (ERER).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANJOS, José Carlos G. Território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira . Porto Alegre: UFRGS, 2006.		
BARBOSA, Muryatan (org.); RAMOS, Guerreiro. Negro sou: A questão étnico-racial e o Brasil. Ensaios, artigos e outros textos (1949-73) . Rio de Janeiro: Zahar, 2023.		
BARRETO (TUKANO), João Paulo Lima. O mundo em mim: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro . Brasília: Editora Mil Folhas, 2022.		
CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior . São Paulo: Attar, 2006.		
JUBILUT, Liliana L.; BAHIA, Alexandre. G. M. F.; MAGALHAES, José L. Q. (Orgs.). Direito à diferença . 3 vols. São Paulo: Saraiva, 2013.		
SANTOS, Antônio Bispo. A terra dá, a terra quer . São Paulo: Ubu Editora/Piseagrama, 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ACEVEDO MARIN, Rosa; CARVALHO, Cynthia M.; ALMEIDA, Alfredo W. B. (orgs.). Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garifunas e Palenqueros nas Américas . Manaus: UEA / PNCSA, 2019.		
ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural . São Paulo: Jandaíra, 2019.		
AMADO (TERENA), Luiz Henrique Eloy. Vukápanavo: O despertar do povo terena para os seus direitos . Rio de Janeiro: E-Papers, 2020.		
CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo . São Paulo: Veneta, 2020.		
BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico . Belo Horizonte: Autêntica, 2018.		
MBEMBE, A. Crítica da razão negra . São Paulo: n-1 edições, 2018.		
PINHO, Osmundo. Cativeiro: antinegritude e ancestralidade . Salvador: Segundo Selo, 2021.		
PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (orgs.). Raça: novas perspectivas antropológicas . Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.		
POTYGUARA, Rita. Povos indígenas e democratização da universidade no Brasil (2004-2016) . Rio de Janeiro: Mórula, 2022.		
SILVA, Vagner Gonçalves. Exu: um deus afro-atlântico no Brasil . São Paulo: EdUSP, 2022.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH663	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
Educação como objeto de análise sociológica. Fundamentos e abordagens da Sociologia da Educação. Socialização, reprodução social e mudança social. Análise sociológica da escola e do processo moderno de escolarização. Educação e emancipação. Prática Sociológica como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Compreender os fundamentos teóricos e analíticos da Sociologia da Educação, relacionando-os à interpretação das relações entre educação e sociedade, dos processos e das instituições de socialização e das condições atuais da escolarização moderna.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.		
BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . Seleção, organização e notas de Maria Alice Nogueira, Afrânio Catani. [13. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, [2012].		
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . Tradução de Stephania Matousek. [5. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, c2011.		
NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educação & Sociedade , Campinas, SP, ano 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m . Acesso em: 30 ago. 2023.		
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . Tradução de Nuno G. Lopes. Lisboa: Edições 70, c2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
RODRIGUES, Alberto T. Sociologia da educação . 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.		
ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação . Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz & Terra, c1995.		
ILLICH, Ivan. Sociedade desescolarizada . Tradução de Luciana Reis. Porto Alegre: Deriva, 2007.		
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia . 41. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.		
TRAGTENBERG, Maurício. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. Educação & Sociedade , Campinas, SP, ano 1, n. 1, p. 17-49, set. 1979.		
VALLE, Ione R. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. Educar em Revista , Curitiba, n. 48, p. 289-307, abr.-jun. 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40602013000200017 . Acesso em: https://www.scielo.br/j/er/a/HX33FhzFHkZmG9JbpDsqF9w . Acesso em: 30 ago. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1933	ECONOMIA POLÍTICA	60
EMENTA		
Economia Política: conceitos fundamentais e abordagens teóricas. Escola Clássica: Adam Smith, David Ricardo e a teoria do valor-trabalho. Marxismo e Crítica ao Capitalismo: teoria do valor em Marx, acumulação de capital e alienação. Neoliberalismo e Globalização: origens, fundamentos e impactos sociais e políticos. Teorias da Regulação e Estado de Bem-Estar Social. Desenvolvimento Econômico e Subdesenvolvimento: teorias, políticas e desafios. Poder Corporativo e Concentração de Riqueza. Educação Ambiental: sustentabilidade, recursos naturais e desenvolvimento. Prática como Componente Curricular: economia política.		
OBJETIVO		
Refletir sobre a teoria do valor.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBIERI, José Carlos Desenvolvimento sustentável: Das origens à agenda 2030. Porto Alegre: Editora Vozes, 2020. HUNT, E. K. História do pensamento econômico: [uma perspectiva crítica]. Tradução de José R. B. Azevedo, Maria J. C. Monteiro. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Difel, [198-]. 6 v. NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo e Marx. Tradução de José F. Dias. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
PAULANI, Leda. Modernidade e discurso econômico. São Paulo: Boitempo, 2005. ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Contraponto, 2001. SWEEZY, Paul <i>et al.</i> A transição do feudalismo para o capitalismo. Tradução de Isabel Didonnet. 5. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	60
EMENTA		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. _____. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: _____. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009. LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: Cadernos de Educação . Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010. LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002. QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009. SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: Educação & Sociedade . V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1934	ESTÁGIO DOCENTE SUPERVISIONADO I	180
EMENTA		
A escola como espaço de relações. A escola e seus sujeitos: alunos, professores, direção, família e Estado. Projeto Político-Pedagógico. Realidade da rede pública estadual. O sistema de ensino brasileiro e a educação básica.		
OBJETIVO		
Elaborar um diagnóstico da escola, levantando informações sobre o espaço, a história, a gestão e a infraestrutura da instituição, bem como a normatização e as estruturas e processos sociais que nela têm lugar. Além disso, construir um plano de trabalho e realizar aula piloto acerca da prática docente da disciplina de sociologia (ou da área de ciências sociais) na educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BODART, Cristiano das N.; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do Ensino Médio brasileiro. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio-ago. 2020. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13n2.51194. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/51194. Acesso em: 31 ago. 2023.</p> <p>CARDOSO, João A., MARTINS, Carlos J.; ARAÚJO, Rogério B. de. A interdisciplinaridade no ensino de filosofia e sociologia e sua integração como “estudos e práticas” em face da BNCC de 2018. REFile: Revista Digital de Ensino de Filosofia, Santa Maria, RS, v. 8, artigo e2, p. 1-19, 2022. DOI: https://doi.org/10.5902/2448065765963. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/65963. Acesso em: 31 ago. 2023.</p> <p>CARVALHO, Anna M. P. de. Os estágios nos cursos de licenciatura. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>FREITAS, Revalino A. de. Estágio supervisionado: um espaço privilegiado de formação na licenciatura em Ciências Sociais. In: OLIVEIRA, Dijaci D. de; RABELO, Danilo; FREITAS, Revalino A. de (org.). Sociologia no Ensino Médio: experiências e desafios. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Programa de Direitos Humanos, 2010. p. 51-58.</p> <p>PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>VEIGA, Ilma P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. p. 11-35.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BARREIRO, Iraíde M. de F.; GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2015.</p> <p>ANTUNES, Helenise S. Formar melhores professores: um desafio para as universidades brasileiras. In: FREITAS, Deisi S.; GIORDANI, Estela M.; CORRÊA, Guilherme C. (org.). Ações educativas e estágios curriculares supervisionados. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2007. p. 145-157.</p> <p>BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>BRUNETTA, Antonio A.; BODART, Cristiano das N.; CIGALES, Marcelo P. (org.). Dicionário do ensino de sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.</p> <p>FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo: Expressão Popular, 2020.</p> <p>FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 13. ed. Rio de</p>		



Janeiro: Paz & Terra, 2011.



CIÊNCIAS SOCIAIS – NÍVEL 8

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1935	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
EMENTA		
Desenvolvimento da pesquisa, redação e defesa da monografia.		
OBJETIVO		
Orientar a execução do projeto de pesquisa formulado em Trabalho de Conclusão I e a produção de um texto monográfico a ser defendido pelo estudante perante uma banca examinadora.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. MEDEIROS, João B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 13. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação . 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração . 2. ed., versão corrigida 2:2020. Rio de Janeiro: ABNT, c2018. BECKER, Howard. Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos . Rio de Janeiro: Zahar, 2015. FRANÇA, Júnia L.; VASCONCELLOS, Ana C. de. Manual para normalização de publicações técnico-científicas . 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1936	ESTÁGIO DOCENTE SUPERVISIONADO II	150
EMENTA		
Prática pedagógica em ciências sociais. Regência de classe.		
OBJETIVO		
Experenciar a regência de classe da disciplina de Sociologia no Ensino Médio.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, [2011].		
SILVA, Ileizi F.; GONÇALVES, Danyelle N. (org.). A sociologia na Educação Básica. São Paulo: Annablume, 2017.		
OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo P. O lugar da teoria e da prática na formação de professores de sociologia. O Público e o Privado , Fortaleza, v. 18, n. 35, p. 181-202, jan.-abr. 2020. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3252 . Acesso em: 31 ago. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BODART, Cristiano das N. Usos da fotografia no ensino de sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.		
AMORIM, Sayonara L.; CIGALES, Marcelo P. (org.). Temáticas do ensino de sociologia na escola brasileira. Campinas, SP: Pontes, 2022.		
BODART, Cristiano das N. Usos de canções no ensino de sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.		
BRUNETTA, Antonio A.; BODART, Cristiano das N.; CIGALES, Marcelo P. (org.). Dicionário do ensino de sociologia. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.		
MAÇAIRA, Julia P.; FRAGA, Alexandre B. (org.). Saberes e práticas do ensino de sociologia. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.		
PEREIRA, Thiago I. Ensino de sociologia, educação popular e currículo: reflexões a partir de Paulo Freire. Latitude , Maceió, v. 15, n. esp., p. 235-256, jan. 2021. DOI: https://doi.org/10.28998/lt.2021.n.Esp.11386 . Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/11386 . Acesso em: 31 ago. 2023.		
RAIZER, Leandro; CAREGNATO, Célia E.; PEREIRA, Thiago I. A formação de professores de sociologia no Brasil: avanços e desafios. Em Aberto , Brasília, DF, v. 34, p. 55-71, maio-ago. 2021. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.34i111.4837 . Disponível em: http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4837 . Acesso em: 31 ago. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA I	60
EMENTA		
CCR de ementa aberta.		
OBJETIVO		
Abordar um tema relevante ao curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA II	60
EMENTA		
CCR de ementa aberta.		
OBJETIVO		
Abordar um tema relevante ao curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA III	60
EMENTA		
CCR de ementa aberta.		
OBJETIVO		
Abordar um tema relevante ao curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Componentes curriculares optativos:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH183	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA I	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH715	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA II	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH716	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA III	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH717	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA IV	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH499	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA V	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH500	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA VI	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da sociologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH709	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA I	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH710	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA II	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH711	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA III	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH712	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA IV	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH713	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA V	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1939	TÓPICOS ESPECIAIS DE TEORIA POLÍTICA VI	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Ciência Política do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema da ciência política.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH704	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA I	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH705	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA II	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH706	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA III	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH707	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA IV	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH708	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA V	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH492	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA VI	60
EMENTA		
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.		
OBJETIVO		
Abordar um tema antropológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS584	POLÍTICAS PÚBLICAS	60
EMENTA		
Estado de bem estar social. Instituições políticas contemporâneas. Políticas Públicas. Cidadania. Direitos.		
OBJETIVO		
A disciplina tem como objetivo específico propiciar ao aluno um conhecimento geral acerca das principais vertentes teóricas no estudo de políticas públicas. Estudam-se, também, as principais instituições promotoras de políticas públicas. Faz-se uma discussão geral sobre Estado de Bem estar e sobre direitos sociais no atual mundo contemporâneo. Além disso, a disciplina permite integrar tal discussão teórica com seminários temáticos sobre diversas políticas públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. [Capítulo elaborado por Roberto Pires, Felix Lopez]. <i>In</i>: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas: volume III. Brasília, DF: Ipea, 2010. Parte IV, seção VI, cap. 21, p. 565-587. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3801. Acesso em: 31 ago. 2023.</p> <p>INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Métodos qualitativos de avaliação e suas contribuições para o aprimoramento de políticas públicas. [Capítulo elaborado por Roberto Pires, Felix Lopez, Fábio Sá e Silva]. <i>In</i>: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas: volume III. Brasília, DF: Ipea, 2010. Parte V, seção VIII, cap. 25, p. 661-688. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3806. Acesso em: 31 ago. 2023.</p> <p>KERSTENETZKY, Celia L. Sobre a “crise” do estado de bem-estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 447-485, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/MSMxBZJk9x3RSy3tyFzfDKj. Acesso em: 31 ago. 2023.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm. Acesso em: 30 ago. 2023.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. Sociologia. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023. (Minha Biblioteca).</p> <p>RESENDE, Guilherme M. (ed.). Avaliação de políticas públicas no Brasil: uma análise de seus impactos regionais. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 2 v. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3292. Acesso em: 31 ago. 2023.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1937	ESTUDOS SOBRE GRAMSCI	60
EMENTA		
Trajetória dos Cadernos do Cárcere de Antônio Gramsci. Intervenções editoriais do Partido Comunista Italiano. Recepção no Brasil e a edição crítica de Valentino Gerratana (1975). Conceitos teóricos e políticos centrais que inspiraram a redação dos Cadernos. Conceitos gramscianos à luz do debate com seus interlocutores. Caráter orgânico e unitário dos Cadernos. Características de uma obra inacabada. Usos e abusos do instrumental teórico/conceitual de Gramsci na atualidade.		
OBJETIVO		
Apresentar ao aluno os aspectos centrais dos Cadernos do Cárcere, particularmente os principais conceitos teóricos e as problemáticas em que se inserem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. Novos Rumos , Marília, SP, ano 17, n. 36, p. 28-37, 2002. DOI: https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n36.2227 . Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2227 . Acesso em: 31 ago. 2023.		
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere : volume 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.		
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere : volume 3: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.		
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere : volume 5: O <i>risorgimento</i> ; Notas sobre a história da Itália. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DEL ROIO, Marcos (org.). Gramsci : periferia e subalternidade. São Paulo: Edusp, 2017.		
VACCA, Giuseppe. Vida e pensamento de Antônio Gramsci : 1926-1937. Brasília, DF: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS582	ECONOMIA DA POBREZA	60
EMENTA		
Teorias sobre pobreza, desigualdade, bem-estar social e desenvolvimento humano. Instrumentos de análise, como o IDH (índice de desenvolvimento humano), indicadores de pobreza e meio-ambiente. Bem-Estar social, justiça econômica, e Abordagem das Capacitações.		
OBJETIVO		
Cobrir a literatura de pobreza, desigualdade e bem-estar social dentro da perspectiva do desenvolvimento humano, capacitando os alunos a entenderem os debates contemporâneos nessas áreas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CORTINA, Adela. Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.		
SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.		
SANDEL, Michael J. O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.		
SEN, Amartya. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.		
SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANAND, Paul; HUNTER, Graham; SMITH, Ron. Capabilities and well-being: evidence based on the Sen-Nussbaum approach to welfare. Social Indicators Research , [Dordrecht, Netherlands], v. 74, n. 1, p. 9-55, oct. 2005. DOI: https://doi.org/10.1007/s11205-005-6518-z . Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-005-6518-z . Acesso em: 31 ago. 2023.		
SEN, Amartya. Development as freedom. New York: Oxford University Press, 2001.		
SEN, Amartya. Inequality reexamined. New York: Russell Sage Foundation Books; Cambridge, USA: Harvard University Press, c1992.		
SEN, Amartya. The idea of justice. London: Allen Lane-Penguin Books, c2009.		
SEN, Amartya. Well-being, agency and freedom: the Dewey Lectures 1984. The Journal of Philosophy , [New York], v. 82, n. 4, p. 169-221, apr. 1985. DOI: https://doi.org/10.2307/2026184 . Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2026184 . Acesso em: 31 ago. 2023.		
SHERMAN, Sandra. Imagining poverty: quantification and the decline of paternalism. Columbus, USA: Ohio State University Press, 2001.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1938	ESTUDOS DE GÊNERO	60
EMENTA		
Teorias feministas e relações de gênero. Gênero como categoria de análise histórico social. A construção social e cultural do gênero. Diversidade sexual e sexualidades. Igualdade e diferença na construção da cidadania. Educação e diversidade sexual, o papel da escola na reprodução ou ruptura com as normatividades hegemônicas.		
OBJETIVO		
Compreender o gênero como elemento constitutivo do poder e da organização social. Analisar a constituição sociopolítica da sexualidade, da normalidade e anormalidade nas relações sócio sexuais. Compreender o papel da escola e da educação na reprodução dos preconceitos e normatividades		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade . 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. HIRATA, Helena <i>et al.</i> (org.). Dicionário crítico do feminismo . São Paulo: Ed. Unesp, 2009. RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? . Belo Horizonte: Letramento, 2017. RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala . São Paulo: Jandaíra, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro , São Paulo, n. 23, p. 33-58, 1. sem. 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf . Acesso em: 1 set. 2023. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. <i>In</i> : SILVA, Luiz A. M. <i>et al.</i> Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos . Brasília, DF: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1983. p. 223-244. (Ciências Sociais Hoje; 2). HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set.-dez. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005 . Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ . Acesso em: 1 set. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS369	COOPERATIVISMO, ASSOCIATIVISMO E AUTOGESTÃO	60
EMENTA		
Auto-organização popular e economia. Sociedade civil, associativismo, apoio mútuo e redes de cooperação. Teorias da autogestão. Pressupostos do cooperativismo contemporâneo: economia solidária e economia participativa.		
OBJETIVO		
Conhecer os principais elementos referentes ao debate teórico sobre processos de auto-organização nos espaços de trabalho e produção.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. da (org.). Redes, sociedade e território . 3. ed. rev. e ampl. Santa Cruz do Sul, RS: Ed. Unisc, 2021. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3125 . Acesso em: 1 set. 2023.		
KROPOTKIN, Piotr. O apoio mútuo: um fator de evolução . Porto Alegre: Deriva; São Sebastião, SP: A Senhora, 2012.		
TRAGTENBERG, Maurício. Administração, poder e ideologia . 3. ed. rev. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
MARTORANO, Luciano C. Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação . São Paulo: Expressão Popular, 2011.		
PANNEKOEK, Anton. Partidos, sindicatos e conselhos operários . Goiânia: Enfrentamento, 2021.		
ALBERT, Michael. Parecon: life after capitalism: [participatory economics] . London; New York: Verso, 2003.		
GIARRACCA, Norma; MASSUH, Gabriela (comp.). El trabajo por venir: autogestión y emancipación social . Buenos Aires: Antropofagia: [Goethe-Institut Buenos Aires: Grupo de Estudio de los Movimientos Sociales de América Latina], 2008. Disponível em: http://ge.rgemsal.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/208/2019/02/eltrabajoporvenir.pdf . Acesso em: 1 set. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1940	SAÍDAS A CAMPO	60
EMENTA		
Realizar trabalhos em campo ou ir a Congressos, Seminários e Simpósios.		
OBJETIVO		
Realizar, na prática, a tarefa de pesquisador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH674	ESTRUTURA DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	60
EMENTA		
A análise contemporânea das classes e da estratificação social.		
OBJETIVO		
Conhecer o debate contemporâneo sobre teoria das classes e da estratificação social.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos . Organização de Antonio L. Negro, Sergio Silva. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. BOITO JÚNIOR, Armando. Estado, política e classes sociais : ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOURDIEU, Pierre. A distinção : crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. FARIAS, Francisco P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Crítica Marxista , [Campinas, SP], n. 28, p. 81-98, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/contador_revista_item.php?arquivo_pdf=arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf&idItem=166&nomeTabela=tb_artigo . Acesso em: 1 set. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH675	ESTUDOS DE PARTIDOS POLÍTICOS	60
EMENTA		
Democracia representativa, liberalismo político e os sistemas partidários modernos. Tipologias e taxonomias para classificação de partidos políticos. Classes sociais, grupos de interesses e suas projeções nos sistemas partidários contemporâneos. Partidos políticos, dinâmica parlamentar e coalizões governativas. Partidos anti-regime: a concepção marxista de partidos como organizações revolucionárias. Sistema partidário brasileiro.		
OBJETIVO		
Conhecer as teorias dos partidos e dos sistemas partidários.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOGO, Ademar (org.). Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, DF: Ed. UnB, 1982. PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALTHUSSER, Louis. Lo que no puede durar en el Partido Comunista Francés. Madrid: Siglo XXI, 2018. BOITO JÚNIOR, Armando. Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2007. FELIPPE, Wiliam (org.). Teoria e organização do partido: coletânea de textos de Lenin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Sundermann, 2006. MELO, Carlos R.; ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel (org.). A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. MENEGUELLO, Rachel. Partidos e governos no Brasil contemporâneo: (1985-1997). São Paulo: Paz & Terra, 1998. RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. DOI: https://doi.org/10.7476/9788579820250 . Disponível em: https://books.scielo.org/id/9yf86 . Acesso em: 4 set. 2023. WARE, Alan. Political parties and party systems. New York: Oxford University Press, 1996.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH202	ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	60
EMENTA		
Teorias das relações internacionais. Política externa brasileira.		
OBJETIVO		
Analisar as diferentes perspectivas teóricas na área de relações internacionais e discutir a política externa brasileira.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BANDEIRA, Luiz A. Moniz. A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai: (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança) . 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.		
CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil . 6. ed. Brasília, DF: Ed. UnB, 2022.		
GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.		
HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.		
KISSINGER, Henry. Diplomacia . São Paulo: Saraiva, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BEDIN, Gilmar A. <i>et al.</i> Paradigmas das relações internacionais: idealismo, realismo, dependência, interdependência . 3. ed. rev. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.		
BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais . Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.		
CALLINICOS, Alex. Does capitalism need the state system?. Cambridge Review of International Affairs , [Abingdon, UK], v. 20, n. 4, dec. 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/09557570701680464 . Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09557570701680464 . Acesso em: 4 set. 2023.		
GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz: (De jure belli ac pacis) . 2. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 20054. 2 v.		
GUIMARÃES, Samuel P. Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional . 6. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2022.		
HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais . 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.		
MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz . Brasília, DF: Ed. UnB: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Clássicos IPRI). Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/986/1/politica_entre_as_nacoes_a . Acesso em: 4 set. 2023.		
ROCHA, Antonio J. R. da. Relações internacionais: teorias e agendas . Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.		
SARAIVA, José F. Sombra (org.). História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH678	ESTUDOS DO TRABALHO I	60
EMENTA		
Trabalho como categoria de análise sociológica. Sociologia clássica e a temática do trabalho. Especificidade dos conceitos de trabalho, emprego e atividade. Formas de organização do processo de trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. Sindicalismo como ação coletiva dos trabalhadores. O debate sobre os novos contornos do mercado de trabalho: informalidade, terceirização e precarização do trabalho. Globalização e mercado de trabalho. Trabalho na contemporaneidade: acumulação flexível e informacionalismo.		
OBJETIVO		
Conhecer os debates fundamentais da Sociologia do Trabalho e suas repercussões na contemporaneidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz & Terra, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, c2010. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. GUIMARÃES, Sonia M. K. (org.). Trabalho, emprego e relações laborais em setores intensivos em conhecimento: Brasil, México e Canadá . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 6 v. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH679	ESTUDOS DO TRABALHO II	60
EMENTA		
Debater sobre a centralidade formativa do trabalho. Centralidade do trabalho como categoria da análise sociológica. Atividade laboral e a conformação da identidade social. Papel da tecnologia no futuro da sociedade do trabalho.		
OBJETIVO		
Discutir a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, bem como apresentar os pressupostos teóricos que orientam o debate sociológico sobre o tema.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?! : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. SCHNAPPER, Dominique. Contra o fim do trabalho : conversa com Philippe Petit. Lisboa: Terramar, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARENDDT, Hannah. A condição humana . 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada : vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. GORZ, André. Misérias do presente, riqueza do possível . São Paulo: Annablume, 2004. HOBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho : novos estudos sobre história operária. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015. RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos : o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo. São Paulo: M. Books, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH680	ESTUDOS URBANOS	60
EMENTA		
Processo de urbanização. Configuração do espaço urbano: a microrregionalidade e a metropolização. Processos migratórios internos e grandes projetos desenvolvimentistas. O papel do Estado na urbanização capitalista. Política urbana: Legislação urbana e o Estatuto da cidade. Poder local: políticas públicas, participação política, os poderes legislativo e executivo e os micropoderes. Direitos sociais, movimentos sociais, redes e a cidadania.		
OBJETIVO		
Conhecer o perfil da urbanização brasileira, bem como os espaços públicos de participação na formulação das políticas e agenda pública a partir do local.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único : desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005. SOUZA, Marcelo L. de. Mudar a cidade : uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARLOS, Ana Fani A.; LEMOS, Amália I. G. (org.). Dilemas urbanos : novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz & Terra, 2007. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano, 1 : artes de fazer. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano, 2 : morar, cozinhar. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. DAVIS, Mike. Planeta favela . São Paulo: Boitempo, 2006. GOHN, Maria da Glória. Mídia, terceiro setor e MST : impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1057	INFORMÁTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.		
OBJETIVO		
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. NORTON, P. Introdução à Informática . 1. ed. Rio de Janeiro: Makron Books, 1997. SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010. HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004. MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de Microsoft Windows 7 Ultimate . São Paulo: Érica, 2010. MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. SCHECHTER, Renato. BrOffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH681	IDENTIDADES, ETNICIDADE E MINORIAS	60
EMENTA		
O debate contemporâneo acerca da identidade, etnicidade e minorias. Estudo das relações entre Estado, nação e identidades étnicas. Comunidades tradicionais. As políticas públicas de gestão da diferença cultural. Cultura, política e poder.		
OBJETIVO		
Conhecer o debate acerca das principais abordagens teóricas relacionadas à identidade e à etnicidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade : seguido de <i>Grupos étnicos e suas fronteiras</i> de Fredrik Barth. [2. ed.]. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GILROY, Paul. O Atlântico negro : modernidade e dupla consciência. 2. ed. São Paulo: Editora 34; [Rio de Janeiro]: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012. RENK, Arlene. Narrativas da diferença . Chapecó, SC: Argos, 2004.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH683	MOBILIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL	60
EMENTA		
Análise da mobilidade e das desigualdades sociais.		
OBJETIVO		
Conhecer o debate contemporâneo, em especial no Brasil, sobre mobilidade e desigualdades sociais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARTINS, José de S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (org.). Atlas da exclusão social no Brasil: [volume 1]. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MEDEIROS, Marcelo. O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec; [Brasília, DF]: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2005..		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH684	MOVIMENTOS SOCIAIS I	60
EMENTA		
Capitalismo, lutas e movimentos sociais. Ação coletiva, classe social e conflito. A teoria dos novos movimentos sociais. A teoria da mobilização de recursos. A teoria do processo político. Abordagens pluralistas e descoloniais. Movimentos sociais e redes de movimentos. O ativismo transnacional altermundialista.		
OBJETIVO		
Conhecer os principais paradigmas teóricos sobre sociedade civil e movimentos sociais, em especial no contexto de novos movimentos ocorrentes a partir da década de 60 do século XX.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais . 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.		
AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática . São Paulo: Perspectiva, 1996.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. O novo espírito do capitalismo . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.		
McADAM, Doug; McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (ed.). Movimientos sociales: perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales . Madrid: Istmo, 1999.		
POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
SCOTT, James C. Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos . 3. ed. Tafalla, España: Editorial Txalaparta, 2003.		
SCOTT, James C. The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia . New Haven, USA; London: Yale University Press, c2009.		
VIRNO, Paolo. Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas . São Paulo: Annablume, 2013.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH685	MOVIMENTOS SOCIAIS II	60
EMENTA		
Os movimentos sociais na América Latina. Emergência e dinâmica dos movimentos sociais na América Latina, em especial no contexto pós-regimes militares à atualidade.		
OBJETIVO		
Refletir sobre os movimentos sociais na América Latina.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GAVIA, Margarita F.; GUILLÉN, Diana (coord.). América Latina: los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares. Buenos Aires: CLACSO, 2009. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/12106 . Acesso em: 5 set. 2023.		
GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2013.		
LÖWY, Michael (org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 5. ed. ampl. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2021.		
MIGNOLO, Walter D. Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2020.		
VINICIUS, Leo. Guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe-Livre em Floripa. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2006. Disponível em: https://editora.faisca.files.wordpress.com/2015/02/leo-vinicius-guerra-da-tarifa-20051.pdf . Acesso em: 5 set. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHAGUACEDA, Armando; BRANCALEONE, Cassio (coord.). Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2012.		
GABRIEL, Leo; LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto (coord.). Autonomías indígenas en América Latina: nuevas formas de convivencia política. [Ciudad de] México, D.F.: Plaza y Valdés, 2005.		
HUANACUNI MAMANI, Fernando. Vivir bien/buen vivir: filosofía, políticas, estrategias y experiencias de los pueblos ancestrales. 6. ed. La Paz, Bolivia: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, 2015.		
ZIBECHI, Raúl. Dispersar el poder: los movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007. Disponível em: https://tintalimon.com.ar/public/6qqnf48gdnv4gkk32x2rg73wjlo9/pdf_987-21689-6-2.pdf . Acesso em: 5 set. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH686	RELAÇÕES DE GÊNERO	60
EMENTA		
Teorias feministas e relações de gênero. Gênero como categoria de análise política. A construção social de gênero. Imbricações entre espaço público e privado na perspectiva feminista. Igualdade e diferença na construção da cidadania. Gênero, cidadania e democracia radical.		
OBJETIVO		
Compreender o gênero como elemento constitutivo do poder, a partir do entendimento da construção do espaço público.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade . 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. TELES, Maria A. de A. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios . São Paulo: Alameda, 2017.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
PATEMAN, Carole. O contrato sexual . 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros . 9. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. TELES, Maria A. de A. Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios . São Paulo: Alameda, 2017.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH226	RELIGIÃO E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Relações da religião com outras áreas do conhecimento humano: ciência, filosofia e arte. O fenômeno religioso: rituais, narrativas e legitimidade. Religião e sociedade: economia, política e cultura. Tradições religiosas brasileiras. As diferentes interpretações da antropologia e da sociologia acerca das influências do fenômeno religioso na vida social.		
OBJETIVO		
Refletir sobre o fenômeno religioso a partir de um olhar das ciências sociais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. FEUERBACH, Ludwig. A essência do cristianismo. Tradução de Adriana V. Serrão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018. Disponível em: https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2020/09/ISBN-978-972-31-0958-0.pdf . Acesso em: 6 set. 2023. BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas: introdução, organização e seleção. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Organização de Luiz R. Benedetti; tradução de José C. Barcellos. São Paulo: Paulus, c1985. FEUERBACH, Ludwig. A essência do cristianismo. Tradução de José da S. Brandão. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. QUEIROZ, Maria Isaura P. de. O messianismo no Brasil e no mundo. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH689	ANTROPOLOGIA POLÍTICA	60
EMENTA		
Antropologia política e antropologia da política; cultura, ideologia e relações de poder; campo político e poder simbólico; etnografias de processos políticos e estruturas de poder; economia política e análise antropológica de sistemas mundiais; poder, símbolos e rituais.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar estudantes com conceitos, teorias e exemplos de análises da política e das relações de poder como campo de ação social institucionalizada e como dimensão simbólica de fenômenos socioculturais variados.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GOLDMAN, Marcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política . 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021. LEACH, E. R. Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social kachin . São Paulo: Edusp, c1995. SILVA, Kelly C. da; SIMIÃO, Daniel S. (org.). Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia . São Paulo: Ubu, 2017. GRAEBER, David. Fragmentos de uma antropologia anarquista . Porto Alegre: Deriva, 2011. GRIMSON, Alejandro (comp.). Cultura y neoliberalismo . Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/11582 . Acesso em: 6 set. 2023.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH691	ETNOLOGIA INDÍGENA	60
EMENTA		
A etnologia das terras baixas sul-americanas. Principais temáticas e abordagens teóricas e metodológicas. O panorama da imensa diversidade cultural e social da região que se descortina nas etnografias Jê, Tupi, Pano, do Alto Xingu, do Noroeste Amazônico, das Guianas e outras.		
OBJETIVO		
Apresentar aos alunos de ciências sociais algumas das principais temáticas que permeiam os estudos das sociedades indígenas na América do Sul.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida R. (org.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico . São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, c1992. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Ubu, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (org.). Os povos do Alto Xingu: história e cultura . Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001. GALLOIS, Dominique T. (org.). Redes de relações nas Guianas . São Paulo: Humanitas, 2005. LANGDON, E. Jean M. (org.). Xamanismo no Brasil: novas perspectivas . Florianópolis: Ed. UFSC, 1996. VIDAL, Lux (org.). Grafismo indígena: estudos de antropologia estética . [3. ed.]. São Paulo: Edusp: Studio Nobel, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH693	PENSAMENTO POLÍTICO LIBERTÁRIO	60
EMENTA		
Constituição do pensamento político libertário moderno. Principais representantes do período clássico e “formativo” do anarquismo, considerados a partir do contexto de elaboração e sistematização das ideias que contribuíram para a afirmação do chamado campo libertário: mutualismo, anarco-individualismo, anarco-sindicalismo, coletivismo e anarco-comunismo.		
OBJETIVO		
Refletir sobre as matrizes constitutivas do pensamento político libertário, a partir de suas principais formulações inaugurais e clássicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado . Tradução de Plínio A. Coelho. São Paulo: Hedra, 2011.		
KROPOTKIN, Piotr. O princípio anarquista e outros ensaios . Organização e tradução de Plínio A. Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.		
LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso sobre a servidão voluntária . Tradução de J. Cretella Jr., Agnes Cretella. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.		
PROUDHON, Pierre-Joseph. O que é a propriedade? . Tradução de Marília Caeiro. 3. ed. Lisboa: Estampa, 1997.		
THOREAU, Henry D. Desobedecendo: a desobediência civil & outros escritos . Tradução e organização de José A. Drummond. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BAKUNIN, Mikhail <i>et al.</i> A essência da religião e outros escritos . Organização e tradução de Plínio A. Coelho. São Paulo: Intermezzo, 2016.		
BAKUNIN, Mikhail. Estatismo e anarquia . Tradução de Plínio A. Coelho. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, Ícone, 2003.		
BEER, Max. História do socialismo e das lutas sociais . Tradução de Horácio de Mello. São Paulo: Expressão Popular, 2006.		
GUÉRIN, Daniel. Anarchism: from theory to practice . Translated by Mary Klopfer. New York: Monthly Review Press, 1970.		
KROPOTKIN, Piotr. O apoio mútuo: um fator de evolução . Tradução de Dinah de A. Azevedo. Porto Alegre: Deriva; São Sebastião, SP: A Senhora, 2012.		
NETTLAU, Max. História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo . Organização de Frank Mintz; tradução de Plínio A. Coelho. São Paulo: Hedra, 2008.		
PROUDHON, Pierre-Joseph. Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução . Tradução e notas críticas de Francisco Trindade. Lisboa: Colibri, 1996.		
RODRIGUES, Edgar. Universo ácrata . Florianópolis: Insular, 1999. 2 v.		
TRINDADE, Francisco. O essencial Proudhon . São Paulo: Imaginário, 2001.		
WOODCOCK, George. História das ideias e movimentos anarquistas . Porto Alegre: LP&M, 2002. 2 v.		



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores do curso de Ciências Sociais estão inscritos em uma concepção do processo avaliativo como processual e orientador da prática pedagógica. Os procedimentos de avaliação propostos visam a um só tempo possibilitar aos alunos o conhecimento de seus avanços e limites e aos docentes uma reflexão sobre o seu fazer pedagógico. O espaço de discussão coletiva dos instrumentos e avaliação tem sido as reuniões do Colegiado de Curso, nas quais, a cada início de semestre, os planos de curso são submetidos à apreciação coletiva. Os procedimentos de avaliação devem estar registrados nos planos de curso que, disponibilizados aos estudantes no início de cada semestre, são discutidos no momento de sua apresentação em sala de aula, assim como os critérios que organizam os procedimentos avaliativos. Os professores do curso de Ciências Sociais, orientados pelo objetivo de garantir uma sólida formação teórico-conceitual aos seus alunos e preocupados em garantir que essa formação se transforme em instrumentos de compreensão e intervenção da e na realidade social, têm utilizado um leque bastante variado de instrumentos de avaliação. Esses têm sido escolhidos de forma a desenvolver a autonomia intelectual e capacidade analítica dos alunos; a iniciação nos recursos necessários ao trabalho acadêmico e à pesquisa; o aperfeiçoamento das habilidades de leitura, compreensão e produção de textos, imprescindíveis para as competências de pesquisador e professor. Dessa forma, há no curso de Ciências Sociais critérios de avaliação que se expressam na participação e no envolvimento dos alunos com o processo de ensino e de aprendizagem e procedimentos avaliativos que exploram habilidades escritas e orais. Como exemplo, para além das provas escritas, com questões discursivas ou objetivas, produção de resumos, resenhas, artigos, exercícios de observação participante e etnográficos, ocorrem também seminários, debates, estudos dirigidos, análise temática e pesquisas orientadas.

Aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são, ainda, oferecidos atendimento individual, encaminhamento para o Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP, agendamento de horário com os professores para acompanhamento e reforço e monitoria em sala de aula.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

O processo de gestão do curso de Ciências Sociais envolve os docentes que constituem o Colegiado do Curso (definido pelo Regulamento de Graduação, em termos de composição e competências, e em conformidade com o prescrito pelo Art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996), os discentes e a coordenação do curso a qual está à frente deste processo.

10.1 Reuniões pedagógicas e de colegiado e formas de participação discente

Em conformidade com o princípio consignado no inciso VI do artigo 206 da Constituição da República, atinente à gestão democrática do ensino público, o Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais reúne-se, periodicamente, assegurando-se a participação de representantes discentes, com vistas à discussão e deliberação pública acerca das questões acadêmicas e gerenciais atinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão. Reuniões extraordinárias podem ser convocadas, sempre que necessário, pela coordenação de curso ou por um conjunto significativo de discentes ou professores. As reuniões do Colegiado de Curso, em conformidade com a respectiva pauta, definem-se como atividades estritamente pedagógicas ou assuntos de expediente do Colegiado, segundo a sistemática abaixo pormenorizada:

a) Atividades pedagógicas: há pontos de pauta das reuniões de Colegiado cujo conteúdo atém-se a questões estritamente pedagógicas, dentre as quais se incluem planejamento, acompanhamento e avaliação didático-pedagógica da proposta curricular. Assegura-se aos discentes, em tais temáticas, participação mediante representantes eleitos, em percentual condizente com a norma prescrita no artigo 70 da LDB e com as disposições regimentais e estatutárias da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

b) Assuntos de Expediente do Colegiado de Graduação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais: o Colegiado de Curso disporá, outrossim, sobre assuntos de expediente, tais como apreciação de requerimentos de estudantes, definição de uso de laboratórios e equipamentos, levantamento de demandas relativas à acessibilidade e proposição às instâncias competentes, como o Núcleo de Acessibilidade do campus, de adequadas intervenções no espaço físico, além de envio de requerimentos ou manifestações a órgãos internos da universidade ou a entes públicos e privados com os quais o curso possua relações.

À representação estudantil será franqueada a possibilidade de votar e manifestar-se



em todas as reuniões do Colegiado do Curso, por meio de representantes eleitos entre os discentes regulares da Licenciatura em Ciências Sociais.

10.2 Instâncias recursais

Na forma do estatuto da UFFS, as decisões do Colegiado desafiam recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho de *Campus* do *campus* Erechim da UFFS. Das decisões do coordenador do Colegiado de Curso caberá recurso ao pleno do referido órgão. Requerimentos discentes de natureza recursal atinentes a matérias estritamente didático-pedagógicas, como revisão de notas escolares ou definição de calendários de provas, serão apreciados por uma comissão designada pelo Colegiado do Curso, composta de três professores com reconhecida expertise na matéria versada, os quais proferirão parecer a ser encaminhado para homologação ou recusa no Colegiado do Curso.

10.3 Planejamento docente

Incumbe ao Colegiado homologar os planos de curso elaborados pelos docentes de cada componente curricular, a serem remetidos semestralmente à coordenação de curso, os quais devem, necessariamente, conter os seguintes elementos: programa, na forma aprovada pelo Colegiado de Curso, com ementa, justificativa, objetivos, bibliografia básica, bibliografia complementar e, caso houver, sugestão de bibliografia; informação sobre os requisitos para que o estudante possa frequentar o componente curricular, bem como sobre as competências esperadas do discente ao final do curso; descrição do tema de cada aula, da data planejada para a respectiva ministração e dos recursos pedagógicos a serem utilizados; critérios de avaliação e datas planejadas para os procedimentos de aferição de conhecimento, como provas e trabalhos.

Ao final de cada semestre, o docente deve apresentar ao Colegiado de Curso um diário de classe com informações sobre as aulas ministradas e respectivos temas, além de dados quanto à frequência e ao aproveitamento acadêmico discentes.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim, acontecerá sob três instâncias: Avaliação Externa, Avaliação Interna e a Autoavaliação feita a partir do Colegiado do Curso, sendo realizadas da seguinte forma:

11.1 Avaliação Externa:

Será realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

11.2. Avaliação Interna:

Será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Ciências Sociais, bem como o desempenho dos discentes.

11.3 Autoavaliação

Além das avaliações externa e interna, o Colegiado do Curso de Ciências Sociais ainda manterá um fluxo contínuo de autoavaliação nos seguintes termos:

Autoavaliação semestral docente: cada professor lotado no curso apresentará, ao final do semestre letivo, em conformidade com formulário específico a ser aprovado em reunião do Colegiado, relatório de autoavaliação referente a cada disciplina ministrada no curso, o qual conterá os seguintes elementos: a) avaliação sobre a própria assiduidade e pontualidade, sobre a eficácia dos recursos didáticos adotados, sobre a disponibilidade



extraclasse, sobre a pertinência da bibliografia indicada e sobre a adequação dos meios de aferição do aproveitamento aditados; b) avaliação sobre o perfil das turmas discentes, sobre seu comprometimento com os estudos referentes ao componente curricular, sobre os passos percorridos entre o modo como ingressaram *vis a vis* o modo como concluíram a disciplina e sobre o aproveitamento médio nos procedimentos de avaliação; c) avaliação do papel e da relevância da disciplina ministrada no contexto do curso e na formação dos discentes; d) avaliação da instituição, no que se refere às condições de trabalho, à estrutura disponibilizada, aos mecanismos de permanência dos discentes e ao suporte às atividades exercidas.

Avaliação discente: Ao final de cada semestre letivo, os discentes avaliarão os CCRs cursados, em conformidade com formulário específico aprovado em reunião de Colegiado, apresentando o respectivo posicionamento sobre o seguinte: a) pertinência do componente curricular para a formação do licenciado em sociologia; b) assiduidade e pontualidade do docente; c) eficácia dos recursos e estratégias didáticos e pedagógicos implementados para o docente quanto ao componente curricular; d) consistência e relevância da bibliografia indicada; e) disponibilidade extraclasse do docente; e) disponibilidade institucional de estrutura e condições para que a disciplina cumpra os respectivos objetivos.

Ouvidoria: a coordenação de curso manterá um endereço eletrônico para que estudantes, docentes e técnicos possam apresentar críticas, sugestões e apontamentos referentes a questões didáticas, pedagógicas e institucionais do curso.

Reunião semestral com discentes: a coordenação do curso realizará ao menos uma reunião semestral aberta à representação dos estudantes, com o fito de colher informações e avaliações quanto ao seguinte: a) políticas de permanência discente na universidade; b) procedimentos de avaliação; c) adequação do currículo às expectativas estudantis e; d) assiduidade, pontualidade e adequação didática, ética e acadêmica da conduta dos docentes.

Reunião docente semestral de Avaliação: ao menos uma vez por semestre serão realizadas reuniões de avaliação do curso, no contexto das quais os professores conhecerão e interpretarão dos dados advindos dos acima citados procedimentos de autoavaliação, com vistas a decidirem sobre as medidas de aprimoramento consideradas adequadas.

No conjunto esses processos avaliativos desempenhados por órgãos externos, internos e dentro do próprio curso, constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de graduação em Ciências Sociais.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

12.1 Perfil docente

O corpo docente deve estar consciente do seu papel, enquanto sujeito envolvido e responsável pela efetivação do Projeto Pedagógico, bem como, dos objetivos do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Nesse sentido, espera-se de cada docente:

- a) Comprometimento com a defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade;
- b) Defesa intransigente de condições mínimas de trabalho que lhe permitam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- b) Capacitação e atualização científica e didático-pedagógica permanentes;
- c) Participação em comissões científicas, movimentos associativos, grupos de pesquisa, eventos científicos e profissionais;
- d) Integração com corpo discente através das práticas pedagógicas, de orientações acadêmicas, da iniciação científica, de estágios e monitorias;
- e) Divulgação e socialização do saber através de produções científicas, técnicas e culturais;
- f) Participação na gestão acadêmica e administrativa, visando à construção de espaços democráticos no interior da Universidade;
- g) Participação em práticas extensionistas, ações comunitárias e integração com a comunidade e grupos de pesquisa;
- h) Valorização e utilização dos resultados dos diferentes processos de avaliação institucional como meio de promover a melhoria do ensino no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais;

Para obter um resultado satisfatório, o curso recomenda aos seus docentes que assumam uma postura de orientador e de pesquisador. Sendo assim, espera-se que os docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais não desempenhem o papel de mero repetidor de ideias, devendo orientar os estudantes na busca de conhecimento pluralista, crítico e reflexivo e realizar permanentemente pesquisas de caráter teórico e empírico, com vistas à atualização e inovação do conhecimento sobre a sociedade em que vivemos. O engajamento na prática de pesquisa deve ser entendido como uma das prioridades da atividade docente.



12.2 Processo de qualificação do corpo docente

A qualificação do corpo docente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais é uma das metas principais que buscamos atingir. O atual quadro de docentes apresenta a totalidade de docentes com mestrado, mais da metade com doutorado e a parte restante cursando doutorado. Nesse sentido, o curso deve ter como prioridade a viabilização do processo de doutoramento desses últimos docentes e dos futuros que serão contratados.

Além disso, o curso deve preocupar-se com o processo de formação continuada do seu quadro de docentes doutores, promovendo a saída desses pesquisadores para a realização de pós-doutorado. A fim de que esse processo de qualificação se viabilize, o curso procura adotar as seguintes diretrizes:

- a) Garantir que sejam respeitados os parâmetros que estabelecem a carga horária docente em sala de aula, definidos pelas regulamentações internas da UFFS e da LDB, bem como, gerir sua equilibrada distribuição entre os docentes, a fim de permitir a liberação de pessoal para atuar em funções administrativas nos diversos níveis da gestão universitária;
- b) Não adotar os critérios de titulação e de produtividade para atribuição de aulas;
- c) Responsabilizar-se pelas disciplinas de Introdução ao Pensamento Social e Direitos e Cidadania, que serão oferecidas a todos os cursos do *campus* de Erechim e constituem o Domínio Comum;
- d) Estabelecer as linhas de pesquisa que melhor atendem ao perfil acadêmico dos docentes e, conseqüentemente, estimular a criação de grupos de pesquisa envolvendo mais de um docente do curso;
- e) Garantir e buscar recursos financeiros para que os docentes possam viabilizar suas pesquisas individuais e participar de eventos científicos da área.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus* Erechim que atuam no curso.

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1º NÍVEL				
Específico/ Fundamentos de Antropologia	Paulo Ricardo Muller	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Social Doutorado: Antropologia Social Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3502070213548747
Comum/ Introdução ao Pensamento Social	Humberto José da Rocha	DR	DE	Graduação: História Mestrado: História Doutorado: Ciências Sociais Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0363881343781599
Comum/ Direitos e Cidadania	Douglas Santos Alves	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2013700604494554
Comum/ Introdução à filosofia	Marcio Soares	DR	DE	Graduação: Filosofia Mestrado: Filosofia Doutorado: Filosofia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/7980421258495411
/Comum/ Produção Textual Acadêmica	Roberto Carlos Ribeiro	DR	DE	Graduação: Letras Mestrado: Linguística Doutorado: Linguística Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0034535098982220
2º NÍVEL				
Específico/ Antropologia Sociocultural	Paulo Ricardo Muller	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Social Doutorado: Antropologia Social Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3502070213548747
Específico/ Sociologia Clássica	Clovis Schmidt Souza	ME	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9681538851174714
Específico/ Teoria Política Moderna	Gustavo Giora	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4309351535796347
Comum/ Iniciação Prática Científica	Douglas Santos Alves	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2013700604494554



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Conexo/ Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	Thiago Ingrassia Pereira	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4930503416095177
3º NÍVEL				
Específico/ Antropologia Estrutural	Valeria Esteves Nascimento Barros	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutorado: Antropologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1470089345125366
Específico/ Sociologia Moderna	Cassio Cunha Soares	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Doutorado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3349757122711969
Específico/ Teoria Liberal e Elites	Gustavo Giora	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4309351535796347
Conexo/ Educação Inclusiva	Sonize Lepke	DR	DE	Graduação: História Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9362198135903386
Conexo/ Políticas Educativas	Maria Silvia Cristófoli	DR	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3914203624268459
4º NÍVEL				
Específico /Antropologia Contemporânea	Paulo Ricardo Muller	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Social Doutorado: Antropologia Social Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3502070213548747
Específico /Sociologia Contemporânea	Humberto José da Rocha	DR	DE	Graduação: História Mestrado: História Doutorado: Ciências Sociais Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0363881343781599
Específico /Teoria Política Contemporânea	Mauricio Michel Rebello	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9424916134359954
Específico /Epistemologia das Ciências Sociais	Clovis Schmidt Souza	ME	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9681538851174714



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Conexo/ Teorias da aprendizagem e do desenvolvi- mento humano	Ivone Maria Mendes Silva	DR	DE	Graduação: Psicologia Mestrado: Educação Doutorado: Psicologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4239723760023529
5º NÍVEL				
Específico /Antropologia no Brasil	Valeria Esteves Nascimento Barros	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutorado: Antropologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1470089345125366
Específico /Sociologia no Brasil	Cassio Cunha Soares	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Doutorado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3349757122711969
Específico /Ciência Política no Brasil	Mauricio Michel Rebello	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9424916134359954
Comum/ Estatística Básica	Gustavo Giora	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4309351535796347
Conexo/ Didática Geral	Maria Silvia Cristófoli	DR	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3914203624268459
6º NÍVEL				
Conexo/ Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	Silvania Regina Pellenz Irgang	ME	DE	Graduação: Pedagogia Mestrado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/0824348940279219
Específico/ Metodologia de Pesquisa Qualitativa	Paulo Ricardo Muller	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Social Doutorado: Antropologia Social Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3502070213548747
Específico/ Metodologia de Pesquisa Quantitativa	Douglas Santos Alves	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/2013700604494554
Específico/ Metodologia de Ensino de Ciências Sociais	Clovis Schmidt Souza	ME	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9681538851174714



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Comum/Meio Ambiente, Economia e Sociedade	José Martins dos Santos	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Economia Doutorado: Economia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/6350315573486484
7º NÍVEL				
Específico/ Educação das Relações Étnico-raciais	Valeria Esteves Nascimento Barros	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutorado: Antropologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1470089345125366
Conexo/ Sociologia da educação	Thiago Ingrassia Pereira	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4930503416095177
Específico/ Economia Política	Gustavo Giora	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4309351535796347
Comum/Libras Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Sonize Lepke	DR	DE	Graduação: História Mestrado: Educação nas Ciências Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9362198135903386
Específico/ Estágio Docente Supervisionado I	Clovis Schmidt Souza	ME	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9681538851174714
8º NÍVEL				
Específico/ Trabalho de Conclusão de Curso	Gustavo Giora	DR	DE	Graduação: Economia Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4309351535796347
Específico/ Estágio Docente Supervisionado II	Thiago Ingrassia Pereira	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Educação Doutorado: Educação Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/4930503416095177
Específico/ Optativa I	Valeria Esteves Nascimento Barros	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutorado: Antropologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/1470089345125366
Específico/ Optativa II	Cassio Cunha Soares	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Sociologia Doutorado: Sociologia Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/3349757122711969



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Optativa III	Mauricio Michel Rebello	DR	DE	Graduação: Ciências Sociais Mestrado: Ciência Política Doutorado: Ciência Política Link do Lattes: http://lattes.cnpq.br/9424916134359954



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais dispõe de infraestrutura para o funcionamento das suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa contando com salas de aula, laboratórios e biblioteca, além de ambientes externos em que se desenvolvem viagens de estudo. Esses diferentes espaços obedecem a preceitos de acessibilidade, confoem apresenta-se nos itens que seguem:

14.1 Salas de aula

O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais dispõe da seguinte infraestrutura para o funcionamento das suas atividades de ensino: 7 (sete) salas de aulas, visando dar conta das disciplinas obrigatórias e optativas até o último semestre do curso.

Cada sala dispõe de:

1. Equipamentos multi-mídia;
2. Sessenta cadeiras;
3. Quadro branco;
4. Mesa de trabalho;
5. Rede de Internet;
6. Tela de projeção.

14.2 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo campus, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de



todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.



14.3 Laboratórios

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais utiliza para suas práticas o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e o Laboratório de Docência. Nos laboratórios são desenvolvidas aulas práticas, projetos de iniciação científica, atividades de pesquisa vinculadas a trabalhos de conclusão de curso, além de atividades dos projetos de extensão.

14.3.1 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

O LIFE é um espaço destinado a estudantes dos cursos de licenciatura e a professores de educação básica das diferentes redes de ensino, cujo enfoque centra-se no desenvolvimento de ações formativas a partir das diferentes tecnologias digitais e recursos multimeios, em sintonia com o tempo-espaço em que vivem.

A ideia é a promoção de atividades interdisciplinares com as tecnologias digitais, apoiando o processo de formação inicial e continuada de professores e educadores, além da produção e criação de conteúdos digitais multimídia desenvolvíveis à educação básica, servindo como material didático-pedagógico de apoio às práticas de sala de aula. Além de potencializar processos de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias digitais e de contribuir para a constituição de uma cultura digital.

O LIFE tem como eixos norteadores:

- a) Investigação de recursos das tecnologias digitais e recursos multimeios que integram o LIFE;
- b) Desenvolvimento de projetos e atividades didático-pedagógicas no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios para a educação básica e a formação docente (inicial e continuada);
- c) Produção de objetos virtuais de aprendizagem e recursos didáticos para uso em sala de aula na educação básica e na formação docente (inicial e continuada).

O LIFE dispõe de quatro cenários interdisciplinares de formação:

- a) Mini-estúdio de edição de áudio e vídeo;
- b) Laboratório educacional de robótica educativa;
- c) Oficina de materiais didático-pedagógicos concretos para as práticas em sala de aula. Em especial, as áreas de Matemática, Ciências e Geografia;
- d) Laboratório de informática e outros materiais.

Por fim, espera-se como resultados deste laboratório: deflagrar mudanças nas práticas



escolares por meio de uma formação docente interdisciplinar e pautada no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios; fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFFS; formar educadores para o uso e integração das tecnologias digitais nos seus processos de ensino e de aprendizagem; produzir diversos objetos educacionais que apresentem uma abordagem integradora de áreas e temáticas; ampliar o espaço de interação com a rede de educação básica e superior.

14.3.2 Laboratório De Docência

LABORATÓRIO DE DOCÊNCIA	
Professores Responsáveis: Clovis Schmitt Souza	
Alunos por turma: 20	
Área: 62,89 m ²	Localização: Bloco A, Sala 208
Descrição	
O Laboratório de Docência é destinado ao uso de todos os cursos de licenciatura do Campus. Seu objetivo visa desenvolver projetos que articulem as instâncias da docência, da pesquisa e da extensão no âmbito dos cursos de licenciatura da Universidade. O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 62,89m ² . Busca desenvolver projetos que articulem as instâncias da docência, da pesquisa e da extensão no âmbito dos cursos de licenciatura da Universidade. Todas as disciplinas de Prática de Ensino (estágios curriculares), de Didática e Metodologia do Ensino, além de projetos de pesquisa e extensão.	

14.3.3 Laboratório De Informática

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	
Professor Responsável: André Gustavo Schaeffer	
Alunos por turma: 50	
Área: 88,79 m ²	Localização: sala 108, Pavilhão de laboratórios 2
Descrição	
Laboratório climatizado possui 50 conjuntos de mesas, computadores e cadeiras. Projetor multimídia, quadro branco e lousa interativa digital. Atende as atividades de ensino relacionadas ao uso de recursos de informática.	

14.4 Viagens de estudo

No curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura as viagens de estudo estão previstas como atividades complementares dos componentes curriculares do Domínio Específico do curso, visando articular teoria e prática no processo formativo do professor-pesquisador.

Entre o quinto e o sétimo semestre do curso, cada turma de acadêmicos de Ciências Sociais deve ter realizado pelo menos uma viagem de estudos envolvendo a elaboração de uma atividade interdisciplinar de pesquisa na qual todos os professores do Domínio



Específico do semestre em questão deverão estar envolvidos. Para os professores dos domínios Comum e Conexo a participação em tal atividade será facultativa. Até um quarto da carga horária das disciplinas envolvidas podem ser destinadas para a viabilização dessas atividades, na modalidade de carga horária prática.

14.5 Acessibilidade

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Poltica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

14.5.1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;



- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

14.5.2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

14.5.3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

14.5.4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades



como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;



15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, Luísa Helena. Qualificando o ensino da sociologia. In: Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife-PE, 2007.

COUTINHO, Andreia Orjana Ribeiro. Anatomia aplicada à enfermagem. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Minha Biblioteca)



16 ANEXOS

ANEXO I - MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ANEXO II - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO

ANEXO VI - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR



ANEXO I – MANUAL DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Introdução

Os componentes curriculares de Estágio ocupam uma posição *sui generis* no âmbito da estrutura curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Isto é devido, em grande medida, à natureza de sua carga horária prática, que correspondem à necessária experiência do estudante de atuar em uma situação o mais próxima possível daquela que encontrará nas escolas.

Esta oportunidade deve ser aproveitada ao máximo, para que dois objetivos sejam alcançados. Em primeiro lugar, nossos estudantes não devem chegar às salas de aula reforçando o estereótipo do estagiário – despreparado e inseguro. E em segundo, cabe também aos componentes curriculares de Estágio preparar cientistas sociais que extrapolam a função de simples citadores de autores e teorias, mas que sejam capazes de interpretar de maneira crítica a complexa realidade social que os cerca.

Isto posto, os componentes curriculares de Estágios Curriculares Supervisionados foram pensados como um processo contínuo que guia o estudante através de um gradual conhecimento das peculiaridades e exigências do ambiente e da reflexão e planejamento das atividades (Estágio I) e, do exercício mesmo da prática docente (Estágio II). As atividades dos estágios são conduzidas de maneira coletiva, através da oferta dos componentes curriculares durante os semestre letivos.

Estágio Docente Supervisionado I

Introdução

O componente curricular de Estágio Docente Supervisionado I tem como produto final um Diagnóstico Institucional acerca do ambiente escolar e da produção de um plano de trabalho. Para realizá-los o estagiário deverá conduzir uma série de levantamentos de dados, cada um resultando de um Relatório Parcial, cujo conjunto, devidamente revisado, será o Relatório Final.

Um segundo produto exigido é o Plano de Trabalho. Trata-se de um documento acerca das experiências de ensino-aprendizagem conduzidas no ambiente da escola campo do estágio. Para isso, o estudante terá que realizar uma série de atividades que visam prepará-lo tanto para sua experiência docente como de pesquisa: preparar programas de disciplinas, identificar deficiências e levantar bibliografias e metodologias, tudo culminando em uma aula



piloto, prelúdio das responsabilidades que serão assumidas no componente curricular de Estágio Docente Supervisionado II.

A atividade didática do componente curricular se organizará a partir de encontros (Seminários), produção de uma aula-piloto, entrega do Relatório final e Plano de Trabalho. O Professor desta disciplina deverá ser escolhido em reunião do colegiado no semestre anterior à oferta.

Seminários

Os seminários correspondem aos encontros que devem ocorrer entre os estudantes e o professor da disciplina para construção e compartilhamento das experiências e contatos com o ambiente da escola e discussões teóricas a este respeito.

Aula piloto

Trata-se do primeiro “ensaio geral” no qual o estagiário efetivamente ministrará uma aula utilizando de todo o conhecimento acumulado durante o transcorrer do componente curricular de estágio.

A duração da Aula Piloto ficará a critério do professor da disciplina, mas nunca deve exceder 50 minutos. Ela poderá ser assistida por pessoas estranhas à disciplina, como alunos de estágio, o Supervisor de Estágio, professores do curso ou o público em geral, a critério do professor do componente curricular. O estagiário deverá preparar e entregar o Plano de aula antes do início da mesma.

Diagnóstico Institucional

O Diagnóstico Institucional é o produto final do componente curricular de Estágio Docente Supervisionado I. Ele é constituído, basicamente, pelo agrupamento dos relatórios parciais, analisados de maneira crítica e organizados de forma coerente. Junto com o Diagnóstico Institucional, os estudantes deverão entregar ao professor também o conjunto dos relatórios parciais.

O diagnóstico de realidade trata-se de uma série de atividades que levam gradualmente o estudante a conhecer o ambiente escolar, bem como refletir criticamente sobre sua atuação como educador. As atividades de observação devem ser registradas na produção escrita do Relatório final e é composto por cinco relatórios parciais que podem, a critério do professor, ser entregue em datas pré-definidas ou no final do semestre. Trata-se de uma série de atividades que levam gradualmente o estudante a conhecer o ambiente escolar, bem como, refletir criticamente sobre sua atuação não apenas como professor, mas também como



cientista social e cidadão. O relatório final é composto por cinco relatórios parciais, a saber:

1º Relatório Parcial: Levantamento de dados e apresentação da instituição

O primeiro dos relatórios parciais deverá ser dedicado ao levantamento de dados preliminares essenciais às etapas seguintes, bem como à apresentação dos estagiários à instituição de ensino onde o estágio será levado a cabo. Assim, esta atividade consistirá de duas etapas: Levantamento de dados, e apresentação à instituição. Estas etapas são consecutivas, uma vez que, apenas de posse dos Dados Básicos (ver abaixo), o estudante poderá requerer a Carta de Apresentação fornecida pela Central de Estágios da Universidade Federal Fronteira Sul, *campus* Erechim (Anexo A), documento que possibilitará seu primeiro contato, e, por conseguinte, a segunda etapa desta atividade.

Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

- a) Nome da instituição
- b) Endereço
- c) Telefones de contato
- d) Nome dos dirigentes
- e) Relato do primeiro contato e expectativas do estudante

2º Relatório Parcial: Contexto Histórico da instituição

O estudante deverá conhecer o contexto (histórico, geográfico, jurídico e social) em que a escola/instituição se situa. Para elaborá-lo, deve visitar não apenas a instituição, mas seus arredores, levantar dados junto à secretaria da escola. Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

- a) Dados Geográficos: localização do bairro, localização da escola, outros serviços públicos, outros pontos importantes existentes no entorno da instituição de ensino, mapa/imagem de satélite/croqui contendo todos os espaços da escola.
- b) Dados Históricos: história do bairro, história da escola, registros fotográficos
- c) Dados Jurídicos: natureza da Instituição, legislação pertinente, lei que a cria (quando for o caso), Regimento e Estatuto

3º Relatório Parcial: Infraestrutura

Neste relatório o estudante deve apresentar os elementos que compõem a estrutura organizativa da escola tais como, professores, pais e servidores. Além disso, deve avaliar as



condições de uso dos equipamentos da escola, elaborar um croqui ou mapa da escola, e entrevistar, quando possível, professores, funcionários e pais, através de relatos de conversas, entrevistas semi-estruturadas ou questionários. Os dados que precisam ser levantados nesta etapa são:

- a) Estrutura física da escola: como o espaço interno da escola está organizado, como o espaço externo está apresentado, número de salas de aula, equipamentos imóveis, biblioteca (verificar o acervo, possui livros de sociologia, equipamentos móveis. A escola já está adaptada para portadores de necessidades educacionais especiais (NEEs).
 - b) Recursos Humanos: quadro de professores efetivos e de contrato temporário, qual o número de estudantes (dividido por ano e turno).
 - c) Gestão Escolar: composição, duração da gestão.
 - d) Representação da escola na comunidade: estrutura da representação do Conselho de Pais e Mestres (CPM), duração da gestão
 - e) Grêmios Estudantis: composição, tempo de duração, a entidade desenvolve algum tipo de atividade na Escola? Descrever.
 - f) Espaço interno: pátio, cantina, quadra de esporte, existe mural na escola ou painel para fixação de cartazes? Onde fica localizado, é de fácil visualização, que tipo de informações você viu expostas?
- Observação: anexar imagens.

4º Relatório Parcial: Documentos da instituição:

Neste relatório, o estudante deve se ater a leitura e análise dos documentos norteadores da escola. Os documentos exigidos para análise são o Plano Político Pedagógico (PPP) e Planos de Estudo (PE). Verificar os objetivos dos documentos, analisar as concepções descritas, a intencionalidade da escola no seu processo pedagógico e onde fica depositado. Nos documentos deve identificar:

- a) da área das ciências humanas: qual o direcionamento dos saberes das ciências humanas. Aparecem conceitos já estabelecidos sobre: homem, sociedade, educação, finalidade dos saberes;
- b) da Sociologia: o objetivo do CCR de Sociologia direciona-se para que tipo de formação. Como a escola define o conteúdo do Componente Curricular da Sociologia?



c) Verificar a metodologia apontada nos documentos: (principalmente no Plano de Estudos), a metodologia descreve procedimentos de “como irá desenvolver” sua proposta de ensino e educação.

d) Análise crítica dos documentos: Apresentar uma reflexão a respeito da presença da área de Sociologia no Ensino Médio nos documentos da Base Nacional Curricular para o Ensino Médio e Referencial Gaúcho.

5º Relatório Parcial: Trajetória no espaço escolar

Este relatório deverá ser fruto de observação direta da vida escolar. O estudante deverá frequentar a escola durante pelo menos três turnos a fim de levantar as informações que demonstrem como as relações sociais são construídas na escola. Para tanto, deve ser incentivada a manutenção de um diário de campo (que pode ser desenvolvido desde o primeiro relatório) e o uso de vários tipos de registro, como fotografias, vídeo e áudio. Além disso, o estudante deve expor suas expectativas iniciais com relação ao contato com a escola. Apresentar sua forma de significação e exercício de análise, descrevendo analiticamente como foi conduzido sua trajetória formativa no ambiente da escola, possíveis dificuldades encontradas e estratégias para superá-las.

Plano de Estágio

Todos os estagiários deverão apresentar ao professor em data previamente estabelecida e após o cumprimento das Atividades de Preparação, o Plano de Estágio. Este documento será constituído de duas partes, um plano de pesquisa e um plano de trabalho. De uma maneira geral, será, basicamente, o resultado da Atividade III, criticado e ampliado, especialmente após a experiência da aula-piloto, sobre a qual deverá constar um pequeno relato.

Avaliação

1. A nota do componente curricular, e demais critérios de avaliação, deverão estar calcados em três elementos:

- O conjunto dos relatórios parciais;
- O Diagnóstico institucional;
- Plano de Estágio; e
- A presença nos seminários de estágio I.



Estágio Docente Supervisionado II

O componente curricular que mais se assemelha ao que tradicionalmente se identifica com as práticas de estágio tradicionais é a de Estágio Docente Supervisionado II. Neste componente, o estudante aplicará efetivamente os conhecimentos e habilidades adquiridos nos semestres anteriores.

Paralelamente à sua atuação como professor, será demandada do estudante uma reflexão crítica nos termos das ciências sociais de alguma temática que tenha chamado sua atenção ao longo de sua experiência na escola. Os resultados destas observações deverão compor um artigo científico que poderá, inclusive servir de base para o trabalho de conclusão de curso ou mesmo como *paper* a ser apresentado em congressos e encontros.

O grande documento que fecha não apenas o componente curricular, mas todo o ciclo de estágios, é o memorial, de que constará o Diagnóstico Institucional, o Plano de Estágio e o conjunto dos documentos produzidos durante o Estágio Docente Supervisionado II.

Ao contrário dos outros estágios, este não terá um professor para cada turma, mas cada aluno contará com um Professor Orientador e um Supervisor externo, responsáveis por seu acompanhamento e avaliação.

Seminários de Estágio Docente Supervisionado II

Os Seminários de Estágio Docente Supervisionado II serão realizados através de encontros entre o Professor Orientador com cada estudante com periodicidade mínima mensal, sendo que o estagiário deverá relatar ao professor (a) o andamento das aulas em relação ao planejado e (b) o andamento da pesquisa, conforme o planejado. A critério do professor podem ser agendadas reuniões com mais de um orientando, desde que as pesquisas tenham temática, objeto ou metodologias semelhantes, a fim de que os alunos possam trocar suas experiências. O orientador deverá manter registro das atividades desenvolvidas nos encontros, a fim de avaliar posteriormente a evolução do aluno em relação à pesquisa e à docência.

O orientador deverá, também, assistir a pelo menos uma aula de seu respectivo estágio *in loco*, como parte da avaliação.

Memorial

O memorial é o conjunto dos documentos elaborados pelo aluno ao longo dos estágios, juntamente com o relato de suas experiências em sala de aula. Além disso, deve



constar do relatório final também o Relatório do Supervisor Externo, elemento crucial na avaliação do estagiário.

Deverá constar do memorial:

- O diagnóstico institucional
- O projeto de estágio
- Comentário acerca dos resultados alcançados, bem como, a narrativa da experiência
- Conclusões
- Relatório do Supervisor Externo (Anexo E) que deve ser entregue diretamente ao orientador, em envelope lacrado;
- Artigo Científico em duas vias, uma encadernada junto ao memorial e uma sem o nome do estagiário, para fins de avaliação.

Artigo

O artigo deverá ter um mínimo de 5 (cinco) páginas e explicitar o objeto, a metodologia aplicada, a teoria envolvida. Quanto ao formato, deve seguir o padrão adotado pela universidade e pode constituir uma comunicação a ser apresentada em eventos de iniciação científica. O orientador deverá entregar a cópia sem o nome do estagiário a outro professor do curso, para avaliação.

Avaliação

A nota da avaliação será a média aritmética da nota do memorial e da nota do artigo.

A nota do memorial será dada pelo orientador, que pode seguir os critérios sugeridos abaixo:

- Avaliação do Supervisor Externo: 2,0 pontos;
- Avaliação dos alunos: 1,0 pontos
- Participação ao longo dos seminários: 2,0 pontos;
- Artigo: 2,0 pontos;
- Cumprimento da proposta de aula: 2,0 pontos;
- Aula observada “in loco”: 1,0 ponto.

Obs.: A nota do artigo deverá ser dada por um ou mais professores do curso, escolhidos pelo orientador e através de *blind-review*.

Obs. 2: Tanto o revisor do artigo, como o supervisor externo e o próprio orientador



podem propor até 0,5 ponto extra a título de mérito excepcional do trabalho realizado.

As presenças serão computadas proporcionais às aulas dadas, de acordo com o Relatório do Supervisor Externo.



Anexos

Anexo A: Carta de Apresentação

DE: Universidade Federal da Fronteira Sul

Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Endereço

PARA: Nome do Dirigente

Cargo

Instituição

Prezado Senhor(a)

Apresentamos NOME DO ALUNO, aluno regularmente matriculado no curso de Ciências Sociais - Licenciatura na Universidade Federal da Fronteira Sul, para que possa exercer em sua instituição as atividades referentes aos Estágios Curriculares Supervisionados. Tais atividades terão uma duração de três semestres e serão exercidas nos termos dos regulamentos de estágio do curso e da universidade. Contamos com a colaboração de todos em sua instituição para que tudo possa sair como planejado e colocamo-nos à disposição para dirimir qualquer dúvida e ajudar no que for necessário para que todos possamos nos beneficiar das atividades de nosso estagiário. Aproveitamos ainda, para solicitar a fineza de entregar ao estagiário a Carta de Aceite (anexa) e informamos nossos contatos:

NOME

Coordenador do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

e-mail institucional

NOME

Professor da disciplina de Estágio Docente Supervisionado I

e-mail institucional

Telefone da Secretaria do Curso



Anexo B: Modelo de carta de aceite

DE: Nome do Dirigente

Cargo

Instituição

PARA Universidade Federal da Fronteira Sul

Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Endereço

Prezados senhores,

Informo a aceitação do aluno NOME DO ALUNO como estagiário em nossa instituição.

Declaro ainda que tenho conhecimento das regras constantes no Manual de Estágio acerca das atividades a serem realizadas nesta escola, inclusive das necessidades de registro audiovisual.

Assinado

Nome

Cargo

Instituição

Endereço.



Anexo C: Modelo do Termo de Compromisso de Supervisor Externo

DE: Nome do Dirigente

Cargo

Instituição

PARA Universidade Federal da Fronteira Sul

Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Endereço

Prezados senhores,

Informo a aceitação do aluno NOME DO ALUNO como estagiário em nossa instituição.

E a designação de NOME E CARGO DO SUPERVISOR, como supervisor de estágio nos termos apresentados no Manual de Estágio. Aproveito a oportunidade para encaminhar as informações de contato e formação do supervisor (vide verso).

Assinam diretor e supervisor

Verso:

Dados do Supervisor de Estágio

Nome:

Endereço:

Telefones:

E-mail:

Forma preferencial de contato:

Graduação: Curso/instituição/ano de conclusão

Pós-graduações: Curso/instituição/ano de conclusão



Anexo D: Modelo do Termo de Compromisso do Professor Orientador

Universidade Federal da Fronteira Sul

Campus Chapecó

Curso de Ciências Sociais - Licenciatura

Termo de Compromisso de Professor Orientador de Estágio

Eu, NOME DO PROFESSOR, informo que conheço e aceito as responsabilidades inerentes à função de Professor Orientador do aluno NOME DO ALUNO, durante a disciplina de Estágio Docente Supervisionado II

Assina o Professor



Anexo E: Relatório do supervisor externo

Prezado Senhor(a)

Por favor, preencha o relatório a seguir e em seguida encaminhe-o em envelope fechado

à secretaria

Identificação

Nome do Estagiário

Nome da Escola

Semestre

Comparecimento

Número de aulas assumidas pelo estagiário:

Número de aulas efetivamente dadas pelo estagiário:

Avaliação

Supervisor Externo:

1. Por favor, descreva em linhas gerais a atuação do estagiário NOME DO ESTAGIÁRIO em sua instituição, focando especialmente

2. Por gentileza, atribua uma nota de um a dez para os seguintes critérios:

Assiduidade e Pontualidade

Dedicação às aulas

Disponibilidade extra-aula

Integração à equipe escolar

Participação nas atividades oficiais da escola:

3. O questionário abaixo deverá ser preenchido por, pelo menos três alunos da disciplina sem a presença do professor.

Dê ao professor da disciplina a nota de um a dez nos seguintes quesitos:

Cumprimento do programa proposto:

Cordialidade no trato com os alunos:

Domínio do conteúdo:

Capacidade de comunicação:



Anexo F: Tabelas

Componente curricular	Requisitos para a realização dos estágios	Requisitos de integralização de carga horária
Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	Sem pré-requisitos	Apresentar prova de frequência e nota.
Estágio Docente Supervisionado I	Ter cursado ao menos 9 CCR de teoria Ter cursado ao menos 1 disciplina de metodologia (quantitativa ou qualitativa) Apresentar carta de aceite da escola/instituição onde fará o estágio Apresentar o Diagnóstico institucional	Apresentação dos relatórios parciais Participação nos seminários de estágio Entrega do diagnóstico Institucional Participação nos seminários de estágio Apresentação das Atividades de Preparação para o Estágio Apresentação do Projeto de Estágio Participar de aula-piloto
Estágio Docente Supervisionado II	Ter cursado a disciplina de Estágio Docente Supervisionado I Apresentar Projeto de Estágio	Apresentar prova de frequência Apresentar Relatório Final

Quadro – Requisitos para realização de estágios e integralização de carga horária

Componente Curricular	Atividades desenvolvidas	Descrição
Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	Análise da organização e funcionamento da instituição escolar.	Compreensão dos processos de gestão e coordenação pedagógica, envolvendo seu currículo e seus sujeitos.
Estágio Docente Supervisionado I	Relatórios Parciais	Primeiras impressões O contexto da escola Infraestrutura escolar Estruturas e processos sociais A escola como lugar de pesquisa Observação de aulas Elaboração de Programa Levantamento teórico-metodológico Levantamento bibliográfico Aula-piloto Seminários de Estágio
Estágio Docente Supervisionado II	Prática docente Relatório Final	Ficha de Frequência Memorial Artigo

Quadro - Cronograma dos Estágios Curriculares Supervisionados



ANEXO II - REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este dispositivo tem por objetivo regulamentar as Atividades de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Ciências Sociais – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Art. 2º. Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado o conjunto das disciplinas denominadas “Estágio Docente Supervisionado I”, “Estágio Docente Supervisionado II” e “Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar”.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Ciências Sociais – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este “*Regulamento*” e pelo “*Manual de Estágio Curricular*”.

Art. 4º. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Ciências Sociais – Licenciatura compreenderá a 420 horas, assim distribuídos:

Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar: correspondendo a 90 horas

Estágio Docente Supervisionado I: correspondendo a 180 horas;

Estágio Docente Supervisionado II: correspondendo a 150 horas

Art. 5º. O Estágio Curricular Supervisionado compreende o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 6º. A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, deverá ocorrer de forma individual, nos termos descritos no Manual de Estágio.



Art. 7º. O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem por objetivos:

- I- Preparar o aluno para o desempenho de atividades docentes;
- II- Propiciar um contato crítico e reflexivo com o ambiente escolar; e
- III- Gerar um conjunto de dados sobre a escola que pode ser utilizado em pesquisa.

Art. 8º. Constituem campo de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Ciências Sociais as escolas de ensino médio com as quais haja convênios estabelecidos pela divisão de estágios da UFFS.

Art. 9º. O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

- I – Diagnóstico da Escola
- II – Preparação para pesquisa e docência
- III – Atuação como professor e pesquisador.

Art. 10. Em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Ciências Sociais.

§ 1º A redução de parte de sua carga horária poderá ocorrer apenas no componente curricular de “Estágio Docente Supervisionado II”, mediante comprovação de atividade docente no ensino médio.

§ 2º Para requerer redução de parte da carga horária do estágio supervisionado o estagiário deverá encaminhar ofício ao coordenador do curso com os devidos comprovantes

Art. 11. Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo respectivo Colegiado de Curso, conforme o manual de estágio.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 12. As atividades de planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo coordenador do curso, pelo professor titular do



componente curricular, pelos professores orientadores, pelos supervisores externos e pela divisão de estágios.

Art. 13. A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida pelo Coordenador de Estágio.

Art. 14. São atribuições do coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso;

II – definir, em conjunto com o corpo de professores orientadores de estágio, os campos de estágio.

III – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

IV – fornecer informações necessárias aos professores orientadores e aos supervisores externos;

V – convocar e coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores orientadores e supervisores de estágio;

VI – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;

VII – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento, o Manual e demais normas aplicáveis; e

VIII – Constituir, a cada dois anos, comissão de professores para a revisão do Manual de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 15. O professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado são os professores dos componentes curriculares de Estágio Docente Supervisionado I e Estágio Docente Supervisionado II.

Parágrafo Único. A lotação de professores para os componentes curriculares será definida pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, no semestre anterior ao da efetivação das disciplinas.

Art. 16. São atribuições do professor do componente curricular:

I – coordenar as atividades didáticas ou de orientação referentes ao componente curricular.

II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao



- andamento das atividades de estágio e o desempenho dos acadêmicos;
- III – assessorar os estagiários na elaboração dos relatórios e atividades de estágio;
- IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;
- V – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;
- VI – acompanhar, quando necessário, os estagiários no campo de estágio.

Art. 17. Os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão os professores lotados nas diversas turmas de Estágio Docente Supervisionado II.

Parágrafo Único. Deverá ser ofertada uma turma para cada professor que aceite orientandos.

Art. 18. Aos professores orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento dessa atividade, isto é, a mesma atribuída à orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 19. São atribuições dos professores orientadores:

- I – orientar e acompanhar o estagiário nas diversas etapas de realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- II – avaliar o processo do estágio dos acadêmicos sob sua orientação;
- III – Assistir *in loco* pelo menos a uma aula de cada uma de seus orientandos; e
- IV – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio.

Art. 20. A Divisão de Estágio assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico.

Art. 21. São atribuições da Divisão de Estágio:

- I - Conveniar instituições para estágios.
- II - Obter e divulgar, conjuntamente aos coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios.
- III - Fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE).
- IV - Emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso.
- V - Fazer o registro e controle das Apólices de Seguro.
- VI - Arquivar relatórios e planos de atividades de estágio.



VII - Emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados).

Art. 22. Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos dirigentes das instituições onde os alunos realizarão o Estágio Docente Supervisionado II, dentre os profissionais com formação na área do curso.

Art. 23. São atribuições dos supervisores externos:

- I – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
- II – informar ao professor orientador do Estágio Docente Supervisionado II ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico; e
- III – avaliar o desempenho dos estagiários.

Art. 24. São obrigações do acadêmico estagiário:

- I – entrar em contato com a entidade-campo na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação;
- II – participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- III – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso, o Manual de Estágio Curricular Supervisionado e o que dispõe este Regulamento;
- IV – respeitar os horários e normas estabelecidos na entidade-campo, bem como seus profissionais e alunos;
- V – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;
- VI – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 25. A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo professor do componente curricular de estágio (Estágio Docente Supervisionado I e II), ou pelo professor orientador e pelo supervisor externo (Estágio Docente Supervisionado II).

Art. 26. Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular



Supervisionado, o estudante deverá ter nota e presenças nos níveis estabelecidos pela UFFS para as demais disciplinas.

Parágrafo Único. O Manual de Estágio Curricular Supervisionado estabelecerá os critérios de atribuição tanto das notas como das presenças para cada Componente Curricular.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Os casos omissos neste “*Regulamento de Estágio Curricular*” serão decididos pelo Colegiado de Curso de Ciências Sociais – Licenciatura do respectivo *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Art. 28. Este “*Regulamento de Estágio Curricular*” do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, bem como o “Manual de estágio” deverão passar por revisões a cada quatro anos por uma comissão especialmente constituída para este fim pelo colegiado do curso.

Parágrafo Único. Quaisquer alterações propostas pela comissão deverá ser aprovada pelo colegiado do curso antes de se integrar aos documentos regulatórios.

Art. 29. Este “*Regulamento de Estágio Curricular*” do curso de Licenciatura em Sociologia do respectivo *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul entra em vigor a partir de sua aprovação pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis do Conselho Universitário da UFFS.



ANEXO III - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Entende-se por Atividades Autônomas do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, *campus* Erechim, aquelas realizadas pelo acadêmico, de livre escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à áreas de conhecimento do curso, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º. Os objetivos gerais das Atividades Autônomas do curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura, *campus* Erechim da UFFS são os de ampliar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar aos seus acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

Art. 3º. As Atividades Autônomas propiciam ao curso uma flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 4º. As Atividades Autônomas têm uma carga horária mínima prevista de 200 horas e está dividida na modalidade de pesquisa, conforme indicadas nos capítulos III ao X.

Art. 5º. As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico no curso, as quais poderão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XI, deste Regulamento.



Art. 6º. As Atividades Autônomas serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores designados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL E INSTITUCIONALIZADOS

Art. 7º. Entende-se por Programa/projeto de extensão e iniciação científica institucional e institucionalizados os Programas de bolsas de iniciação científica financiados com recursos de Fundos de Apoio à Pesquisa, PIBIC-CNPq, outros vinculados a UFFS e outras instituições, bem como atividades de extensão universitária, totalizando 120 (cento e vinte) horas.

Parágrafo Único. Os alunos bolsistas e voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 60 (sessenta) horas e, caso os resultados do referido projeto sejam apresentados em algum evento de Iniciação Científica o aluno terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 8º. Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da área de conhecimento do curso.

Parágrafo Único. Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO V

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 9º. Considera-se cursos de aperfeiçoamento os minicursos, os cursos e outras atividades que propiciem um aperfeiçoamento do acadêmico em áreas da área de conhecimento do curso. Serão considerados cursos presenciais e a distância, desde que aprovados pelo colegiado de Ciências Sociais- Licenciatura.

I. A carga horária mínima por atividade é de 8 horas, até o limite de 60 horas.



II. A carga horária máxima cursada na modalidade EAD é de 30 horas.

CAPÍTULO VII DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 10. Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos sobre as temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos do curso, totalizando 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VIII PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS

Art. 11. Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar.

§ 1º Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 2 (duas) horas, totalizando até 60 horas.

§ 2º Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o aluno terá direito a uma hora adicional (por apresentação ou palestra), até o limite de 30 (trinta) horas.

CAPÍTULO IX DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 12. A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados 60 (sessenta) horas e não indexada 30 horas, desde que a revista possua revisão por pares, até o limite de 120 (cento e vinte) horas.

Art. 13. A cada publicação em anais de eventos científicos e/ou extensão o aluno pontuará da seguinte maneira:

I – artigo completo: até o limite de 30 (trinta) horas;

II – resumo expandido e resumo: 10 (dez) horas por trabalho até o limite de 30 horas.



Art. 14. Será atribuído 15 (quinze) horas para a participação na organização de eventos.

Art. 15. As atividades deste grupo totalizam no máximo 135 (cento e trinta e cinco) horas.

CAPÍTULO X

DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 16. A disciplina isolada e/ou curso sequencial de graduação pode totalizar até 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO XI

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 17. Para validar as Atividades Autônomas o estudante deverá protocolar o pedido no Portal do Aluno.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 18. As Atividades Autônomas demandadas pelos estudantes serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas, as quais também servirão de parâmetro em caso de inexistência de referência ao número de horas:

Grupo	Atividades realizadas	Carga horária da atividade
I Iniciação Científica Institucional	Participação em projetos como bolsista.	60h
	Participação em projetos como voluntário.	60h
	Publicações de trabalho em evento.	30h
II Monitorias e Estágios Não Obrigatórios	Participação em monitorias e estágios não obrigatórios.	60h
III Cursos de Aperfeiçoamento	Participação em cursos, minicursos e similares.	60h
IV Viagens De Estudo	Participação em viagens de estudo.	90h
V Participação em Eventos: Congressos, Simpósios, Jornadas e	Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvintes.	60h
	Participação em congressos, simpósios,	30h



Grupo	Atividades realizadas	Carga horária da atividade
Outros	jornadas e outros como apresentador ou palestrante (15h por palestra).	
VI Publicação e Organização de Eventos	Publicação em revista indexada Qualis A, B, C.	120h
	Publicação em revista não indexada.	30h
	Publicação de artigo completo em anais de eventos ou extensão (mínimo 30h por trabalho).	30h
	Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos ou extensão (mínimo de 15h por trabalho).	30h
	Organização de Evento	15h
VII Disciplinas Isoladas e/ou Cursos Sequenciais De Graduação	Participação de disciplina isolada ou curso sequencial de graduação.	120h
VIII Exame de Língua Inglesa	TOEFL (conforme Portaria nº571/GR/UFFS/2014)	2h

CAPÍTULO XII

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. São documentos comprobatórios das Atividades Autônomas:

Participação em projetos como bolsista.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Participação em projetos como voluntário.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Publicações de trabalho em evento.	Registro da Publicação
Participação em monitorias e estágios não obrigatórios.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Participação em cursos, minicursos e similares.	Certificado
Participação em viagens de estudo.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.
Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvintes.	Certificado
Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante (15h por palestra).	Certificado
Publicação em revista indexada Qualis A, B, C.	Registro da Publicação
Publicação em revista não indexada.	Registro da Publicação

Art. 20. Cabe ao professor que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do Curso de



Ciências Sociais.

Art. 21. Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais.



ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º. A elaboração, o desenvolvimento e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituem exigência para a integralização curricular, colação do grau e obtenção do diploma do curso de Ciências Sociais da UFFS - *Campus* Erechim e tem como objetivos:

- I - Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica.
- II - Avaliar os conhecimentos teóricos e técnicos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional.
- III - Estimular a produção acadêmica.
- IV - Estimular a formação continuada.

Art. 2º. Por TCC entende-se um trabalho escrito individualmente pelo estudante como produto da aplicação de metodologias de pesquisa e de conceitos aprendidos ao longo do curso para a devida análise de aspectos da sociedade contemporânea.

Parágrafo único. O TCC poderá consistir em uma monografia ou em dois artigos compostos seguindo as seguintes normas:

- I - Monografias deverão ter entre 14000 e 18000 palavras, incluindo bibliografia, tabelas e diagramas, além dos elementos pré e pós-textuais indicados pelo Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.
- II - Cada artigo deverá ter entre 7000 e 9000 palavras, incluindo bibliografia, tabelas e diagramas, além dos elementos pré e pós-textuais indicados pelo Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.
- III - Os artigos deverão ser compilados na forma de um único TCC.

Art. 3º. O tema do TCC é de livre escolha do estudante, desde que observada afinidade temática com as linhas de pesquisa e atuação acadêmica do corpo de orientadores do curso.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES



Seção I - DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 4º. Compete à coordenação de curso homologar as indicações de professores orientadores para cada TCC.

Seção II - DA ORIENTAÇÃO

Art 5º. A orientação de cada TCC ficará a cargo de um professor que tenha afinidade com a área de conhecimento e com o tema geral a ser desenvolvido.

Parágrafo único. O orientador de TCC deverá corresponder a um dos seguintes critérios:

- I - Pertencer ao corpo docente do domínio específico do curso de Ciências Sociais da UFFS - *Campus Erechim*
- II - Ter orientado o estudante em projetos de ensino, de pesquisa ou de extensão dos quais o TCC será um desdobramento.

Art. 6º. Compete ao orientador do TCC:

- I - Comunicar à coordenação de curso o aceite de orientação.
- II - Indicar ao estudante orientando as metodologias, conceitos, temas e outros aspectos do desenvolvimento do trabalho acadêmico mais adequados para a confecção do TCC.
- III - Realizar reuniões periódicas de orientação com orientandos.
- IV - Auxiliar o estudante a enquadrar o conteúdo do TCC às normas técnicas vigentes.
- V - Revisar todas as versões provisórias e final do TCC.
- VI - Agendar e participar da banca de avaliação final do TCC na qualidade de presidente.
- VII - Proceder ao registro da avaliação do TCC e acompanhar e a entrega de toda a documentação solicitada após a defesa.
- VIII - Indicar, quando necessário, um coorientador.

Art. 7º. Cada orientador poderá orientar, concomitantemente, até cinco estudantes.

Art. 8º. Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue à coordenação do curso até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a apresentação final do trabalho.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a



substituição do Professor Orientador.

Seção III - DO ESTUDANTE

Art. 9º. Compete ao estudante que desenvolverá o TCC:

I - Matricular-se no componente curricular TCC.

II - Apresentar proposta ou pré-projeto de pesquisa elaborado previamente e em diálogo com o professor orientador, indicando a área de conhecimento, os temas a serem desenvolvidos e o formato de elaboração do TCC (monografia ou dois artigos).

III - Proceder à coleta, compilação, organização e análise de materiais de pesquisa, bem como à leitura e sistematização da bibliografia relevante.

IV - Solicitar e participar de reuniões periódicas com o orientador.

V - Incorporar ao TCC as modificações acordadas com o orientador.

VI - Entregar ao orientador as versões provisórias e final do TCC em tempo hábil para revisão e posterior agendamento da banca de avaliação final.

VII - Proceder à revisão e modificação da versão final do TCC de acordo com sugestões e indicações da banca de avaliação, para fins de depósito na biblioteca da UFFS.

Art. 10. Em caso de plágio o estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único. Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza (textual, musical, pictórica, fotográfica, audiovisual ou outra) de outrem, sem explicitar e referir os créditos de autoria.

CAPÍTULO III DA MATRÍCULA

Art. 11. Para efetuar a matrícula no componente curricular TCC o estudante deverá ter cursado os seguintes CCRs: Fundamentos de Antropologia, Antropologia Sociocultural, Antropologia Estrutural, Antropologia Contemporânea, Antropologia no Brasil, Teoria Política Moderna, Teoria Liberal e das Elites, Teoria Política Contemporânea, Ciência Política no Brasil, Metodologia de Pesquisa Qualitativa, Metodologia de Pesquisa



Quantitativa, Estágio Docente Supervisionado I, Sociologia Clássica, Sociologia Moderna, Sociologia Contemporânea, Epistemologia das Ciências Sociais e apresentar plano de trabalho ou pré-projeto previamente estabelecido em acordo com o orientador.

§ 1º A carga horária discente orientada total será de 120 horas dividida em 90 horas de orientação à distância e 30 horas de orientação presencial.

§ 2º A carga horária de orientação docente respeitará o disposto na Resolução nº 106/CONSUNI/2022.

§ 3º A integralização do TCC como componente curricular se dará pelo registro de sua aprovação, sem atribuição de nota com valor numérico.

Art. 12 É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Seção I - do TCC

Art. 13. O TCC será desenvolvido como atividade individual sob orientação de um professor orientador.

Art. 14. Orientador e orientando deverão acordar entre si a dinâmica de desenvolvimento do TCC, respeitando as atribuições e competências de cada um arroladas no Capítulo II deste regulamento.

Seção II - Da avaliação

Art. 15. A avaliação do TCC será realizada por meio de sessão pública de defesa.

§ 1º A avaliação do TCC será feita por dois professores convidados pelo orientador para compor a banca de avaliação como membros avaliadores.

§ 2º A banca de avaliação será composta pelo orientador, na qualidade de presidente e coordenador da sessão, e por dois membros avaliadores, sendo pelo menos um professor da UFFS e um pesquisador com qualquer vínculo institucional, ambos com formação mínima de mestrado na área de conhecimento e/ou tema de interesse do TCC.



§ 3º A sessão pública de defesa do TCC será composta pelas seguintes etapas:

- I - Abertura com duração máxima de cinco minutos por parte do presidente da banca
- II - Apresentação do TCC com duração máxima de quinze minutos por parte do estudante
- III - Arguição com duração aproximada de quinze minutos por parte de cada membro avaliador da banca
- IV - Réplica com duração máxima de 10 minutos por parte do estudante
- V - Deliberação com duração variável por parte da banca pela aprovação ou reprovação do TCC
- VI - Divulgação do resultado e encerramento da sessão por parte do presidente da banca.

§ 4º A deliberação da banca é secreta, razão pela qual o orientando e os demais presentes deverão se retirar do recinto para este efeito.

Art. 16. O desenvolvimento e a avaliação do TCC deverão transcorrer no prazo de um semestre letivo.

Parágrafo único. Em caso de reprovação do TCC pela banca, o estudante será considerado reprovado e deverá matricular-se novamente em TCC no semestre seguinte para sua integralização.

CAPÍTULO V DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 17. Uma vez aprovado o TCC, uma versão final com as considerações da banca de avaliação incorporadas deverá ser enviada para fins de depósito e disponibilização no Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/PPGEC).

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. O presente regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Câmara de



Graduação e Assuntos Estudantis do Conselho Universitário da UFFS.

Art. 19. Casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo colegiado do curso de Ciências Sociais da UFFS - *Campus* Erechim.



ANEXO V: REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, preferencialmente na área de abrangência da UFFS e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias.

Art. 2º. Constituem objetivos gerais da integração da extensão universitária à estrutura curricular do curso:

- I - potencializar a formação do estudante quanto a capacidade de interagir, pensar e propor soluções à sociedade, constituindo-se em instrumento emancipatório para o desenvolvimento da autonomia intelectual, cidadã e de interação com a realidade global e regional;
- II - inserir atividades acadêmicas de extensão e de cultura, de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa, de modo a constituir a presença da universidade nos diferentes espaços da sociedade, contribuindo com a transformação e o desenvolvimento social;
- III - desenvolver atividades de extensão e de cultura, enquanto processo educativo, artístico, cultural, científico, político e tecnológico que configure a relação teoria e prática através do exercício interdisciplinar, proporcionando formação profissional e humana integrada à visão do contexto social, com vistas à transformação social;
- IV - promover o planejamento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação, contemplando a flexibilidade do currículo, adotando metodologias inovadoras e participativas, possibilitando o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimento em múltiplos espaços e ambientes da comunidade regional;
- V - incentivar, promover e fortalecer iniciativas que respondam às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, educação indígena, direitos humanos, questões de gênero e diversidade;
- VI - mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS à colaboração social quanto ao enfrentamento de questões urgentes da sociedade brasileira, especialmente relacionadas ao desenvolvimento humano, científico, econômico, social, linguístico, artístico e cultural;



VII - fomentar a produção de conhecimentos acadêmico-científicos atuais para que sejam utilizadas em benefício da sociedade brasileira, aplicadas ao desenvolvimento social, artístico, linguístico, cultural, equitativo e sustentável;

VII - constituir um canal para ampliar o impacto e a transformação social, a inclusão de grupos sociais, o desenvolvimento da pesquisa, meios e processos de produção, a tecnologia, a inovação, comunicação e disponibilização de conhecimentos e a ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

Art. 3º. A presença da extensão e da cultura nos currículos dos cursos da UFFS se ancora na perspectiva formativa da extensão universitária, especificamente no seu papel contribuinte para a produção e democratização do conhecimento, objetivando contribuir na formação acadêmico-científica, humana e social do estudante, por isso, devem tê-lo como protagonista dos processos.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 4º. São consideradas atividades curriculares de extensão e de cultura (ACE) aquelas que apresentam as características:

I - sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;

II - promovam o envolvimento da comunidade regional da área de abrangência da UFFS como público-alvo;

III - atendam às exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso;

IV - tenham o discente como protagonista das atividades;

V - sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;

VI - garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

§ 1º São admitidas no cômputo das ACEs as atividades de extensão e de cultura demandadas



por acadêmicos, sob orientação de docente, e em consonância com o PPC.

§ 2º Uma vez institucionalizadas, as ações de extensão e de cultura coordenadas por servidores técnico-administrativos da UFFS podem ser validadas como ACEs, desde que tenham na equipe docente(s) responsável(is) pela orientação dos estudantes e estejam em consonância com o PPC.

Art. 5º. As atividades de extensão e de cultura são efetivadas mediante:

I - componente curricular misto, sendo parte da carga horária registrada como ensino e/ou pesquisa, e parte como extensão ou cultura;

II - Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs);

III - atuação em ações externas de extensão ou de cultura com validação prevista em regulamentação própria no âmbito do curso.

§ 1º Nos componentes curriculares previstos no Inciso I a inclusão da carga horária de extensão e de cultura é prevista na estrutura curricular, e sua descrição constará em suas respectivas ementas nos PPCs.

§ 2º Nas ACEs a carga horária deve estar prevista no currículo, sem a obrigatoriedade de alocação específica em uma das fases do curso, diferindo-se do caráter disciplinar (com ementário definido) e exigindo o cumprimento da carga horária por meio da atuação em diferentes ações institucionalizadas.

Art. 6º. É permitido ao estudante participar de atividades de extensão ou de cultura ofertadas pela UFFS, por outras instituições de ensino ou pela comunidade regional e solicitar a sua validação para o cumprimento da carga horária de ACE no seu curso.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO DOCENTE E DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURSO

Art. 7º. As atividades curriculares de extensão e de cultura (ACE) que não se enquadram nos incisos I e II do artigo Art. 5º devem ter ao menos um docente responsável pela coordenação e/ou orientação.

Art. 8º. O acompanhamento dos estudantes será efetuado por um Professor Orientador,



indicado pela Coordenação de Extensão, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual serão desenvolvidas as atividades e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento das atividades, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 9º. Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na execução das ACEs em todas as suas fases, do projeto até o desempenho das atividades finais.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e emitir relatório de acompanhamento e avaliações à Coordenação de Extensão e Cultura.

III - Definir os horários destinados para orientação e construir com o estudante o desenvolvimento das atividades previstas.

IV - Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Coordenação de Extensão e Cultura.

V - Participar de momentos de avaliação e/ou validação de atividades.

VI - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração de relatórios ou demais produtos, conforme o caso.

VII - Indicar, se necessário, à Coordenação de Extensão e Cultura, a nomeação de coorientador.

Art. 10. Fica instituída a Coordenação de Extensão e Cultura no Curso de Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura para realizar o acompanhamento das atividades de extensão e cultura (ACEs) no âmbito do curso.

Art. 11. São atribuições da Coordenação de Extensão e Cultura:

I – coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação Acadêmica, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, e PROEC;

II - orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;



III - acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV – zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V - divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do *campus*;

VI - conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito do currículo do curso.

Parágrafo único. Para auxiliar na validação de ACEs, a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO, DO REGISTRO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 12. A validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conduzida pela Coordenação de Extensão e Cultura e homologada no colegiado do respectivo curso, conforme estabelecido em instrumentos regulatórios vigentes.

Parágrafo único. As atividades de extensão e de cultura cumpridas pelo estudante, e homologadas pelo colegiado, serão registradas junto ao histórico escolar do acadêmico.

Art. 13. A carga horária das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas será validada automaticamente no caso do inciso I do Art. 5º e como ACEs pela Coordenação de Extensão e de Cultura.

Art. 14. As participações dos estudantes nas atividades de extensão e de cultura, externas à UFFS tem certificação emitida pela instituição responsável e são validadas pela coordenação de extensão e cultura do curso, conforme PPC e Regulamento das ACEs.

Art. 15. Para validar as Atividades Curriculares de Extensão e Cultura o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de outros produtos, cópia ou demais instrumentos de evidência



verificável.

Art. 16. A Coordenação de Extensão e Cultura do curso responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue à Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. São aceitos como documentos comprobatórios das Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs) somente aqueles que estiveram em consonância com o regramento da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, de 17 de dezembro de 2021.

Art. 18. Cabe à Coordenação de Extensão e de Cultura avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 e o PPC do Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

§1º Para as atividades de Estágio não-obrigatório, PIBID e PRP considerar-se à 40% das cargas horas totais como ACEs, automaticamente.

Art. 19. Os casos omissos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Ciências Sociais - Licenciatura , com apoio da PROEC e PROGRAD quando necessário.



ANEXO VI: REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º. Será conferida equivalência aos componentes curriculares abaixo relacionados, cursados com aprovação pelos estudantes do curso de Ciências Sociais – Licenciatura, *Campus* Erechim, em decorrência da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso:

Estrutura Curricular 2014 (em extinção)			Estrutura Curricular 2024 (nova)		
Código	Componente Curricular	-Horas	Código	Componente Curricular	Horas
GCH648	Introdução à Sociologia	30	GCH1746	Introdução ao pensamento social	60
GCH649	Introdução à Antropologia	30	GCH1918	Fundamentos de Antropologia	60
GCH647	Introdução à Teoria Política	30	GCS0691	Direitos e Cidadania	60
GCH650	Formação da sociedade brasileira I	60	GCH1929	Antropologia no Brasil	60
GCH652	Sociologia I	60	GCH1920	Sociologia Clássica	60
GCH655	Teoria Política I	60	GCH1921	Teoria Política Moderna	60
GCH658	Antropologia I	60	GCH1919	Antropologia Sociocultural	60
GCH653	Sociologia II	60	GCH1923	Sociologia Moderna	60
GCH656	Teoria Política II	60	GCH1924	Teoria Liberal e Elites	60
GCH659	Antropologia II	60	GCH1922	Antropologia Estrutural	60
GCH654	Sociologia III	60	GCH1926	Sociologia Contemporânea	60
GCH657	Teoria Política III	60	GCH1927	Teoria Política Contemporânea	60
GCH660	Antropologia III	60	GCH1925	Antropologia Contemporânea	60
GCH651	Formação da sociedade brasileira II	60	GCH1931	Ciência Política no Brasil	60
GCH666	Estágio Docente Supervisionado I	105	GCH808	Estágio curricular supervisionado – Gestão Escolar	90
GCH 669	Ciências Sociais no Brasil	60	GCH1930	Sociologia no Brasil	60
GCH670	Economia para Ciências Sociais	60	GCH1933	Economia Política	60
GCH667	Estágio Docente Supervisionado II	105	GCH1934	Estágio Docente Supervisionado I	180
GCH672	Trabalho de Conclusão de Curso II	120	GCH1935	Trabalho de Conclusão de Curso	120
GCH668	Estágio Docente Supervisionado III	195	GCH1936	Estágio Docente Supervisionado II	150
GCH333	Fundamentos da educação	60	GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60
GCH342	Política educacional e legislação do ensino no Brasil	60	GCH806	Políticas Educacionais	60
GCH646	Modernidade: aspectos históricos	60	GCS0690	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60
GCH661	Epistemologia das Ciências Sociais	60	GCH1928	Epistemologia das Ciências Sociais	60

Art. 2º. Os componentes curriculares listados no quadro abaixo são comuns a ambas as estruturas curriculares e podem ser cursados por qualquer estudante do curso de Ciências Sociais - Licenciatura, independente da estrutura curricular a qual está vinculado.



Código	Componente Curricular	Horas
GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60
GCH805	Didática Geral	60
GCH661	Epistemologia das Ciências Sociais	60
GCH662	Metodologia de Ensino de Ciências Sociais	60
GCH663	Sociologia da Educação	60
GCH664	Metodologia de Pesquisa Qualitativa	60
GCH665	Metodologia de Pesquisa Quantitativa	60
GLA211	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60

Art. 3º. Componentes curriculares listados abaixo não têm equivalência entre as estruturas curriculares do curso de Ciências Sociais – Licenciatura, Campus Erechim.

Código	Componente Curricular	Horas
GCH671	Trabalho de Conclusão de Curso I	60

Art. 4. Será conferida equivalência aos componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos ou *campi* da UFFS pelos estudantes do curso de Ciências Sociais – Licenciatura, Campus Erechim, de acordo com o quadro abaixo:

Código	Componente Curricular (Curso/campus da UFFS)	Horas	Código	Componente Curricular	Horas
GCH1398	Sociologia IV (Ciências Sociais-CH)	60	GCH1926	Sociologia Contemporânea	60
GCH1678	Sociologia V (Ciências Sociais-CH)	60	GCH1930	Sociologia no Brasil	60
GCH1402	Metodologia da Pesquisa Qualitativa (Ciências Sociais-CH)	60	GCH664	Metodologia da Pesquisa Qualitativa	60
GCH1403	Metodologia da Pesquisa Quantitativa (Ciências Sociais-CH)	60	GCH665	Metodologia da Pesquisa Quantitativa	60